

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 09,00 horas do dia 2013/04/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente às grandes opções do plano para o quadriénio 2013/2016 e orçamento municipal para 2013			Aprovação
2	Revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao orçamento dos SMAS para 2013			Aprovação
3	Revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao plano plurianual de investimentos dos SMAS para o quadriénio 2013/2016			Aprovação
4	Revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira			Aprovação
5	Revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao Regulamento Orgânico dos SMAS de Vila Franca de Xira			Aprovação
6	Revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao mapa de pessoal da câmara municipal para 2013			Aprovação
7	Revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao mapa de pessoal dos SMAS para 2013			Aprovação
8	Revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente à autorização prévia genérica prevista na lei dos compromissos - 2013			Aprovação
9	Revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao mapa de transferências para as juntas de freguesia em 2013			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 09,00 horas do dia 2013/04/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
10	Grandes opções do plano para o quadriénio 2013/2016 e orçamento municipal para 2013			Aprovação
11	Orçamento dos SMAS para 2013			Aprovação
12	Plano plurianual de investimentos dos SMAS para o quadriénio 2013/2016			Aprovação
13	Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira			Aprovação
14	Regulamento Orgânico dos SMAS de Vila Franca de Xira			Aprovação
15	Mapa de pessoal da câmara municipal para 2013			Aprovação
16	Mapa de pessoal dos SMAS para 2013			Aprovação
17	Autorização prévia genérica prevista na lei dos compromissos - 2013			Aprovação
18	Mapa de transferências para as juntas de freguesia em 2013			Aprovação
19	Aquisição dos lotes A1 a A21 do loteamento da Quinta da Coutada	Filipe Borba Andrade e Sousa	Vila Franca de Xira	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 09,00 horas do dia 2013/04/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
20	Moção - Contra a privatização da água			Aprovação
21	Proposta nº 12/2013 da CDU - Estacionamento gratuito no novo hospital de Vila Franca de Xira			Aprovação
22	Apoio municipal à temporada tauromáquica 2013	Tauroleve - Sociedade Tauromáquica Letra da Neta		Aprovação
23	Comparticipação municipal na construção de miniparques geriátricos pela Junta de Freguesia do Sobralinho	Junta de Freguesia do Sobralinho	Sobralinho	Aprovação
24	Aquisição de serviços de assistência técnica aos aparelhos de ar condicionado das diversas instalações dos SMAS - Ajuste direto - Compromisso plurianual			Aprovação
	DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA			
25	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente			Conhecimento
26	Alteração ao loteamento denominado por Malva Rosa Verdelha (ex Mague) Alvará de loteamento nº 4/03, de 17/07 - Aceitação de princípio e abertura de inquérito público	Obriverca - Construções e Projectos, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação <i>Retirado</i>
27	Auto de vistoria - Rua Manuel Maria Vieira, nº 9	Augusto Ferreira Alves	Alverca do Ribatejo	Aprovação
28	Loteamento Marinhas do Mulato e Telhal - Aceitação de princípio e abertura de inquérito público	Td Via - Sociedade Imobiliária, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação <i>Retirado</i>
29	Loteamento Marinhas do Mulato e Telhal - Protocolos referentes às acessibilidades	Td Via - Sociedade Imobiliária, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação <i>Retirado</i>

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 09,00 horas do dia 2013/04/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
30	A1 - Layout do nó do Sobralinho - AUGI João Cravo e Rosário e Olival dos Cantos		Sobralinho	Apreciação
31	Prolongamento do prazo para a execução da empreitada de construção do acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira	Cons. Europa Ar-lindo - Const, SA/Sonangil Const. Civil e Obras Públicas, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
32	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 23 do Loteamento Baltares	Fernando Silveira dos Santos	Sobralinho	Aprovação
33	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 24 do Loteamento Baltares	Fernando Silveira dos Santos	Sobralinho	Aprovação
34	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 33 do Loteamento Fonte do Vale	José Manuel Correia Matias	Vialonga	Aprovação
	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS			
35	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Auto de suspensão dos trabalhos	Obrecol, SA/Oliveiras, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
36	Parque linear ribeirinho do estuário do Tejo - Orçamento de trabalhos a menos	ABB - Alexandre Barbosa Borges, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
37	Parque linear ribeirinho do estuário do Tejo - Resposta à reclamação do indeferimento ao plano de trabalhos	ABB - Alexandre Barbosa Borges, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
38	Remodelação do jardim municipal Constantino Palha e qualificação dos espaços exteriores do Bairro dos Avieiros - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Luís Frazão - Construção Civil e Obras Pública, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 09,00 horas do dia 2013/04/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
39	Adaptação do edifício do mercado da Póvoa de Santa Iria para espaço cultural - Aprovação do mapa de quantidades de trabalho e orçamento ajustado à alteração do projeto de estruturas	Consórcio, Constrope - Congevia, Engenharia e Const, SA/Gigabeira - Instalações Especiais	Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação
40	Requalificação urbana da frente ribeirinha da zona sul do concelho de Vila Franca de Xira - Núcleo museológico - "A Póvoa e o Rio" - Trabalhos a mais (estacas)	AECI - Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA	Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação
41	Ecoparque da Póvoa - Hortas urbanas - Lista de erros		Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação
42	Requalificação de pavimentos em arruamentos municipais - Suspensão da obra por 30 dias	Construções Pragosa, SA		Aprovação
43	Estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da Estrada de São Marcos - Abertura de procedimento de ajuste direto por critérios materiais		Calhandriz	Aprovação
44	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Abertura de concurso público urgente		Forte da Casa	Aprovação
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Da competência da Presidente da C.M.			
45	Relação dos despachos da Sr ^a Vereadora Conceição Santos na área de pessoal			Conhecimento
46	Legislação síntese			Conhecimento

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 09,00 horas do dia 2013/04/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
47	<p>. Outros assuntos</p> <p>Empreitada da execução de 3 cais de pesca para os aveiros da Póvoa de Santa Iria - Minuta do contrato</p> <p>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA</p> <p>. Assuntos apresentados para conhecimento</p> <p>Da competência da Presidente da C.M.</p>	Cordivias - Engenharia, Lda		Aprovação
48	Balancetes			Conhecimento
49	Pagamentos autorizados			Conhecimento
50	<p>. Outros assuntos</p> <p>DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL</p> <p>Quinta de Santo Amaro - Monte Gordo - Lote 1, bloco B - Acordo de comparticipação em arrendamento temporário</p> <p>DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS</p>			Aprovação
51	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pela Srª Presidente e pela Srª Vereadora Conceição Santos, no uso da delegação e subdelegação de competências	Comiself - Refeitórios, Restaurantes e Bares, Lda	Vila Franca de Xira	Conhecimento
52	Concessão do direito de exploração da cafetaria do Museu do Neo-Realismo - Redução do valor da renda			Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 09,00 horas do dia 2013/04/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REQUALIFICAÇÃO URBANA			
53	Polis XXI - Requalificação ribeirinha da zona sul do concelho - Empreitada do parque urbano da Póvoa de Santa Iria - 1ª e 2ª fases - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde	Cordivias - Engenharia, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
54	Polis XXI - Requalificação ribeirinha da zona sul do concelho - Empreitada do parque urbano da Póvoa de Santa Iria - 1ª e 2ª fases - Auto de suspensão provisória dos trabalhos <i>Recusa</i>	Cordivias - Engenharia, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
55	Listagem dos contratos assumidos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo			Aprovação
56	Parecer prévio vinculativo - Reformulação do projeto de execução do parque urbano da Quinta da Flamengo - Fases 4A e 4B		Vialonga	Aprovação
57	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença - Ricardo Emanuel Garrido Lucas			Aprovação
58	Parecer prévio vinculativo - Compromisso plurianual - Renovação do contrato de manutenção de máquina de fotolitos AGFA Accuset 1000 - GIRP			Aprovação
59	Processo disciplinar - Relatório final			Decisão Retirado
60	AVG1 Ponte Santa - realização de escrituras com o Sr.	Helena Alves		Aprovação
61	Execução da sede e Polidesportivo do clube Académico de Desportos		Póvoa St.ª Iria	Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/04/17

Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e treze, pelas 09,00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência da Sr^a Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Alberto Simões Maia Mesquita; -----
. Bernardino José Gonçalves Lima; -----
. Raul Alberto Vaz Sanches; -----
. Maria da Conceição Pereira Gomes dos Santos; -----
. Francisco do Vale Antunes; -----
. Ana Lúdia Alves Cardoso; -----
. Frederico da Cruz Lemos e Sousa Saraiva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituídos pelos Srs. Vereadores Raul Alberto Vaz Sanches e Frederico da Cruz Lemos e Sousa Saraiva. -----

Saiu no decurso da reunião o Sr. Vereador Raul Alberto Vaz Sanches, pelas 13,10 horas, durante a discussão do ponto 56 da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral, assessorado por Susana Henrique de Jesus Pombo, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 02

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDENTE-----

. Chefe de Gabinete-----

Mário Nuno Duarte-----

GABINETE DE IMPRENSA-----

. Coordenadora-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Filomena Serrazina-----

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão de Contabilidade-----

Dr. Rui Galhardo-----

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----

Técnica Superior-----

Engª Filomena Lourinho-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS-----

. Adjunto do Vereador-----

Dr. José António de Oliveira-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

. Chefe da Divisão de Gestão de Empreitadas-----

Engº José Fernandes-----

DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL-----

. Diretora-----

Drª Carolina Carvalho-----



Reunião de 2013/04/17

Deliberação nº _____

2/2

Fl. Livro _____

Fl. Ata 04

Reunião de 2013/04/17

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
INTRODUÇÃO DE PONTOS NA ORDEM DO DIA -----

A Srª Presidente deu início à reunião cumprimentando os presentes e solicitando o Dr. Fernando Barreiros para a introdução dos pontos que não estão contemplados na ordem do dia, mas que já foram distribuídos.-----

Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, referindo que se propõe introduzir 2 pontos, o primeiro, com o número 60, reporta-se à realização de escrituras na AUGI Fonte Santa, em nome de Miranda Alves, e é presente para aprovação. -----

O ponto 61 reporta-se ao plano de segurança e saúde parcial do Clube Académico de Desportos, e é presente também para aprovação.-----

Acrescentou ainda que o ponto 26 foi retirado da ordem do dia, e esclareceu que o auto de suspensão referente ao ponto 54 é parcial. -----



Relativamente ao ponto 56, disse terem sido agora distribuídas plantas a cada bancada.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU fizeram uma proposta de agendamento relativa às novas instalações da câmara municipal, devendo entender-se como elaboração de um projeto e estimativa de custos, que continua a não ter agendamento, não sabem bem porquê, e assim também é em relação à deliberação que é reconhecida como importante entre todos, para legalização do processo do bairro da AMA – Associação de Moradores Alverquense. -----

Desta forma, agradecem que a Srª Presidente dê informações sobre essa situação, sendo que para os mesmos há todas as condições e faziam questão que os pontos pudessem ser hoje deliberados. -----

Respondeu a Srª Presidente que em relação ao ponto da AMA está feita e foi-lhe entregue ontem, para ver e assinar, uma informação para a CDU, uma vez que o processo está em andamento, conforme tinha dado conta na última reunião de câmara. O processo estava todo em andamento, há uma explicação a dar à CDU, em relação à questão do cânone superficiário. Foi desenvolvido um parecer jurídico sobre o mesmo, e a informação poderá ainda ser entregue durante esta reunião. ---

Questionou o Sr. Vereador Nuno Libório se a câmara municipal prescinde da proposta, uma vez que os membros da CDU não vão prescindir da aprovação da

sua proposta.-----

Respondeu a Srª Presidente que a proposta pode vir na mesma à reunião de câmara, contudo, há 15 dias explicou que se estava a tratar do assunto, ao contrário do que a CDU achava, senão aquilo não faria sentido, e a única coisa que da proposta poderia fazer sentido era a questão do cânon superficiário.-----

Quanto à questão das instalações, informou que a proposta não tinha sido agendada porque estava em vias de haver uma reunião com a Circuitos, para ouvir da empresa aquilo que era o ponto da situação, e o que tinha a dizer. Faria sentido que a proposta fosse agendada no momento a seguir, mas não houve ainda oportunidade para fazer essa mesma reunião, que terá de acontecer muito brevemente.-----

Desta forma, o seu compromisso é o de agendar a questão das instalações para a próxima reunião de câmara, que é de hoje a 15 dias, e quanto à AMA, durante o decorrer da reunião ver-se-á se se querará ainda introduzir hoje ou não.-----

Questionou se o Sr. Vereador estava de acordo, ao que o mesmo respondeu afirmativamente. -----


Relativamente à ordem de trabalhos, e porque há um conjunto de pontos que deve ser remetido à assembleia municipal, cuja sessão tem lugar amanhã, solicita que possam ser vistos antes do período antes da ordem do dia, e são concretamente os pontos 1 a 8, 10 a 17, 19, 24 e 58, bem como os pontos 9 e 18, face à matéria em questão. -----

Propôs ainda, considerando a matéria em apreço, que fosse discutido no final da reunião, em privado, o ponto 59.-----

Deliberado, por unanimidade, a introdução de pontos na ordem do dia. -----

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A



Assunto: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO DE 12/12/2012, REALIZADA A 17/12/2012, REFERENTE ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2013/2016 E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2013 -----

Presente para revogação a deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente às grandes opções do plano para o quadriénio 2013/2016 e orçamento municipal para 2013, e posterior remessa à assembleia municipal, para revogação da respetiva deliberação tomada a 2012/12/27.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que no seguimento da reunião de câmara da semana passada, exatamente há 8 dias atrás, e face àquilo que foi o chumbo da revisão respeitante à construção da biblioteca de Vila Franca de Xira e da requalificação daquela parte da frente ribeirinha, o Partido Socialista comprometeu-se a desenvolver novas diligências para tentar ultrapassar esse problema. Neste contexto traz hoje a proposta de revogação dos pontos que foram aprovados na reunião de dezembro, referentes aos documentos previsionais e outros de funcionamento para 2013, e trá-los também para nova aprovação. -----

Tendo em consideração que o que provoca esta situação é efetivamente a questão da biblioteca, foi introduzida nas grandes opções do plano a correção necessária para a regularização desta situação, não sendo por isso necessário efetuar uma revisão para repartição das despesas para o ano de 2014. -----

Considerando que é bem conhecida a posição dos membros da CDU sobre este assunto, permite-se dar de imediato a palavra à Coligação Novo Rumo, que fez condicionar uma coisa à outra.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que a Coligação Novo Rumo apenas tem a dizer que se congratula com o facto de estes pontos virem novamente a reunião de câmara para serem revogados e posteriormente deliberados, porque considera que assim foi reposta a democracia, e congratula-se por esta decisão da câmara municipal.-----

Interveio de novo a Srª Presidente, dizendo que não vai fazer qualquer comentário sobre a questão da democracia, até porque o tribunal já se pronunciou sobre essa matéria, mas passará de imediato à votação dos pontos. -----


A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo que a Srª Presidente se

escusa a fazer comentário sobre a democracia, mas a CDU não se escusa e entende que o que se vai fazer é demonstrativo de várias circunstâncias. Primeiro, compreendendo a posição do Partido Socialista, o embaraço e o grande gigante que os seus membros têm de engolir hoje, para os membros da CDU esta situação é caricata, até porque a semana passada ela não era necessária, pois a Srª Presidente disse várias vezes na reunião que houve há uma semana atrás que o tribunal tinha decidido. Agora, pelos vistos, aquilo que o tribunal decidiu de nada vale, portanto, andam a reboque daquilo que o Partido Socialista e a Coligação Novo Rumo entendem fazer dos órgãos de gestão e do próprio funcionamento da câmara municipal.-----

O que era ontem, hoje já não é, amanhã talvez também já não seja desta forma, e isso para os membros da CDU é elucidativo daquilo que foi, e que pelos vistos continua a ser, um acordo de partes entre o Partido Socialista e a Coligação Novo Rumo.-----

Foi um acordo que começou no início deste mandato, com a distribuição de pelouros apenas à Coligação Novo Rumo, deixando a CDU de parte desse acordo, ou desse princípio que seria a distribuição de competências a todos os vereadores eleitos na câmara municipal, continua hoje, em abril de 2013, com estes acordos que se fazem e levam a que a câmara municipal esteja neste impasse, e os próprios trabalhadores não percebiam até quando e como se há de jogar neste tabuleiro, que é um tabuleiro político que, francamente, não tem nada a ver com os princípios da CDU.-----

Certamente a Srª Presidente irá dizer que está a fazê-lo a bem do município, acredita que seja assim, porque todos estão na câmara municipal a bem do município, mas para os membros da CDU aquilo que aconteceu em dezembro foi muito simples, a Coligação Novo Rumo não queria chumbar o orçamento, não teve coragem política para o fazer neste órgão, não queria que alguns dos seus membros pudessem abster-se no orçamento, portanto, decidiu abandonar a sala. Cabe à Srª Presidente julgar ou coordenar a reunião, coordenou-a como entendeu, a CDU, quando chamada pelo tribunal, não se pronunciou porque entendeu que tudo aquilo que estava ali escrito correspondia à verdade, de facto, os vereadores da Coligação Novo Rumo tinham abandonado a sala, portanto, é para os membros

da CDU, no mínimo, espantoso como é que se pode agora revogar uma deliberação que o tribunal considera correta, em que a Srª Presidente pode, inclusivamente, colocar a câmara municipal numa situação, que é a do orçamento ser chumbado no momento a seguir, pois, como já disse, aquilo que era ontem, hoje já não é, amanhã pode não ser, e francamente, estar num órgão onde não se pode confiar nos parceiros de órgão é muito complicado. -----

Terminou, dizendo que é lamentável que mais uma vez o Partido Socialista tenha ido de acordo com a Coligação Novo Rumo, até inclusivamente, e os membros da CDU já o disseram a semana passada, no caso da biblioteca, em que poderia ter sido outra a opção do Partido Socialista. A CDU nunca esteve contra a biblioteca, está contra um projeto megalómano, que no seu entender deveria ser feito à escala das necessidades e possibilidades do concelho de Vila Franca de Xira. -----

É o que se lhe apraz dizer por agora sobre mais um momento que só desprestigia a câmara municipal e só leva as pessoas que assistem a este espetáculo a pensarem que, de facto, os políticos têm cada vez menos palavra. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que o Partido Socialista tentou, mas não conseguiu. Tentou justificar-se, mas não conseguiu, tentou justificar o injustificável, logo, resultou uma não justificação. -----

O que está à beira de acontecer é uma situação inédita no funcionamento democrático dos órgãos municipais do concelho de Vila Franca de Xira, e é inédita porque, acima de tudo, fica bastante claro que o PS e o PSD, no fundamental, convergem sobre o mesmo tipo de interesses. -----

Este mandato, tal como em anos anteriores, fica marcado por esta linearidade absolutamente inquestionável. O Partido Socialista inicia o mandato de mãos dadas com o PSD e termina de mão-dadas e reforçadas com este mesmo PSD. -----

O problema não está nessas mãos dadas e nessa união de facto, o problema está nos objetivos a que se propõe para resolver aquilo que não tem que ser competência da câmara municipal resolver, esquecendo-se de resolver antes aqueles que são os principais e fundamentais problemas do concelho de Vila Franca de Xira. -----

É desprestigiante e desqualificante para o órgão municipal o que se está hoje a passar. A câmara municipal despendeu largas horas a discutir este assunto e esta

matéria, apresentou o contraditório, defendeu-se junto do tribunal, e de um momento para o outro muda de opinião, como se fosse possível mudar de opinião sobre um assunto que todos reconhecem que estava garantido, sob o ponto de vista das regras e funcionamentos democráticos que assistem ao regulamento aplicável para o funcionamento da reunião da câmara municipal.-----

Como os membros da CDU têm vindo a assinalar, isto é a marca fundamental do Partido Socialista e do PSD, gestão avulsa, descomprometida com os interesses do concelho, e acima de tudo uma disputa político/partidária sem qualquer tipo de sentido, quando se quisessem que a biblioteca existisse e dependesse da vontade forte da câmara municipal, este processo teria nascido e construído certamente com outros pressupostos, e não certamente alavancado de um compromisso imobiliário. No fundamental, se a câmara municipal quisesse ter essa biblioteca e que ela servisse inteiramente os serviços dos seus munícipes, já poderia dispor dela, e é caso para recordar que não dependeu, e continua a não depender da câmara municipal a existência dessa biblioteca, a câmara municipal está dependente de terceiros para a existência da mesma. -----

Para terminar, referiu que é de facto muito lamentável. A CDU não se revê neste orçamento, defende outro orçamento e apresentou propostas alternativas, mas não pode acompanhar aqueles que hoje querem revogar a deliberação de 17 de dezembro de 2012. Não pode acompanhar, porque os motivos que estão subjacentes são motivos impraticáveis e absolutamente inaceitáveis do ponto de vista político. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dirigindo-se aos Srs. Vereadores da CDU e aos presentes, mencionando que, com a responsabilidade que lhe assiste no desempenho do cargo, aquilo que é mais importante para o Partido Socialista é, na realidade, um compromisso com os interesses do concelho, ao contrário daquilo que o Sr. Vereador Nuno Libório acabou de dizer. Nesse quadro cabe-lhe esgotar todas as possibilidades para que os interesses do concelho e das suas populações sejam salvaguardados. -----

Os juízos políticos que cada grupo entender fazer e os comportamentos que cada grupo entender ter só a cada um deles diz respeito. Todos têm uma avaliação dos outros, mas a avaliação será feita por quem escolhe um ou outro para gerir os



destinos do concelho. -----

Disse ainda ao Sr. Vereador Nuno Libório que há momentos na vida em que andar para trás não significa perder, e neste caso a própria confia que signifique desde logo ganhar a biblioteca para Vila Franca de Xira, até acredita que isso não faça diferença nenhuma ao Sr. Vereador, mas garante-lhe que ao PS faz muita diferença, porque faz diferença às pessoas. -----

Não se vai perder em nenhuma apreciação acerca das muitas coisas que o Sr. Vereador Nuno Libório acabou de dizer, porque fez uma opção em termos políticos pelo Partido Socialista e o Sr. Vereador fê-la pelo Partido Comunista. Há diferenças, e são essas diferenças que os põem a cada um de um lado e o outro do outro, e isso não quer dizer que não se encontrem de vez em quando, até se encontram muitas vezes, mas uma coisa deve-se ter também como objetivo de vida, é respeitarem-se uns aos outros, e por isso agradece que não se façam conjeturas que neste caso nada têm de real, porque aquilo que presidiu a esta decisão do Partido Socialista de voltar a agendar, foi efetivamente garantir a possibilidade da construção da biblioteca, a não perda dos 3,5 milhões de euros e, principalmente, os interesses das pessoas, e quanto a isso tem dito. -----

Passou à votação, propondo, tendo em consideração a matéria, que se possam votar os pontos de 1 a 9 da ordem do dia, perguntando quem vota contra. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que os membros CDU votam contra. -----

A Srª Presidente prosseguiu, perguntando quem se abstêm e quem vota a favor, registando os votos a favor dos membros da Coligação Novo Rumo e do Partido Socialista. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para dizer que os membros da Coligação Novo Rumo pretendem fazer uma declaração de voto sobre os pontos 1 a 9, que passou a ler, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que as declarações de voto não se comentam, de qualquer maneira, a própria quer fazer uma declaração de voto em nome do Partido Socialista: -----

“O Partido Socialista não reconhece que não tenha sido exercida a democracia



quando em dezembro estes documentos foram votados, não reconhece que tivesse cometido qualquer erro, mas reconhece, isso sim, a importância que tem ultrapassarmos este momento para tranquilidade de todos e execução dos objetivos programados”. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012. -----



Fl. Ata 14

Reunião de 2013/04/17

Proc⁹ ..

Deliberação nº **401**

A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 1 da ordem do dia. - Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012. -----

Fl. Ata **16**

Reunião de 2013/04/17

Proc^o

Deliberação nº **493**

Assunto: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO DE 12/12/2012, REALIZADA A 17/12/2012, REFERENTE AO REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Presente para revogação a deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao regulamento orgânico dos serviços municipais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal, para revogação da respetiva deliberação tomada a 2012/12/27. -----

A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 1 da ordem do dia. - Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 17

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 404

Assunto: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO DE 12/12/2012, REALIZADA A 17/12/2012, REFERENTE AO REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Presente para revogação a deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao regulamento orgânico dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal, para revogação da respetiva deliberação tomada a 2012/12/27. -----

A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 1 da ordem do dia. - Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012. -----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 18

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 405

Assunto: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO DE 12/12/2012, REALIZADA A 17/12/2012, REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2013 -----

Presente para revogação a deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao mapa de pessoal da câmara municipal para 2013, e posterior remessa à assembleia municipal, para revogação da respetiva deliberação tomada a 2012/12/27. -----

A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 1 da ordem do dia. - Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012. -----



Deliberação nº **406**


A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 1 da ordem do dia. - Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012. -----



Deliberação nº **407**



A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 1 da ordem do dia. - Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012. -----



Assunto: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO DE 12/12/2012, REALIZADA A 17/12/2012, REFERENTE AO MAPA DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA EM 2013 -----

Presente para revogação a deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012, referente ao mapa de transferências para as juntas de freguesias em 2013. -----

A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 1 da ordem do dia. -

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a revogação da deliberação tomada na continuação da reunião de 12/12/2012, realizada a 17/12/2012. -----



Assunto: GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2013/2016 E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2013 -----

Presente para aprovação as grandes opções do plano para o quadriénio 2013/2016 e orçamento municipal para o ano de 2013, documentos que se anexam e dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio a Srª Presidente, reportando-se a este assunto em conjunto com os pontos 11 a 18 da ordem do dia, referindo que a única alteração, quanto ao ponto 10, é que está incluída, e foi distribuído um documento autónomo para melhor compreensão, a questão da biblioteca, pelo que solicita à Drª Nélida Soares o favor de explicar os reflexos que essa alteração tem nos outros documentos. -----

Interveio a Drª Nélida Soares, referindo que inicialmente, no documento que foi para aprovação a 17 de dezembro, o total do orçamento era de 71 milhões de euros, precisamente porque tinha o compromisso da biblioteca, com 3,5 milhões de euros, para 2013, que depois acolheu 1,5 milhões de euros de compromissos que ficaram por pagar de 2012. Como houve esta questão da reprogramação, transferiram-se 3,5 milhões de euros para 2014, e deixou-se 1,5 milhões de euros em 2013, o que naturalmente baixou o total do orçamento para cerca de 69 milhões de euros. Esta situação teve reflexos em toda a análise do documento, porque é feito com base no total do orçamento, em termos de resumos, de mapas-resumo, e pelos próprios mapas de orçamento de receita e despesa, que refletem essa mesma alteração. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo à Srª Presidente uma pequena explicação sobre o conteúdo do ponto 17. -----

Respondeu a Srª Presidente que para este ponto a explicação é exatamente a mesma quando veio à reunião de câmara, em dezembro, e já na altura tinha havido alguma dificuldade na apreensão. -----

Interveio o Dr. Rui Galhardo, explicando que a lei dos compromissos, aprovada em 2012, teve a sequência no Decreto-Lei nº 127/12, que permite que a autorização da assembleia municipal possa ser feita aquando da aprovação das grandes opções do plano. Isto significa que a assembleia municipal pode autorizar genericamente os compromissos plurianuais que forem assumidos pela câmara

A

Don

municipal, desde que em determinados limites, e esta proposta estabelece estes limites, para que a câmara municipal possa efetuar esses compromissos plurianuais, tendo depois a responsabilidade de comunicar as situações à assembleia municipal. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que está correto, e que os membros da CDU se recordam agora do momento. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo se os Srs. Vereadores estiverem de acordo se passará à votação destes pontos, de 10 a 18, perguntando o sentido de voto, e dizendo que a CDU vota contra, que a Coligação Novo Rumo se abstém, e que o Partido Socialista vota a favor. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, apresentando e lendo uma declaração de voto da Coligação Novo Rumo para os pontos 10 a 18 da ordem do dia, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU não apresentou razões porque as disse na reunião de 17 de dezembro, mas tem pena que outros partidos, designadamente o PSD, que tanta crítica tem feito ao longo deste mandato, designadamente nesta reta final, quando se desligou da governação com o PS, não tenha assumido politicamente a coragem de votar contra este orçamento. -----

Considera ser caso para dizer, "tanta conversa, tanta proposta, tanta contraproposta e tanta agitação para quê?", para no fundamental viabilizar um documento que em si mesmo está muito errado e se afasta cada vez mais do rumo de desenvolvimento do concelho. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar as grandes opções do plano para o quadriénio 2013/2016 e o orçamento municipal para o ano de 2013. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 24

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 410

Assunto: ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO
PARA 2013 -----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2012/11/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o ano de 2013, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia. Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar o orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o ano de 2013. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata 25

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 411

Assunto: PLANO PLURIANUAL DE  INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA O QUADRIÉNIO 2013/2016-----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2012/11/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o quadriénio 2013/2016, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia. Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar o plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o quadriénio 2013/2016.-----




1. Assunto: REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 172/13, de 10/04, do DAG/DGRH, para aprovação do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 172/13, de 10/04, do DAG/DGRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia.

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

Assunto: REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2012/12/05, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia. Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar o Regulamento Orgânico dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira. -----

1. Assunto: MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO 2013 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 711/12, de 03/12, do DAG/DGRH, para aprovação do mapa de pessoal da câmara municipal para o ano 2013, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 711/12, de 03/12, do DAG/DGRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia.

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 30



Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 416

Assunto: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PREVISTA NA LEI DOS COMPROMISSOS --
Presente para aprovação a proposta da Srª Presidente, datada de 2012/12/06,
documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, no
sentido de propor à assembleia municipal que delibere conceder a autorização
prévia genérica prevista na Lei dos Compromissos, favorável à assunção de
compromissos plurianuais pela câmara municipal e Serviços Municipalizados de
Água e Saneamento, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº
8/2012, de 21 de fevereiro, e artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de
junho, a assumir a partir de 1 de janeiro de 2013. -----

A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia.
Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção
dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª
Presidente. -----

1. Assunto: MAPA DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA 2013 ---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 107/12, de 06/12, do DAF/DPFCI, para aprovação do mapa de transferências para as juntas de freguesia referentes ao complemento do Fundo de Financiamento para 2013. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 107/12, de 06/12, do DAF/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia.

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

1. Assunto: AQUISIÇÃO DOS LOTES A1 A A21 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA COUTADA – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com parecer nº 5/13, de 27/03, do DAG/SAD, para aprovação da aquisição dos lotes A1 a A21 do loteamento da Quinta da Coutada, em Vila Franca de Xira, no valor de 680 000,00€, a Filipe Borba Andrade e Sousa, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se parecer nº 5/13, de 27/03, do DAG/SAD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que teve oportunidade de fazer uma abordagem com os Srs. Vereadores, e acolhendo na realidade aquilo que foi analisado, a proposta que apresenta é que se possam retomar estes terrenos pelo valor apontado, que é um valor substancialmente inferior ao da avaliação, sendo o objetivo o desenvolvimento de um projeto para construção de habitação para jovens com rendas condicionadas. -----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU conseguiram perceber o objetivo da aquisição, só que ele está apenas no despacho da Srª Presidente, e seria melhor que estivesse no próprio texto da comunicação interna, para ser mais perceptível quanto ao objetivo que assiste à aquisição destes terrenos.-----
De facto, sempre defenderam a habitação a custos controlados, e pensam que é isso que o despacho da Srª Presidente diz, mas lamentam que esta sugestão e vontade expressa agora pelo Partido Socialista não tenha chegado mais cedo, porque, de facto, no momento que se atravessa as pessoas têm cada vez mais



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **33**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

dificuldades em ter casa própria, inclusivamente a arrendá-la, e convinha que isso ficasse expressamente escrito, para que o terreno não tivesse outro objetivo, que não o da construção a custos controlados.-----

Pareceu-lhes que o texto, nessa parte, era diminuto, e é por isso que decidiram falar, uma vez que a justificação deveria ser um pouco maior do que aquela que se encontra no documento. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm alguma dificuldade nessa questão, porque no ponto 6 da comunicação interna diz-se que a aquisição se destinará a que o município fique com uma bolsa de terrenos que permitirá no futuro negociar com eventuais interessados na sua aquisição. -----

Consideram que não se está no melhor momento para que seja constituída qualquer bolsa de terrenos a nível do imobiliário, e por outro lado não conseguiram ainda perceber bem, e talvez seja um problema de interpretação que têm, a vantagem que a câmara municipal tem em adquirir estes lotes, que não seja a de resolver o problema ao Sr. Filipe Borba, que obviamente terá as suas questões para serem resolvidas, e que inclusivamente se sente, do que se percebe das comunicações, enganado pela câmara municipal.-----

Desta forma, gostariam, pelo que o Sr. Filipe Borba dá a entender, de saber o que aconteceu efetivamente, se quando permutou estes lotes tinha garantias de que seriam facilmente vendáveis, seriam comercializáveis, e não entendem como é que não foi informado, ou se calhar foi, o que não sabem, que estava a permutar o terreno em causa com lotes referentes a uma AUGI. -----

Por isso, têm alguma dificuldade em perceber a vantagem para a câmara municipal de adquirir estes lotes que não seja a de resolver um problema ao Sr. Filipe Borba. A situação que a Srª Presidente referiu não está expressa na comunicação interna, a não ser no seu despacho, e entendem que, inclusivamente, a comunicação interna diz outra coisa, é uma bolsa de terrenos, não diz que será habitação para jovens a custos controlados. -----

Tomou de novo a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo, para que fique claro, que o processo do hospital para os membros da CDU está terminado, e é um processo completamente autónomo daquilo que se está hoje a votar, aliás, a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 34
Reunião de 2013/04/17
Procº _____
Deliberação nº _____

posição que têm relativamente ao hospital está mais do que expressa, e a CDU está a votar a aquisição de lotes para habitação a custos controlados. Por isso disseram que a comunicação interna devia ser mais explícita, e a própria, que é completamente leiga na matéria, não consegue entender o despacho como muito explícito.-----

Entendem que é uma boa compra para o município, é um bom momento para adquirir imóveis, e sabe-se perfeitamente porquê, não é preciso ser economista, pelo que dizem sim ao adquirir, com este objetivo, que é colocar no mercado habitações com preços que sejam acessíveis, nomeadamente para casais jovens, para que não tenham a tentação que foi a de há alguns anos para cá, de irem viver para concelhos limítrofes do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Mais uma vez, deixa bem claro que não estão e não querem confundir este processo com o do hospital.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que há três questões a separar. Em primeiro lugar, como a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso disse, isto já não se pode agarrar de forma alguma ao hospital, e há duas apreciações a fazer. Uma é técnica, que resultou naquela informação, e há uma decisão política, que tem a ver com os destinos a dar aos terrenos, com base num despacho da Srª Presidente, que pode completamente alterar aquilo que está na informação técnica, e que será ou não validado pelo executivo municipal. -----

Aquilo que é a decisão, e o que vale, é o que hoje se decidir e constar da ata, porque se poderia, inclusivamente, decidir outra coisa qualquer, sendo que se deu até um passo mais à frente, pois da última vez que se abordou este assunto, primeira e única, foi falada, até pela CDU, a possibilidade disto se fazer no âmbito do setor cooperativo.-----

Nesse sentido, tendo até em conta o estado das cooperativas no concelho, fez-se uma primeira abordagem, porque há uma tentativa de ressurgimento deste movimento, não ainda no concelho, mas da Área Metropolitana de Lisboa, com apoio específico de algumas entidades financiadoras, no sentido de perceber se na realidade tinha pés para andar, ou se teria de ser uma iniciativa municipal.-----

Está-se a estudar esta questão, dependendo da resolução de hoje, e por isso aquilo que constar da ata como objetivo político desta aquisição, se ela vier a ser



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 35

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

aprovada, é o que na realidade conta. -----

Respondendo à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, entende que se deve separar esta questão em duas partes também. Houve uma primeira negociação, teve a avaliação que teve, e serviu de permuta para os terrenos onde se construiu o hospital. -----

Na altura foi tudo explicado, a pessoa comprou consciente, só que havia ali fatores que nem o próprio, nem a câmara municipal, dominava, e que tinha a ver com os tempos necessários para a emissão do alvará, porque tinha muito a ver com os coproprietários dos lotes, e inclusivamente tinha a ver com negociações que era preciso fazer com os proprietários de uma zona denominada eucaliptal, onde não se podia construir nada, em que teria de haver pagamento de tornas e tudo o mais. -----

Estes processos levam normalmente mais tempo do que aquele que uma pessoa que está a receber um terreno em troca pensa, principalmente uma pessoa que não tem nada a ver com o meio. Nesse aspeto, volta a atestar que na realidade o Sr. Filipe Borba agiu sempre de muito boa-fé com a câmara municipal, o que teve foi, resultado da negociação que fez com a câmara municipal, um conjunto de problemas que não esperava, e faz agora esta proposta ao município, do ponto de vista da decisão, em termos de oportunidade. -----

É certo que a câmara municipal não iria à procura deste terreno noutra circunstância, mas surge-lhe a oportunidade, por um valor até abaixo do valor da avaliação que foi produzida aos dias de hoje, onde também se traduz claramente numa mais-valia para o município em relação ao procedimento inicial, que eram 2 milhões de euros. -----

Aproveitando a oportunidade que o Governo dá de neste momento se poder avançar para uma iniciativa de habitação, ou para arrendar em termos de rendas apoiadas ou condicionadas, que é a possibilidade de um financiamento a 50%, durante 30 anos, a uma taxa fixa, o que é nos tempos que correm altamente vantajoso, entendeu-se que para a câmara municipal é também uma boa oportunidade para resolver dois problemas. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, perguntando quem fez a última avaliação. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **36**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que a avaliação foi feita pelos serviços da câmara municipal. -----

Acrescentou achar que o essencial já foi referido, não é exatamente resolver um problema, seja a quem for, é aproveitar uma oportunidade que provavelmente não surgirá a breve trecho, oportunidade que concorre também para uma questão que várias vezes tem sido falada em reunião de câmara, que é encontrar soluções para casais jovens que queiram constituir família, estabilizar-se, e que para isso necessitam de habitação, que não pode ser de acordo com os valores de mercado. Por isso, os membros do PS consideram que esta é uma possibilidade muito interessante, e tal como a Srª Presidente já referiu, estão a ser estudadas soluções, mas para isso tinha de haver uma bolsa de lotes para o efeito. Surgiu esta situação, na sequência de uma exposição que foi colocada pelo Sr. Filipe Borba, que foi estudada, desenvolvida e é apresentada hoje para análise.-----

Na sua opinião, a câmara municipal não deveria perder esta oportunidade, porque certamente o mercado, no futuro, não há de estar sempre como está hoje, e provavelmente os valores daqui a uns tempos serão completamente diferentes.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo, mesmo percebendo que o que está em discussão neste momento é o motivo do despacho da Srª Presidente, que o mesmo não se enquadra, nem de perto, nem de longe, com aquilo que é a exposição feita ao longo do texto da comunicação interna. No despacho há uma coisa que o deixou perplexo, porque não sabe o que quer dizer, ou seja, a Srª Presidente, em determinada altura, falando da necessidade de construção de habitação, diz "levar programa apresentado, ou 50% de comparticipação".-----

A Srª Presidente interrompeu, referindo que quer dizer novo programa. -----

O Sr. Vereador Bernardino Lima prosseguiu, questionando se é apresentado hoje, e se é 50% de comparticipação para pagamento a 30 anos, porque no meio do despacho toda aquela é uma frase descontextualizada. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que o dia em que fez o despacho foi o dia em que o Governo anunciou o programa em causa, pelo que o mesmo vem também facilitar, e não é só o município de Vila Franca de Xira. Não tem dúvida que foi por essa razão que o Governo tomou tal iniciativa, dada a falta de habitação e os problemas existentes, de avançar com uma medida que permite a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Jan

Fl. Livro _____

Fl. Ata **37**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

concessão de crédito de 50% do investimento, durante o prazo de 30 anos, a uma taxa fixa de 3%, mais Euribor, o que, na realidade, face ao mercado, é um bom compromisso.-----

Assim sendo, isto vem ao encontro do que já se tem falado em vários momentos, que se tinha analisado no outro momento, mas só com este objetivo, de habitação para arrendar ou, eventualmente, para venda, mas a preços condicionados. Aí, logo que saia o diploma perceber-se-á, e voltará de novo à câmara municipal, para se desenhar o figurino juntamente com aquilo que são as outras abordagens que se estão a fazer em relação à questão que foi sugerida, até pela CDU, e que tinha a ver com o retomar um processo que foi muito caro ao município de Vila Franca de Xira, relacionado com a intervenção das cooperativas de habitação.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que para quem não conhece isto, só se tiver um dedo que adivinha, que o próprio não tem, e não consegue perceber isto.-----

A Srª Presidente interveio novamente, dizendo que o Sr. Vereador tem toda a razão, porque na realidade aquilo que às vezes é a informação no momento em que se está a produzir, não é igual para todos, mas fica esclarecido em termos de ata.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que não sabe se percebeu bem há pouco, mas a Srª Presidente disse que efetivamente a câmara municipal, não fosse esta situação, não iria à procura destes lotes para adquirir. Por isso, os membros da Coligação Novo Rumo entendem que há 680 000,00€ para adquirir 20 lotes, a 34 000,00€ cada um, e, não conhecendo a própria o valor dos lotes, pois nunca comprou nenhum, não sabem se será assim um tão bom negócio como isso. Dizendo a Srª Presidente que, não fosse esta situação, a câmara municipal não iria à procura destes lotes para os adquirir, o que é perfeitamente compreensível, custa-lhes perceber qual o objetivo principal na aquisição destes lotes. Ao imaginar que o Sr. Filipe Borba estava a vender os lotes a um terceiro, que não era a câmara municipal, quanto é que valeria cada lote? O dobro?-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que são 21 lotes, 20 para moradias, e 1 lote, que é o 21, para habitação coletiva, e foram avaliados, na altura da permuta relativamente ao negócio da aquisição do terreno para o hospital, por 2 milhões de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 38

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

euros. A situação hoje é diferente, e a avaliação que foi feita destes mesmos lotes, dos que foram permutados e cedidos ao Sr. Felipe Borba, foi em cerca de 1,3 milhão de euros. O que é proposto é um valor de metade, apesar de tudo, da avaliação que é feita hoje, aos valores do mercado, portanto, da análise que se fez, entendeu-se que, tendo em vista os valores de mercado de hoje, o que vem hoje à reunião de câmara é um valor que é cerca de metade dessa mesma avaliação. -----
Portanto, reputa que é uma oportunidade que provavelmente não surgirá segunda vez. -----

Nesse sentido, e tendo em vista a coincidência do próprio Governo avançar agora com um programa que se considera que não se deve perder, e deve-se estudar a forma como se vai avançar para a construção de habitação a custos controlados, para venda, ou para arrendamento dirigido a jovens, julga que se conjuga uma série de fatores que lhe parece interessante, e que se deve aproveitar. -----
Interveio a Srª Presidente, esclarecendo a Srª Vereadora que são 20 lotes para moradias com 2 pisos. Logo, automaticamente, no futuro serão 40 habitações e não 20, porque a filosofia altera-se. Não é a mesma coisa, no âmbito até deste próprio programa, pois não se vão construir habitações com 200m², e há possibilidade de transformar isto em mais. Depois, são também mais 15 fogos, que são do lote 21, estando-se assim, grosso modo, e duma maneira rápida, a olhar para qualquer coisa que são 55 fogos já. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU continuam a dizer e defender que esta é de facto uma oportunidade, espantando-os que, nos tempos que correm, se possam pôr em causa estes valores que são agora apresentados, quando, por exemplo, no início do mandato, a Coligação Novo Rumo e o Partido Socialista estavam até na disposição de pagar quase 4 milhões de euros pelo terreno da Fábrica do Arroz, e onde se iriam gastar mais 2 milhões de euros para fazer uma praça pública. Não fora a CDU a colocar alguns entraves a este processo, e depois a maioria dar razão à Coligação Democrática Unitária, e perceber que eram valores exorbitantes, e ter-se-ia gasto ali, numa praça pública, 6 milhões de euros. -----

Portanto, está-se a falar em verbas que rondam 600 000,00€, por 21 lotes, para habitações a custos controlados, para que o concelho de Vila Franca de Xira possa



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **39**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

ser uma opção de vida, não só para os casais jovens que procuram casa, mas também para as pessoas que necessitam de um teto a um preço acessível para viver.-----

Assim, se for para este fim, que é, os membros da CDU votarão a favor da proposta, porque entendem que é benéfica para o município.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, acrescentando que este assunto deve também ser sujeito, logo a seguir, se vier a ser aprovado, a um estudo da possibilidade de alteração ao alvará de loteamento, que inclusivamente, e face a quem conhece a Quinta da Coutada, sabe do que se está a falar, as áreas das moradias eram muito confortáveis, pode permitir converter em mais, face ao espaço de ocupação aos índices de construção. Por isso, é um estudo que terá também que ser feito no momento a seguir, sendo que no imediato permite dobrar os 20 para 40, a que se juntam os 15. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Conceição Santos, cumprimentando todos os presentes, dizendo que cabe lembrar que, embora o município tenha um parque habitacional municipal vasto, ele é de características sociais, de rendas apoiadas, e há uma faixa da população que, e às vezes recebem-se casais, nomeadamente jovens, manifesta o interesse em perceber se há também uma resposta para quem, pagando rendas que até consideram elevadas, poderia, a preços mais baixos, adquirir a sua habitação própria. -----

Portanto, cabe também ao município aliar o facto de existir esta oportunidade a uma resposta que é preciso dar ao conjunto da população que pretende adquirir habitação a custos mais baixo em vez de estar a pagar rendas que considera exageradas. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Frederico Saraiva, pedindo à Srª Presidente um pequeno esclarecimento, pois não é claro para o próprio, talvez por desconhecimento do processo. Assim, questiona, depois destes lotes serem adquiridos, se eventualmente há alguns custos que possam ser imputados posteriormente à câmara municipal face a este processo, ou se após a aquisição não existem quaisquer outros custos que possam não ter sido antevistos numa primeira fase, e que possam depois, posteriormente, serem imputados à câmara municipal. Pergunta, desta forma, se a Srª Presidente antevê alguns custos ou não.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 40

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Respondeu a Srª Presidente que os custos que resultarão a seguir são os do processo que hoje se vai decidir dar corpo, e esses mesmos custos serão enquadrados no modelo que for desenvolvido. Se for um modelo que envolva uma cooperativa de habitação, serão diferentes, pelo que há que perceber como é o passo seguinte. Se fosse por iniciativa municipal, seria a câmara municipal a mandar fazer a obra, e teria os custos inerentes a essa decisão, só dessa natureza do desenvolvimento. Se fosse uma cooperativa, aquilo que era habitual fazer era ceder o terreno a uma cooperativa, que tinha condições especiais para esse efeito, e era só isso que acontecia.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Frederico Santos, dizendo que seria interessante os membros da Coligação Novo Rumo perceberem, no cenário da possibilidade de existência de custos, de que custos se estaria a falar, porque ao votarem, e ao aceitarem esta decisão, podem estar a imputar custos posteriormente, que poderão ou não ser comportáveis. Neste momento não tem qualquer noção, num cenário em que possa haver custos, de quanto se está a falar, porque ao aceitarem esta questão, numa votação favorável, não estão a dizer que estão dispostos a gastar os 600 e tal mil euros para este processo, mas poderão estar a imputar outros tantos, e não sabem quanto, sendo essa a noção que gostariam de ter, se for possível, para saberem o que estão a imputar no futuro da câmara municipal. ---

Respondeu a Srª Presidente que neste momento não é possível saber, porque isso exigia um processo muito mais adiantado, e é impossível mesmo. Contudo, poderá dizer que estão neste momento, por exemplo, a terminar empréstimos relacionados com a habitação social que se começou a construir em 1996, e por aí adiante. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Frederico Saraiva, perguntando, dito isto, se a Srª Presidente vê como viável que os membros da Coligação Novo Rumo percebam quais são os custos, hipotéticos, e por quanto tempo se estão a hipotecar estes custos, antes de aceitarem esta proposta, ou se isso não é viável.-----

Respondeu a Srª Presidente que na sua opinião não é viável, por duas razões. Em primeiro lugar, o município perde logo a oportunidade de recorrer a esta linha de crédito que o Governo agora vai abrir, porque, inclusivamente, obriga a fazer um projeto à cabeça, obriga logo a gastar dinheiro para perceber o que se está a fazer,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 41

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

e tudo aquilo que é inerente ao desenvolvimento de um processo desta natureza. --
De qualquer maneira, mesmo que não fosse para nada, do ponto de vista do investimento municipal, seria sempre um bom negócio, porque dizem os antigos que "a terra não pede pão e vale sempre pão". -----

Aquele terreno já valeu em determinado momento à câmara municipal um valor que quase quadruplicou o valor que está hoje em cima da mesa. -----

Na avaliação produzida agora, com a desvalorização decorrente da atual situação do mercado, aquele terreno continua a triplicar o valor que a câmara municipal se propõe disponibilizar.-----



Sendo certo que o mundo mudou, também não é menos certo que a situação do mercado, e neste caso é o mercado económico, a situação do país, não pode ficar amarrada à que se vive hoje, e nesse quadro só pode valorizar, porque a câmara municipal está a adquirir os lotes num momento de profunda baixa e de profunda depressão do setor imobiliário. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Frederico Saraiva, clarificando não ter dúvidas, e fazendo jus e acreditando na avaliação que foi feita, que poderá ser um bom negócio, mesmo, segundo as palavras da Srª Presidente, que não seja para fazer nada, ou que não se vislumbre num médio prazo fazer nada, as suas reservas são precisamente não saber, face ao exposto, que é para fazer alguma coisa, quais são, se existe e qual é o volume do valor envolvido que possa ser imputado à câmara municipal posteriormente. Estas, sim, são as suas reservas, não discute que seja um bom negócio, o problema é, qual é o preço a pagar por ele.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que quando começou a ouvir algumas das interrogações relativamente a custos pensou que era uma resposta àquilo que a Srª Presidente tinha dito.-----

Este é, de facto, um terreno onde as moradias são enormes, a Srª Presidente já falou nisso, a área de implantação é de 100m2, tem 2 pisos, pelo que são moradias com 200m2. -----

De facto, uma moradia de 200m2 localizada numa AUGI é uma coisa fabulosa, e acredita que estas 20 moradias se possam transformar em mais algumas. De qualquer modo, fazendo contas muito rápidas, 20 moradias, a 25 000,00€, representam 500 000,00€, um apartamento com 15 fogos são mais 150 000,00€,

portanto tem-se o valor total de 680 000,00€, com moradias para fazer uma construção de 200m2, por 25 000,00€, parecendo-lhe um valor tão irrisório que, de facto, este é um bom negócio. -----

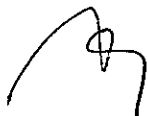

Quanto aos custos que isto pode ter, as infraestruturas estão todas pagas, pelo que não há despesas de infraestruturização, o que quer significar que se for vendido assim, nem sequer têm de haver custos de alteração de projetos. No caso de haver alteração de projeto para construção de mais moradias, será o custo inerente a isso. E depois, é a câmara municipal que vai fazer a construção, ou entrega-a à cooperativa? Se entrega, é uma cedência em direito de superfície, não há mais custos. Se for a câmara municipal a fazer, aí sim, terá que fazer um financiamento, fazer a construção e, depois, terá de fazer o pagamento, e irá ser ressarcida, ou pela venda, ou pelo arrendamento. -----

Deste modo, não lhe parece que seja na compatibilização global dos custos que as coisas tenham que se definir. -----

Interveio a Srª Presidente, agradecendo a intervenção do Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que é mesmo deformação profissional, no bom sentido.-----

Não havendo mais questões a colocar, passou à votação do ponto, registando os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

Assunto: MOÇÃO – CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA -----

Presente a proposta da Srª Presidente, datada de 2013/04/03, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da defesa da titularidade e gestão pública dos serviços de abastecimento de água, atento o seu inequívoco carácter de serviço público. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que já se tinha feito a apresentação desta moção na última reunião de câmara, vindo hoje para votação e pronunciamento das forças políticas. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não é para repetir, mas convém recordar que, obviamente, os membros da CDU estão de acordo, mas por ser tão óbvio o estarem de acordo, é dessa maneira que não percebem por que é que o PS recusou a associação formal da câmara municipal à campanha Água Pública. -----

Recorda que os motivos que estavam subjacentes a essa campanha são rigorosamente os mesmos que estão subjacentes a esta moção, e portanto pensa que, com relativa tranquilidade, se for esse o entendimento, a câmara municipal, daqui a 15 dias, estará em condições para aderir. Contudo, não fazem imposições, não querem condicionar o sentido de voto que têm, pois a água é um bem de serviço público, e deve estar sob controlo do Estado. Portanto, não querem confundir as questões, estão de acordo com a moção, mas isto revela também, certamente, a disponibilidade do PS para aprovar a adesão do município à campanha Água Pública que, aliás, junta à volta dessa associação setores sociais, institucionais de âmbito bastante diversificado. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo, relativamente a esta matéria, que o Partido Socialista tem vindo a apresentar a sua posição em diversos momentos, quer na câmara municipal, quer na gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, como hoje apresentam na moção à câmara municipal, vindo mais uma vez referido que a água, sendo um bem público, deve estar sob gestão pública. Isso traz vantagens para as pessoas e também sob o ponto de vista da qualidade do produto fornecido, como aliás muito recentemente ficou comprovado para o orgulho de Vila Franca de Xira, e do Partido Socialista, enquanto líder da gestão municipal e dos SMAS, no estudo foi feito pela





Deco, que coloca os SMAS de Vila Franca de Xira nos primeiros em termos de qualidade da água servida às suas populações.-----

Esse é talvez o grande objetivo que deve presidir à gestão da água, e por isso mesmo ela deve ser e deve continuar a ser pública. Essa é a posição do PS, como tem dito variadíssimas vezes, e por isso mesmo trazem a moção hoje a aprovação, esperando que seja aprovada. -----

Isso é diferente da outra situação que já tinha vindo a reunião, e que não tem a ver com a defesa da manutenção da água enquanto bem público, mas com o apoio institucional a um grupo, que ainda é muito parcial e que, se vier a ser alargado e a ganhar outra dimensão, poderá justificar que a câmara municipal se possa vir a juntar a ele. Até lá continuará a ser um grupo caracterizado por quem nele participa, e portanto, para o PS, o fundamental é que a água seja um bem público. É o que defendem os seus membros na prática que têm, e é isso que defendem na sua posição. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que os membros da CDU fazem um apelo ao PS para que não tire esse tipo de conclusão, dando o exemplo de coisas nas quais convergem mas, de um momento para o outro, divergem. O Partido Socialista não tinha necessidade de divergir na reta final da sua apreciação sobre a associação Água Pública, porque, rigorosamente, não é uma entidade parcial, é uma entidade que reúne atores institucionais de diversa qualidade, de diversas sensibilidades, inclusive políticas, e, acima de tudo, emana de uma vontade forte da sociedade civil.-----

Não é rigorosamente nada do que foi dito, mas, enfim, a esperança que têm é que a câmara municipal possa defender o bem, enquanto gestora da água, mas que não perca também o horizonte de estimular parcerias. Aliás, o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, e a CDU até saúda essa iniciativa do Partido Socialista, aborda recorrentemente a câmara municipal no sentido de aderir e estimular pactos, pontes e convergências com outras instituições que, no fundamental, convergem com os interesses do município. -----

A associação Água Pública entregou recentemente na Assembleia da República uma petição com largos milhares de subscritores, estando-se a falar de uma situação que é inquestionável, e transversal à sociedade portuguesa, que é a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **45**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

defesa da água pública, porque o que está em causa é se, não se defender este bem enquanto bem estratégico do Estado e de todos, este Governo de direita quer privatizar e dar a fazer a privados aquilo que só compete à função social do Estado executar, que é manter sob a alçada do Estado a gestão de um bem preciosíssimo como é a água. -----

Referiu ainda que tem a lista dos participantes, e na questão das autarquias, para se provar que não é parcial, começa simbolicamente por aquela onde todos os dias se emprega, que é a Câmara Municipal da Moita, mas é só uma coincidência na leitura. Depois, é a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, a Câmara Municipal do Crato, a Câmara Municipal de Ovar, a Câmara Municipal de Palmela, do Seixal, de Serpa, de Sines, ou a das Vendas Novas, e pode continuar, estando pois a prova de que não é uma entidade parcial. No entanto, não é isso que se está a discutir hoje, e provavelmente leva a refletir se não têm de voltar a apresentar novamente essa proposta. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo que pode ser perfeitamente enviada e depois votada esta moção de adesão a esta plataforma. -----

De seguida, passou à votação da proposta, referindo que não há votos contra. -----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, apresentando e lendo uma declaração de voto dos membros da Coligação Novo Rumo, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

A Srª Presidente interveio novamente, dizendo, a um pedido de intervenção do Sr. Vereador Bernardino Lima, que confia no seu bom senso, porque não vai permitir que se reabra a discussão, uma vez que o assunto já foi votado e definido, pedindo-lhe então para comentar. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que a privatização da água ocasiona, por exemplo, dando um caso concreto no Carregado, concelho de Alenquer, em que se houver um prédio novo com 36 fogos, 35 estão ocupados e têm água, ao se ir pedir água para o 36º fogo, as Águas de Alenquer cobram 300,00€ para avaliar se o prédio tem condições para poder ter água, e é isto a privatização da água. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, respondendo que poderia agora expender um conjunto de exemplos de outras coisas que são a privatização da água, e nem sabe



Fl. Ata 46

Reunião de 2013/04/17

Proc^Q

Deliberação nº

se bem mais graves do que a apresentada. Contudo, não se vai reabrir a conversa. Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----




Assunto: PROPOSTA Nº 12/2013 DA CDU – ESTACIONAMENTO GRATUITO NO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Presente proposta nº 12/2013, da Coligação Democrática Unitária, datada de 2013/04/03, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação de estacionamento gratuito no novo hospital de Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que quando os membros da CDU apresentaram este documento disseram que se insurgiam quanto ao estacionamento cobrado, pago, no novo recinto do hospital. Ainda se esta cobrança de estacionamento fosse feita pela câmara municipal, eram capazes de entender, foi a autarquia que cedeu gratuitamente o terreno para a construção do novo hospital, foi ela que pagou uma boa parte das suas acessibilidades e da sua construção, e portanto entendiam que a câmara municipal pudesse neste momento ser ressarcida duma parte daquilo que lá gastou.-----

Ser o novo hospital, ou ser a nova administração, que não gastou 1 cêntimo na sua construção, a cobrar o seu estacionamento, quer para os utilizadores, quer para as pessoas que lá trabalham, parece-lhes de facto um aproveitamento abusivo, ou uma oportunidade de negócio que não lhes parece de forma alguma correta.-----

O hospital não é propriamente um centro comercial onde as pessoas se deslocam por prazer, passear ou fazerem compras, e mesmo nesses espaços a atividade comercial tem o cuidado de colocar espaços gratuitos, quanto mais no local onde se vai por obrigação, porque a saúde nem sempre é a melhor, e parece-lhes perfeitamente descabida esta exploração deste estacionamento, daí que a proposta que trazem à câmara municipal é para que esse estacionamento seja completamente gratuito.-----

Interveio a Sr^a Vereadora Helena Pereira de Jesus, questionando se a entidade gestora do hospital tinha liberdade para decidir, e o termo não é bem liberdade, é em termos de contratuais, de caderno de encargos, se não foi assumido que teria este estacionamento pago.-----

A Sr^a Presidente interveio, referindo que a Sr^a Vereadora Helena Pereira de Jesus já lhe tirou parte das palavras da boca. Aquele estacionamento não é gerido pela câmara municipal, não é um estacionamento público, fica dentro do espaço do



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 48

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

hospital. Se fosse um estacionamento fora do espaço do hospital, aí a câmara municipal poderia intervir. Neste caso só pode fazer recomendações em relação a esta matéria, da mesma maneira que faz quando intervém, e vai ter um momento de resolução, por exemplo, em relação a todas as pessoas que fazem voluntariado no hospital, e são dezenas, que é o facto de passarem a deslocar-se gratuitamente nos transportes da Rodoviária, em vez de pagarem. Aí, foi uma ação direta da câmara municipal junto da Rodoviária, sem quaisquer custos para a câmara municipal, mas sensibilizando. -----

Este é um caso diferente, há um espaço que é da responsabilidade do hospital, e há um espaço, que é o exterior, que é da responsabilidade da câmara municipal. Depois, tal como foi referido pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, no âmbito daquilo que é o contrato de concessão isto está previsto, e a câmara municipal não intervém. Teve-se ainda conhecimento que houve uma medida diferente por parte da administração, em relação aos trabalhadores do hospital, que têm um preço especial para o estacionamento. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o essencial já foi respondido. Compreende-se a preocupação desta proposta, mas ter-se-á alguma dificuldade de contrariar o estacionamento que está neste momento a ser cobrado, o que não quer dizer que não seja uma matéria que não se analise, até porque o hospital vai entrar em velocidade cruzado daqui a alguns meses. -----

Neste momento está em pleno funcionamento, mas há questões de ajustes internos, a empresa que o construiu ainda lá está com o seu estaleiro durante mais alguns 3 meses, no sentido de fazer algumas reparações que sejam necessárias, que numa obra com aquela dimensão sempre acontece. Portanto há a possibilidade sobre várias questões, de se analisar. -----

O que tem a dizer agora é que vê com alguma dificuldade contrariar uma situação que estava à partida colocada no próprio contrato, e em tudo o que está dentro do perímetro do hospital a câmara municipal pode influenciar num ou noutro sentido, mas não tem grandes condições de dizer que não se faça desta ou de outra forma, e que tem de ser feita de outra. -----

Assim, deve-se estar atento, e assim como a Srª Presidente conseguiu, junto da Rodoviária, uma situação de exceção para que as pessoas que lá prestam



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 49

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

voluntariado tenham as deslocações gratuitas, também, eventualmente, se poderão colocar mais à frente algumas questões que possam ainda melhorar, e ir ao encontro das necessidades dos utentes. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que na sua terra costuma-se dizer que “o enxoval que não vai com a noiva, nunca mais vai”, e na realidade este é um contrato mal negociado, porque se o contrato inicial diz que cabe à gestão do hospital poder fazer a cobrança do estacionamento, quando a administração não gastou 1 cêntimo na sua construção, mesmo estando lá dentro, era uma questão de se ter negociado, que o contrato não podia prever a cobrança de estacionamento. -----

Não há alternativa para quem vai para lá relativamente a estacionamento, as pessoas não podem não deixar o carro ali, mas deixar a 50 ou 100 metros mais ao lado, não há hipótese. Portanto, é uma obrigatoriedade de quem vai para lá e leva alguém que tem de ir a uma urgência, não podendo deixá-lo na urgência e voltar para trás, estacionar e regressar ao hospital. O espaço está confinado ali, pelo que quem negociou o contrato, e já percebeu que não foi a câmara municipal, negociou-o mal, não percebeu esta realidade. Assim, aquilo que se puder fazer relativamente à alternativa de ainda se ter um estacionamento gratuito, tem que se fazer. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que há uma questão de fundo nesta matéria, e foi feito um esforço muito grande, de muitas pessoas, para que se tivesse um novo hospital. Evidentemente que agora não se vai falar do modelo, e aquilo que acha que é importante é as pessoas terem melhor qualidade em termos de prestação de saúde, sendo disso que se está a falar. Isso conseguiu-se, e é isso que deve presidir e deve ser fundamental na reflexão. -----

Depois, há outras questões de que já se falou várias vezes, e com todo o respeito, não partilham todos, mas foram possíveis questões, nesta caminhada, por exemplo a dos transportes públicos, que não estavam previstas inicialmente, o que de facto era uma situação gravíssima. -----

É também o caso da praça de táxis, que foi uma situação muito falada e também foi resolvida, sendo que aquilo que poderá dizer, repetindo o que já disse anteriormente, é que ainda pode haver alguns fatores que se possam resolver. -----




Contudo, lembra-se bem do dia em que o contrato foi assinado, às tantas da manhã, em que provavelmente era naquele momento ou já não havia hospital, foram situações de algum dramatismo, e a margem de negociação dum contrato com aquelas características não era simples, o que não quer dizer, conforme disse em alguns exemplos que deu, que não se possam vir a encontrar outras soluções que venham ao encontro das necessidades das pessoas, dos utentes e de quem lá trabalha. -----

O Sr. Vereador conhece tão bem como o próprio que em muitos dos hospitais neste país, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, exatamente na cidade de Lisboa, o estacionamento é como é, as pessoas também têm de estacionar na periferia, e é pago. -----

Para além disso, a Srª Presidente está a dizer, e bem, que estas preocupações que são hoje colocadas podem e devem ser transmitidas a quem de direito.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Raul Sanches, aproveitando, uma vez que se está a falar do hospital, para abordar a questão dos horários dos autocarros, dizendo ter verificado, no horário que a Rodoviária publicou no site, que efetivamente não são autocarros de quarto em quarto de hora, mas sim são 3 por hora. São de quarto em quarto de hora, mas há uma meia hora de intervalo. Por exemplo, há autocarros às 7h15, às 7h30, às 7h45, às 8h15, às 8h30 e às 8h45. Foi o que reparou, e pensa que há dois horários, dois que se intercalam, um que vem da parte de cima de Vila Franca de Xira, passa pela estação e segue para o hospital, e um que vem da estação e vai diretamente para o hospital.-----

Há uma segunda questão, uma vez que implica alguns custos para as pessoas, na medida em que até agora quem vinha a Vila Franca de Xira pagava o bilhete de autocarro, chegava a Vila Franca de Xira e tinha o hospital, mas neste momento paga dois bilhetes, porque tem de utilizar dois transportes. Assim, questiona se não haveria possibilidade de algumas carreiras, nomeadamente as que vêm da zona sul, por exemplo da Póvoa de Santa Iria, atravessarem o concelho todo, e em vez de terminarem na estação, passarem pela estação e irem até acima, ao hospital. ---

A Srª Presidente tomou a palavra, esclarecendo que inicialmente os transportes não entravam dentro do hospital, foi uma questão que levou meses para decidir, sob pressão da câmara municipal. Aí sim, a câmara municipal teve uma ação de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 51

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

criar a praça de táxis e de levar o autocarro lá. Num primeiro momento o autocarro ficava em baixo, na rotunda, pelo que quem estava doente, “morria” pelo caminho. Os autocarros grandes não entram lá dentro.-----
Falando dos bilhetes, assistiu à conversa de uma senhora da Póvoa de Santa Iria, que dizia que tinha comprado 2 bilhetes, mas uma senhora do Carregado, por sua vez, disse que para si agora era melhor, porque o hospital antes estava em Vila Franca de Xira, e para ela, durante toda a vida, há 50 anos, que o hospital estava mais longe, e que agora era muito mais fácil ir para o hospital.-----
Isto faz lembrar o centro de saúde, em que quando o novo centro entrou em funcionamento, encontrava as pessoas, que lhe diziam que o centro de saúde era muito bonito, mas ficava muito longe. Perguntava onde é que as pessoas moravam, e o que respondiam era travessa do Araújo, rua Vasco da Gama ou Luís de Camões. Aí, respondia àquelas pessoas que nunca tinham pensado nas pessoas todas a norte, que tinham andado aqueles anos todos a caminhar para lá, e agora era altura de irem um bocadinho mais acima.-----
Há pois também um processo de interiorização duma mudança, já que as pessoas que vinham da Póvoa de Santa Iria chegavam de comboio, o que era fantástico, e era só percorrerem alguns metros.-----
Quanto aos horários, têm vindo a ser feitos alguns ajustamentos, desde logo ao fim de semana, porque inicialmente havia menos carreiras ao fim de semana. A Rodoviária, que merece este registo, está muito disponível para fazer acertos, assim como esteve disponível para as outras coisas, e por isso está ainda a testar aquilo que é o número de pessoas a circularem nestas horas.-----
Porque se está a falar de transportes, a Rodoviária mostrou-se logo disponível, e já vai testar esta questão da fusão das freguesias. As pessoas da freguesia das Cachoeiras passam a ir ao centro de saúde da Castanheira do Ribatejo, e hoje não há ligação de transporte das Cachoeiras para a Castanheira, mas neste momento a Rodoviária já está a estudar um percurso que permita, com autocarros pequenos até, ter horários específicos para as pessoas irem ao centro de saúde. Portanto, há coisas que é possível conciliar, e outras que se tornam mais difíceis.-----
Interveio de novo o Sr. Vereador Raul Sanches, referindo que de facto é pena não caberem os autocarros lá em cima, sendo que na intervenção que fez há uns



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 52

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

meses, numa reunião de câmara, a Srª Presidente respondeu-lhe que já se tinha tratado do assunto. Sabe que em Cascais não houve transportes nas primeiras semanas, e neste momento o hospital de Loures tem uma carreira que vai de Odivelas para o hospital, tem outra que vai do Oriente, e outra que vai do Cacém. -- Em relação a esta questão, não tem a noção, e não sabe se a câmara municipal terá, que é a do número de utilizadores deste transporte. -----

A Srª Presidente respondeu que superou já largamente os números inicialmente previstos. -----

O Sr. Vereador Raul Sanches prosseguiu, dizendo que a Rodoviária tem feito em vários sítios um preço mais acessível nestas carreiras, que é o caso da Bobadela, o da Portela para Moscavide, ou de Sacavém para o centro de saúde do Prior Velho, e vice-versa. São determinadas situações em que a Rodoviária cria uma carreira especial, que é o Rodinhas, em que o preço é bastante acessível. Na altura o Sr. Vereador Rui Rei falou em várias ocasiões sobre essa situação, nomeadamente no que dizia respeito à carreira de Vialonga para o centro de saúde, que acabou por ser suportada pela câmara municipal, e depois foi cancelada, precisamente por causa do preço dos bilhetes, que era demasiado exagerado, e era a câmara municipal que o estava a suportar. -----

A Srª Presidente tomou a palavra, esclarecendo que no caso de Vialonga não era isso, a câmara municipal, a junta de freguesia e o Intermarché, suportavam os custos, só que o número de passageiros era tão pouco que o bilhete passava para o dobro ou não era possível manter a carreira. Era essa a questão.-----

De seguida, passou à votação da proposta, dizendo que a mesma foi aprovada com os votos da CDU, e a abstenção dos membros do PS e da Coligação Novo Rumo. Neste caso a abstenção dos membros do Partido Socialista significa que é um processo que acompanharam, que compreendem, mas que os ultrapassa, e só podem ser agentes de sensibilização, e esse papel assumem perfeitamente. -----

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros do Partido Socialista e dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar a proposta dos membros da CDU. -----




Assunto: APOIO MUNICIPAL À TEMPORADA TAUROMÁQUICA 2013-----

Presente para aprovação a minuta do protocolo a celebrar com a Tauroleve – Sociedade Tauromáquica Letra da Neta, referente ao apoio municipal à temporada tauromáquica 2013. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que este ponto não tem nada de diferente em relação àquilo que é habitual, e tem, como aconteceu no ano anterior, embora o empresário diga sempre que fica a perder dinheiro, uma grande vantagem, principalmente os idosos vão aos touros. Gostavam muito de ir, estavam sempre a perguntar se não havia bilhetes, e assim os bilhetes têm uma redução substancial. O protocolo vai já para uma zona de preços mais baixos, o que permite que os idosos possam efetivamente participar na festa da sua terra, ou vindo de fora, e que lhes dá prazer, permitindo também que os jovens possam frequentar este tipo de espetáculos.-----

O Sr. Vereador Bernardino Lima interveio, mencionando que os membros da CDU sabem que o apoio vai ser igual ao dos anos anteriores, e estão perfeitamente de acordo, só que convém harmonizar as coisas.-----

A cláusula segunda diz que os bilhetes serão reduzidos a jovens até aos 18 anos, e depois os documentos que saem dizem que são para jovens menores de 16 anos. Assim, convém harmonizar, para que aquilo que se aprova em reunião depois se traduza rigorosamente. Sabe que a câmara municipal não tem papel nenhum na feitura deste documento, mas trata-se apenas de harmonizar a questão. -----

A Srª Presidente interveio novamente, dizendo que essa questão nunca esteve em cima da mesa, e por isso irá fazer chegar essa situação à empresa, até porque na faixa etária entre os 16 e os 18 há muitos jovens que vão sozinhos aos touros. -----

Interveio ainda o Sr. Vereador Bernardino Lima, questionando quantos são os lugares disponibilizados para as pessoas com mais de 65 anos e com menos de 18. Respondeu a Srª Presidente que pode confirmar, mas pensa que são à volta de 160 por espetáculo, porque apanham toda a bancada alta.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo a celebrar com a Tauroleve.-----



Assunto: COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NA CONSTRUÇÃO DE MINIPARQUES GERIÁTRICOS PELA JUNTA DE FREGUESIA DO SOBRALINHO-----

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/04/10, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da comparticipação municipal, no valor de 7 429,20€, à Junta de Freguesia do Sobralinho, destinada à construção de dois miniparques geriátricos, da verba a transferir pela Cimpor – Cimentos de Portugal.-----

Interveio o Sr. Bernardino Lima, começando por louvar todas as iniciativas das juntas de freguesia, quando resolvem fazer algo que ocupe os idosos, dando-lhes condições para que estejam num determinado local a usufruir de tudo aquilo que lhes é dado.-----

Aquilo que pede é que não se esqueça, e também não é uma coisa que se possa fazer, a manutenção destes espaços. Os espaços são criados, a manutenção depois não se faz, e quanto àquilo que é um pequenino buraco, em que qualquer um não tem grande dificuldade em vencer aquele obstáculo, um idoso tem, e se não for feita a manutenção adequada daqueles espaços estão-se a criar armadilhas intransponíveis para eles. Desta forma, a única recomendação é que, já que se constrói, então que se faça manutenção.-----

Respondeu a Srª Presidente que no caso concreto, e a favor desta junta de freguesia, não há dúvida nenhuma de que este Sr. Presidente é um verdadeiro zelador daquilo que são as pequenas coisas da sua freguesia, e embora ela vá desaparecer enquanto organização, espera-se que assim continue.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 136/13, de 10/04, do DPGQU/SAP, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2013/03/27 e 2013/04/09, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 136/13, de 10/04, do DPGQU/SAP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que não percebeu uma questão, ao fazer a leitura desta listagem. Na primeira página, o quarto item é respeitante a uma empresa que se chama Lusimovest, um fundo de investimento imobiliário, e corresponde ao estacionamento do autossilo da Póvoa.-----
Pensa que se está a falar do mesmo autossilo que lá está a ser construído, e como para os membros da CDU a informação que tinha vindo inicialmente é que era a empresa Serragrope que estava a fazer a sua construção, pretendem saber afinal quem é, se há alguma informação complementar que tenha de ser dada, se mudou ou não de dono, e a quem pertence o silo. Quem é este fundo? Apareceu como?-----
O Sr. Vice-Presidente respondeu que as perguntas têm todo o cabimento, são pertinentes, e a resposta é que quem está a construir o autossilo é a Serragrope. Porém, teve que negociar com este fundo as condições financeiras para o terminar, pois tinha que solicitar uma licença de acabamento, já que a licença de construção estava a terminar e, por si, não tinha condições de terminar a construção. -----
Desta forma, fez, e transmitiu à câmara municipal, uma negociação com este



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 58

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

fundo, que é o veículo, no sentido de criar as condições financeiras para que a obra se conclua. Por isso, está a financiar a Serragrove, para a mesma acabar o trabalho. Esta questão, em termos de averbamento, está no processo, e é uma situação sem a qual aquele processo não se sabia se terminaria. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, afirmando que é do conhecimento da CDU que faz parte desse acordo, e por isso pergunta se é este fundo que depois vai construir aquela escola que a Serragrove estava obrigada a fazer, ou se vai ser responsabilizado. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que o advogado da câmara municipal, o Dr. Manuel Rodrigues, como já foi dito noutros momentos, está a estudar as situações para que a câmara municipal seja ressarcida dessa dívida, duma escola que já foi construída. Está a falar de 1 600 000,00€, e portanto, para além da caução existente, aquilo que está também a ser negociado é que, no processo de aquisição das garagens, das boxes, a autarquia venha a receber uma parte, à volta de 25% dessa negociação. Contudo, esta é uma matéria que está agora a ser negociada, na medida em que parece a forma mais expedita para a câmara municipal ser ressarcida desse valor. Julga que essa negociação está bastante adiantada, poderá vir a estar a breve trecho concluída, e naturalmente virá a reunião de câmara para ser aprovada, e para os Srs. Vereadores e a Srª Presidente se poderem pronunciar. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, falando ainda nos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, referindo que os membros da CDU, numa visita que fizeram no passado sábado à Vala do Carregado, constataram que, e está a referir-se ao ato nº 14/13, aquela garagem na rua da estação, em frente mesmo à estação dos caminhos de ferro, na Castanheira do Ribatejo, poderá não estar a cumprir os afastamentos necessários em relação ao passeio, não respeitar o alinhamento existente, e comprometer toda e qualquer intenção de melhoramento ou requalificação do passeio existente.-----

Assim, uma vez que a obra ainda se encontra numa fase muito inicial, solicitam que a câmara municipal possa ver isso, com a devida atenção, esta preocupação dos membros da CDU, e que depois lhes possa dar a correspondente resposta.- ----



Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que sim, e que o diretor do departamento



Deliberação nº _____

tomou nota da questão. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. _____

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR MALVA ROSA – VERDELHA (EX- MAGUE) – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 29/13, de 27/03, do DPGQU/DGU, para aceitação de princípio e abertura de discussão pública, por um período de 10 dias úteis, do projeto de alteração ao loteamento denominado por Malva Rosa, na Verdelha (ex- Mague), freguesia de Alverca do Ribatejo, promovido pela Obriverca – Construções e Projectos, SA, titulado pelo alvará de loteamento nº 4/03, de 17/07. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 29/13, de 27/03, do DPGQU/DGU, memória descritiva e justificativa, planta de localização, plantas síntese (nºs 1.1 e 1.7), plantas de infraestruturas – projeto de execução sinalização (planta – via 1 e planta - via 2), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A Srª Presidente referiu que o ponto foi retirado, tal como o Dr. Fernando Barreiros deu indicação no início da reunião, porque foram ontem solicitados esclarecimentos complementares pela Coligação Novo Rumo, que obrigam a responder, e como tal, não havia condição sequer para responder a tempo.-----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____
Fl. Acta 61
Reunião de 2013/04/17
Procº 3/10 OBCONS
Deliberação nº 426

1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – RUA MANUEL MARIA VIEIRA, Nº 9 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 134/13, de 25/03, do DPGQU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na rua Manuel Maria Vieira, nº 9, na freguesia de Alverca do Ribatejo, a requerimento de Augusto Ferreira Alves. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 134/13, de 25/03, do DPGQU/DF, e o auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 62

Reunião de 2013/04/17

Procº 5/11 LOTEPM

Deliberação nº 427

1. Assunto: PROJETO DE LOTEAMENTO - MARINHAS DO MULATO E TELHAL - PÓVOA DE SANTA IRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 28/13, de 26/03, do DPGQU/DGU, para aceitação de princípio e abertura de discussão pública, por um período de 10 dias úteis, do projeto de loteamento Marinhas do Mulato e Telhal, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, a promover pela TD-Via, Sociedade Imobiliária, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 28/13, de 26/03, do DPGQU/DGU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo-se em conjunto aos pontos 28 e 29 da ordem do dia, dizendo ser presente novamente o projeto de loteamento conhecido pela Vila Rio, cujo local é Marinhas do Mulato e Telhal, na Póvoa de Santa Iria.-----
Não vai fazer muitas considerações, na medida em que este processo já foi falado mais do que uma vez em reunião de câmara, e a questão que refere é que associado a este projeto foram analisados com a TD Via, e entre as partes aceite, mas naturalmente tinham que ser discutidos em reunião de câmara, 2 protocolos em termos de acessibilidades. -----
Um dos protocolos tem a ver com a V42, outro com o acesso da passagem superior, chamado o acesso dos Caniços, ou seja, de ligação da rotunda dos Caniços sobre a via-férrea, a nascente. -----
São 2 protocolos que identificam as condições em que estas infraestruturas vão ser realizadas, sendo que, relativamente ao loteamento, o mesmo se mantém com as características que já foram apresentadas anteriormente, agora com este



enquadramento dos protocolos que estão no ponto 29 da ordem do dia. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Partido Socialista já explicou no fundamental a intenção que está subjacente a estas 2 propostas, os membros da CDU não se vão repetir em relação a tudo aquilo que já disseram sobre esta matéria, mas há uma questão de fundo que para si é importante trazer à discussão. Não é verdade, nem é rigoroso afirmar que a CDU não defende a iniciativa privada, ou não estimula, através de decisões, a participação de privados no desenvolvimento socioeconómico do concelho. Aliás, sobre essa matéria estão perfeitamente tranquilos, porque foi da sua iniciativa, exatamente no início do mandato que está prestes a terminar, uma proposta, que infelizmente acabou por nunca ser aprovada pela câmara municipal, de elaboração de um plano de pormenor de novo tipo. -----

Esse plano de pormenor versava 2 objetivos fundamentais, o primeiro, e absolutamente inquestionável, reservar área necessária e libertá-la para usufruto das populações e da sua retoma de ligação ao rio e às atividades daí decorrentes em termos de náutica de recreio. -----

Segundo aspeto, a expansão natural de atividades económicas e a continuidade de um projeto de desenvolvimento e reabilitação do ex-parque da Eurofil, que não obstante não fazer parte deste proprietário, tem toda a viabilidade para ser uma área de referência na criação de emprego e de mais-valias no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Infelizmente esse projeto de plano de pormenor nunca teve o acolhimento por parte das forças políticas PS e PSD, e com isso desperdiçou-se uma oportunidade. -----

O que se tem agora é, basicamente, e de uma forma simplista, mas suficientemente carregada de repercussões bastante negativas, no entender da CDU, o seguinte propósito: -----

Está-se a falar de uma área de 167 000 m², dos quais são afetados 136 000 m² para habitação, 606 fogos, e ao contrário do que foi uma primeira opinião da câmara municipal, cumpre-se aquilo que é a vontade do promotor. A permissão para construção de acordo com os índices máximos e tolerados pelo PDM é tolerada na proposta que é presente para deliberação, 8 pisos, mais 3 em cave, e para as atividades económicas sobra apenas um pequeno lote, um lote de pequenos



4000m2, que se destina a criar emprego e área produtiva para o concelho e para a freguesia da Póvoa de Santa Iria em particular. -----

É caso para dizer àqueles que tanto acusaram a CDU de ter permitido aquilo que se veio a verificar que não permitiu, em abono da verdade, de mais construção e construção excessiva na freguesia da Póvoa de Santa Iria: o que é que resta dizer a essas forças políticas neste momento, perante esta proposta? -----

Esta proposta é em contraciclo com as necessidade efetivas de habitação no concelho de Vila Franca de Xira, e isso mesmo está declaradíssimo na proposta do proponente, que pretende realizar esta operação imobiliária em fases, de acordo naturalmente com as suas expectativas ou garantias de mercado. -----

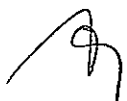

Os membros da CDU acham que não teria de ser este o caminho, e muito menos a decisão da câmara municipal sobre esta matéria. Aquilo que se está hoje a permitir é encher de betão a zona ribeirinha e a Póvoa de Santa Iria em particular. -----

Em relação aos protocolos, os membros da CDU têm as mais sérias dúvidas, e mesmo oposição, a algum do seu conteúdo, relativamente ao facto de a câmara municipal, tal como noutros processos, envolver-se em demasia e assumir para si responsabilidades que não deveriam ser da sua autoria, e mesmo competência. -----

O que se passa com esta proposta de protocolo é basicamente o seguinte: a câmara municipal vai fazer a obra mediante o pagamento por tranches do promotor imobiliário. -----

Os membros da CDU acham que esta não deveria ser uma responsabilidade da câmara municipal, quando mais que assiste ao promotor a possibilidade de prestar uma caução através da constituição de hipoteca de bens imóveis da sua propriedade. Ou seja, nem tão pouco as condições de salvaguarda da câmara municipal e do município ficam devida e corretamente asseguradas sobre esta matéria. -----

Os impactos desta nova urbanização, de mais uma frente de habitacional na zona ribeirinha, irão ser tremendos, e do ponto de vista dos impactos ambientais, a Póvoa de Santa Iria vai sofrer com isso, e vai sofrer particularmente a zona do Telhal e aquela zona mais antiga, porque não têm de seguro que as condições de drenagem e impermeabilização de solo estejam devidamente salvaguardadas, a bem até da própria proteção das pessoas. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que considera que vale a pena situar o que está hoje em cima da mesa, que é também dizer que às vezes nos confundimos entre o ontem e o amanhã, porque aquilo que está proposto em relação à intervenção urbanística ali a desenvolver é algo que virá essencialmente requalificar toda aquela zona.-----

Teve oportunidade, ainda esta semana, com os técnicos municipais, de estar no local, a propósito das obras do QREN, de olhar para aquilo e perceber que a zona ribeirinha vai ficar fantástica e depois pode não acontecer nada em toda a outra zona, e ficar ali um imenso vazio.-----



Aquilo que foi amplamente discutido na câmara municipal, e também na Póvoa de Santa Iria, aquando da revisão do Plano Diretor Municipal, e depois transportado para a discussão com os promotores, traz a diferença absoluta entre o antes e o depois, que tem a ver, desde logo, com a criação de amplas avenidas, que permitam uma comunicação com a zona ribeirinha.-----

Lembra até que em reunião de câmara, quando foi da apresentação do projeto, se verificou que se deveriam rebater ou diminuir aquilo que eram algumas elevações naturais, para não criar ali, em primeiro lugar, como que uma separação, e depois também possibilitar a retenção de águas em determinada zona e não permitir o seus escoamento natural.-----

O urbanismo não é todo igual, e não foi todo igual, porque, por exemplo, quando se compara Barcelona e Vila Franca de Xira, percebe-se que não se está a falar da mesma coisa. Por isso, ontem, hoje e amanhã serão seguramente momentos diferentes da intervenção urbanística, onde quer que seja.-----

Lembra sempre que a Expo foi um sonho, hoje é capaz de já não ser tão fantástico como foi, mas na altura, quando se começou a desenvolver, era mesmo isso, era a possibilidade de associar duas coisas, a requalificação de uma frente ribeirinha absolutamente desqualificada, curiosamente nessa altura com menos exigências do que nos dias de hoje, em relação aos tratamentos de tudo, até das próprias lamas, mas ao mesmo tempo era também a criação de uma resposta a um segmento de mercado, que depois se confundiu e tem hoje já uma grande miscelânea.-----

Quanto à questão do contraciclo, gostaria de dizer ao Sr. Vereador que isto não é um negócio da câmara municipal, é um negócio, e doutra entidade, que certamente

avaliará os riscos e o momento e, caso venha a ser aprovado, tem compromissos que estabelece com a câmara municipal, que devem ser observados.-----

Nesse quadro, pensa que se a câmara municipal rejeitar liminarmente esta possibilidade, estará seguramente a inviabilizar aquilo que é a requalificação de uma grande zona, em que uma coisa se associará à outra, e posteriormente à questão da zona dos moinhos, que de outra forma não acontecerá.-----

Isto é, na realidade, a única face visível da decisão que a câmara municipal vier a tomar. -----

Quanto ao protocolo, quando a CDU rejeita o primeiro ponto, automaticamente o protocolo já nem tem discussão, porque está rejeitado, e uma coisa está associada à outra, não há protocolo sem aprovação do loteamento, como é muito óbvio.-----

Não faz a mesma leitura que o Sr. Vereador, porque há um escalonamento, e a câmara municipal não avança primeiro. Aliás, até há outro ponto, e agora vai aprofundá-lo, em que lhe parece que há é o contrário, uma antecipação de pagamento da entidade à câmara municipal. Portanto, deve ter havido alguma distorção na leitura, mas já vai verificar, e pode ser a própria a estar confundida. ----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que, face aos esclarecimentos prestados, a Coligação Novo Rumo ainda não está totalmente confortável no seu sentido de voto, e tem de analisar com maior cuidado estes 2 pontos da ordem do dia, o 28 e o 29, até porque se está a tratar da maior área de expansão do PDM do concelho. -----

Os seus membros não conseguiram ainda hoje, infelizmente, avaliar a situação, a fim de poderem votar, pelo que pedem que estes possam ser retirados e trazidos à próxima reunião de câmara. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo que, dada a importância efetiva desta decisão e daquilo que tem subjacente, não vê nenhuma dificuldade em retirar os 2 pontos e remetê-los para a próxima reunião, mas gostaria que a Coligação Novo Rumo pudesse fazer chegar com urgência as suas dúvidas ainda, para poderem ser respondidas, senão prejudica-se também o agendamento para a próxima reunião.---

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a decisão está tomada, o ponto vai ser retirado, ficando a aguardar os pedidos de esclarecimento da Coligação Novo Rumo, a que se procurará responder o mais claro possível, sendo que, como



noutros momentos, os serviços estão absolutamente disponíveis para clarificar alguma dúvida de caráter técnico, e espera que haja condições de na própria reunião se voltar a este assunto. -----

Este é um processo muito antigo, começou ainda na gestão da CDU, depois teve evoluções várias e, independentemente da opinião que o Sr. Vereador Nuno Libório tem, que o próprio não partilha, em 2003 foi apresentada uma proposta cuja dimensão em termos de ocupação do solo e de número de fogos, era o dobro daquela que hoje é aqui colocada, ou seja, houve um esforço muito grande, neste caso do promotor, no sentido de ir ao encontro daquilo que a câmara municipal lhe vinha sugerindo. Aliás, recorda que na discussão da revisão do PDM, precisamente numa sessão na Póvoa de Santa Iria, foram colocadas uma série de questões, por uns quantos intervenientes, que foram acolhidas nesta proposta que hoje é apresentada. -----

Assim, aquilo que a gestão do PS na câmara municipal pretende é requalificar uma zona que está ali expectante há muitos anos e que só é possível enquadrada no esforço de requalificação da frente ribeirinha. Este trabalho, em termos urbanísticos, está interligado, e tem muito a ver com essa requalificação. Portanto, o concelho vai ter um espaço, que vai ser o espaço nobre da Póvoa de Santa Iria, vai estimular e acolher as pessoas que finalmente vão ter possibilidade, através das intervenções que estão em curso, e também deste loteamento, de ter acesso ao rio, o que nunca aconteceu, tendo em conta a degradação que hoje apresenta aquele território, e o PS não se conforma que as coisas se mantenham eternamente assim. Aquilo que se tem de conciliar são sugestões, diria mesmo parcerias, intervenções que promotores colocam à câmara municipal e devem ser analisadas profundamente, tal como esta proposta foi, e desta forma melhorar consideravelmente o território do concelho. -----

Na sua opinião, esta é uma boa oportunidade, e os membros do PS ficam a aguardar as questões que a Coligação Novo Rumo quer colocar em termos de esclarecimento, porque lhes parece que era uma grande perda não se avançar e aprovar ou viabilizar este loteamento. -----

Esta é uma proposta de modernização e de urbanismo de proximidade, ou seja, as pessoas sabem que se forem àquele local têm lá comércio e serviços que estão à



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro

Fl. Ata 68

Reunião de 2013/04/17

Procº 5/11 LOTEPDM

Deliberação nº

sua disposição, e também têm o rio Tejo e uma margem requalificada, que muito lhes vai agradar e, sobretudo, a Póvoa de Santa Iria vai ter um polo de desenvolvimento importante naquela zona.-----

Referiu ainda que este loteamento também está inserido na unidade de execução U18, que foi aprovada, não por unanimidade, mas foi aprovada. -----

Naquilo que foi a discussão daquela unidade de execução a CDU teve oportunidade de se manifestar, mas em alguns aspetos também achou que de facto se estava perante uma unidade de execução interessante, obviamente que não a aprovou, mas acolheu alguns dos seus princípios, e é desta forma que se pode planear o território e planear melhor o urbanismo no concelho.-----

Terminou, dizendo que estão previstos neste loteamento espaços para comércio e serviços, está previsto um espaço para a feira, com todas as condições que a feira da Póvoa de Santa Iria deve ter, espaço que, retirando a semana que são as festas da Póvoa, está concebido no sentido de ser o estacionamento das pessoas que se dirigem à estação, com outras condições que hoje não existem. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, pretendendo deixar algumas chamadas de atenção da parte dos membros da CDU, que podem estar a ser mal interpretadas. -----

A Srª Presidente há pouco disse que se os membros da CDU não aprovam o ponto 28, também não lhes interessa muito o ponto 29, mas de facto interessa, porque quando fazem essas chamadas de atenção, e fizeram-nas, por exemplo, nos processos do hospital e da plataforma logística, entendem e percebem que algumas são acolhidas, e desde logo na U18 algumas delas foram acolhidas pelo Partido Socialista. -----

Por exemplo, quando na cláusula terceira do protocolo se diz que o primeiro outorgante, que é a câmara municipal, deve diligenciar tudo o que é necessário para obter os terrenos das vias de acesso. Para os membros da CDU as vias de acesso deveriam ser da responsabilidade do promotor da urbanização.-----

Na cláusula quinta, no ponto 2, diz-se que é da responsabilidade da segunda outorgante suportar 2 650 000,00€ na construção do viaduto dos Caniços, e só daquele viaduto, e a questão que gostariam de colocar é, se o valor da construção do viaduto for superior a 2 650 000,00€, quem é que suporta a quantia que possa



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 69

Reunião de 2013/04/17

Procº 5/11 LOTEPDM

Deliberação nº _____

exceder este valor.-----

Já houve casos em que se coloca um valor máximo e depois a câmara municipal fica "com o menino nos braços", quando o valor que é calculado não é suficiente para suportar os custos. Neste caso o promotor vai ficar livre do ónus e da responsabilidade dos acessos, à exceção da construção deste viaduto, que ainda por cima tem um teto máximo da sua comparticipação.-----

Se o Partido Socialista entende que estas são condições favoráveis para a câmara municipal, a CDU entende que este território, de facto, merece ser requalificado, e é uma porta aberta para que a população da freguesia da Póvoa de Santa Iria, e não só, possa usufruir do rio, mas os custos que a câmara municipal tem de suportar também têm que ser avaliados com o próprio promotor, porque é ele que também vai beneficiar da localização junto ao rio e de todos os benefícios que essa localização traz.-----

Terminou, dizendo que estas são algumas considerações que os membros da CDU deixam, e que se o Partido Socialista entender que são viáveis e pode olhar para elas de outra forma, tudo bem, senão é também da responsabilidade do Partido Socialista deixar mais um ónus para a câmara municipal.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que se voltará a este assunto na próxima reunião de câmara.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia.-----



Deliberação nº **428**

Assunto: LOTEAMENTO MARINHAS DO MULATO E TELHAL – PÓVOA DE SANTA IRIA--
Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2012/03/27, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação dos protocolos da Via V42 e do viaduto de ligação da rotunda dos Caniços à via municipal a nascente do caminho de ferro e respetivos restabelecimentos, a celebrar com a TD-Via Sociedade Imobiliária, SA.-----
Este assunto foi analisado em conjunto com o ponto 28 da ordem do dia.-----
Deliberado retirar o ponto da ordem do dia.-----

A *Jon*

1. Assunto: A1 - LAYOUT DO NÓ DO SOBRALINHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 37/13, de 22/02, do DPGQU/GAT-Área de Acessibilidades, para apreciação da proposta de layout do nó da A1 do Sobralinho, elaborada pela EP - Estradas de Portugal, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 37/13, de 22/02, do DPGQU/ GAT-Área de Acessibilidades, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para apreciação. -----
Interveio a Srª Presidente, dizendo que este ponto vem unicamente para apreciação. -----
Referiu que se é frequentemente confrontado com as questões das acessibilidades e da ausência de resposta, e também com a questão dos nós, respetivamente Sobralinho e Caniços, e neste momento há um problema, sobre o qual é preciso tomar uma posição, tendo o mesmo a ver com a existência de duas AUGI, a João Cravo e Rosário e a Olival dos Cantos, bem como o facto de conflituarem com o traçado do nó do Sobralinho. -----
Por isso gostaria de ouvir os Srs. Vereadores sobre esta matéria, na medida em que os proprietários destas AUGI solicitam sucessivamente a câmara municipal sobre o futuro das mesmas, e por isso entendeu-se por bem que isto necessita de uma apreciação do órgão executivo.-----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, mencionando que a informação que chega aos membros da CDU é assustadora, relativamente àquilo que são as pretensões das AUGI.-----
O despacho que o Sr. Vice-Presidente coloca em cima desta informação diz que,




quer o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho quer as AUGI ficam muito comprometidos, e sendo uma pretensão a existência de um nó, e sendo uma pretensão a existência das AUGI, vai ter que se arranjar uma alternativa, mas não sabe qual é.-----

Percebe que dois corpos ainda não se consigam sobrepor um sobre o outro, mas analisando o desenho, sem estar no local, é também extraordinariamente difícil poder sobre ele traçar ou ter alguma ideia de como poderá ser diferente. -----

Pensavam, porque sobre o nó do Sobralinho já se fala há tantos anos, que estaria reservado o espaço para ele sem que houvesse colisão com outras coisas, e estão a verificar que não, e portanto não consegue neste momento, olhando apenas e só para isto, perceber que tipo de alternativas é que se pode dar, se é que existe, para a sobreposição destas duas realidades.-----

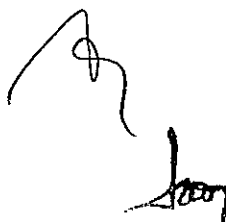
Aquilo que propõe é que se possa ir ao local, ver e acompanhar qualquer coisa, para que depois se tenha uma noção muito mais exata, conhecendo as coisas localmente. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, recordando que este trabalho vem na sequência de reuniões que houve com a Brisa, o InIR – Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, IP, que está englobado no IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, e sobretudo com a Estradas de Portugal.-----

Houve um estudo de acessibilidades rodoviárias para Alverca do Ribatejo, no sentido de perceber qual era a geometria mais adequada para o nó do Sobralinho. Foram apresentadas 4 propostas, e a Brisa não deu parecer favorável. Portanto, a Brisa tem um peso bastante grande, se bem que o InIR sobre esta matéria também tem que se pronunciar, mas neste momento já não existe, e nem se sabe bem quem são os interlocutores neste momento.-----

Num aparte, pensa até que não havia necessidade desta estrutura, porque lhe parece que a ligação com a Estradas de Portugal era suficiente, e que às vezes havia assuntos que nem se percebia por que é que a Estradas de Portugal não resolvia logo, até porque muito dos técnicos do InIR eram da Estradas de Portugal. Começam pois aqui questões que explicam algumas dificuldades de diálogo, e algumas incompreensões.-----

De qualquer modo, a Brisa, das 4 possibilidades que foram colocadas, referiu



problemas, que tinham a ver, por um lado, com as múltiplas praças de portagem, sendo que uma opção era através de pórticos, sem praças de portagem. Outra situação era a da geometria que era proposta, que potenciava possíveis entradas em contramão na autoestrada, e por último também as características geométricas, que eram muito reduzidas, e não eram cumpridos os valores mínimos, por exemplo, dos raios de curvatura. -----



Perante estas dificuldades, em territórios em que a geometria era em locais que não tinham estes problemas, e como se sabe, a câmara municipal não é proprietária daqueles terrenos, ao longo destes anos todos, o que devia ter feito era, não permitir ocupação do espaço, para que um dia o nó se pudesse construir. - Destas 4 opções há pelo menos uma que evitava sobrepor as AUGI, e eventualmente teria de haver algum ajuste, como aliás o Sr. Vereador referiu, pois tem que se encontrar uma solução, mas tendo em vista o impasse que se criou, houve reuniões com a Estradas de Portugal, pediu-se ao coordenador de projeto da Estradas de Portugal, o Engº José Faísca, que viesse ao local, e percorreu-se longamente toda aquela zona, tendo então o engenheiro apresentado este estudo que está na posse de todos. -----

Considera que poderá ter ainda alguma margem de manobra, em termos de afastamento, que eventualmente poderá salvar alguns dos lotes, mas não tem a certeza. -----

O que se fala na informação é das dificuldades que se têm, e visto à luz do estudo, as AUGI ficam comprometidas, senão num todo, em parte. Portanto, comunga daquilo que o Sr. Vereador Bernardino Lima diz, por um lado esta é uma informação para os Srs. Vereadores ficarem conscientes do problema que têm entre mãos e, por outro lado, tentarem analisar e aprofundar uma possibilidade de solução que não crie estes problemas que hoje são colocados.-----

Não tem a certeza, apesar de tudo, se conseguirão salvar os lotes todos, mas pelo menos dever-se-á, na sua opinião, fazer um exercício que vá nesse sentido.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Raul Sanches, dizendo que a preocupação em relação a esta situação é idêntica, aliás o Sr. Vice-Presidente já colocou a questão, no entanto, há uma pergunta que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de fazer. Qual é que seria a alternativa a isto? O que é que a câmara municipal

pensa? Há outro espaço? A ideia que sempre tiveram, e está há muitos anos nisto, é que haveria um espaço destinado para o nó do Sobralinho, porque se fala dele há imensos anos, e seria de todo impensável que na altura não se tivesse guardado um espaço que agora permitisse a construção deste novo. -----

Tendo em conta que vai implicar com a não construção ou a não viabilidade duma série de construções da AUGI, a pergunta que faz é qual a alternativa a isto. Há mais algum espaço, mais abaixo ou mais acima, que permita a construção disto sem implicar a não construção destas AUGI? No caso de não haver, o que é que implica para a câmara municipal ter que não aprovar estas AUGI, para construir o nó do Sobralinho? -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que nestas AUGI nada está construído, e portanto não se está perante nenhuma construção, estando-se ali perante uma perspetiva de negócio em relação ao novo terreno, e implica custos, mas numa área urbana de génese ilegal. -----

Percebe-se também que não se vislumbra o momento em que virá a acontecer a construção do nó, porque tinha duas coisas subjacentes. Em primeiro lugar, a Brisa sempre se manifestou contra a abertura ali de um novo nó, na medida em que dizia que iria introduzir muito mais carga rodoviária, numa alternativa que hoje já se encontra completamente sobrecarregada. Por outro lado, dizia também que não iria compartilhar financeiramente com a construção, e chegou a vir a reunião de câmara a apreciação da intervenção no âmbito da Previdente, que tinha subjacente a comparticipação para esta solução. -----

Está-se a perceber que há várias coisas associadas umas às outras, como também é normal quando se está a falar daquilo que é o planeamento e tudo o mais, e pensa que à câmara municipal não resta outra alternativa, não pondo em risco algo que foi tão difícil de alcançar, que foi a aceitação da inscrição em termos de plano diretor municipal duma zona destinada ao nó, que no caso do nó dos Caniços não foi possível, mas foi possível no caso do nó do Sobralinho, senão solicitar às pessoas para aguardarem mais algum tempo, na medida em que não é possível à autarquia, no imediato, tomar qualquer posição sobre aqueles terrenos. É o que pensa que terá de acontecer, chamá-las e informá-las. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Acta 75

Reunião de 2013/04/17

Procº 19/09 GENERI/CM

Deliberação nº _____

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que a câmara municipal, ao longo destes anos, fez aquilo que devia fazer, não permitir construção naquela zona. Também tem uma obrigação perante os proprietários dos lotes das AUGI, e por isso, principalmente, no seu ponto de vista, vem a abordagem deste tema na reunião de câmara, de lhes dizer que estão com este problema, e que provavelmente, não valendo a pena não abordar as coisas desta forma, as AUGI podem estar comprometidas. -----

Ao longo destes anos foi-se falando, mas está-se perante uma situação de interesse público, que sobrepõe o resto, o que não quer dizer que não se tenha de falar com as pessoas, e dizer-lhes que se está com este problema, que as pessoas, de algum modo, já tinham percebido, no sentido de que o nó poderia vir a trazer-lhes algumas dificuldades.-----

No fundo, sem que este processo termine, porque não vai terminar, deverá ver-se com o coordenador de projeto da Estradas de Portugal, e verificar se esta é a última palavra, ou se se consegue encontrar alguma solução. Contudo, não se podia deixar, na sua opinião, de trazer à reunião de câmara este processo, para falar sobre ele.-----

A Srª Presidente interveio, informando que se vai reunir com as pessoas, e dar conhecimento daquilo que são as dificuldades ainda existentes, pedindo neste sentido à Engª Carla Alcobia que avance para a marcação das reuniões com as duas áreas urbanas de génese ilegal.-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----




1. Assunto: EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO ACESSO RODOVIÁRIO AO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA-----



2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 17/13, de 12/04, do DPGQU, para aprovação da manutenção da vigência do contrato, e da execução dos trabalhos ainda por executar até ao dia 2013/04/30, sem encargos para o dono da obra, e de acordo com o plano de trabalhos ajustado em conformidade com o referido prazo apresentado pelo empreiteiro, bem como a não aplicação de sanções contratuais, tendo em conta o interesse público subjacente à finalidade da obra, respeitantes à empreitada de execução do acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira, adjudicada ao consórcio Construções Europa Ar-Lindo/Sonangil – Construção Civil e Obras Publicas, S.A. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 17/13, de 12/04, do DPGQU, memória descritiva e justificativa, e deliberação de 06/02/2013, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, esclarecendo que se trata de um pedido de aprovação da manutenção da vigência do contrato, e da execução dos trabalhos até 30 de abril, na medida em que, como foi dito várias vezes, a empresa não conseguiu terminar a obra dentro dos prazos contratuais. -----
Não vai fazer muitas considerações, porque já as fez noutras ocasiões, mas diz que este é daqueles processos, tendo em vista o interesse público que está subjacente, em que se tem de levar esta obra “ao colo”, “às costas”, ou como se quiser. Nesse sentido, coloca-se à consideração da câmara municipal este novo prazo de conclusão, estando consciente de que pode ser suficiente para a conclusão dos trabalhos. -----

Neste momento está-se a trabalhar naquilo que é a parte mais difícil, a construção da rotunda na EN1, de acesso ao hospital, onde há alguns problemas de infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito ao gás, que espera que entre hoje e amanhã esteja resolvido, e que a pavimentação comece a ser feita, ainda este fim de semana, ou na segunda-feira que vem. -----

Muitas das outras dificuldades que se tinham e alguns dos problemas que se tinham estão a ser resolvidos, mas está-se perante uma situação difícil, pelo que esta manutenção do contrato com esta empresa é essencial, porque neste momento estar a fazer cedências ou encontrar outras soluções não se compadece com aquilo que é essencial, que é a conclusão da obra. A obra tem que ser concluída o mais rapidamente possível, e não há condições de encontrar outras soluções, e por isso tem que se ir com esta empresa até ao fim, porque lhe parece que outra solução seria bem pior neste momento. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que sobre a construção do acesso rodoviário os membros da CDU também não vão falar mais, têm uma posição que é conhecida de todos, e também sobre os atrasos da obra já chamaram a atenção para eles, e já ouviram a resposta do Sr. Vice-Presidente por várias vezes. Entendem, neste momento, que não estão reunidas as condições de segurança daquele piso. As marcações que estão ali feitas, e as condições do piso, não são as melhores, e podem pôr em risco a segurança rodoviária daquele local, portanto apelam para que a câmara municipal tenha isso em conta e seja assegurada a circulação naquela área. -----

Sobre o sentido de voto da CDU, ele é conhecido de todos. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, levantando uma questão dos membros da Coligação Novo Rumo. O primeiro prolongamento, para um desvio de 78 dias, foi até dia 8 de março, mas este segundo prolongamento é solicitado após o dia 8 de março, e gostariam que esta questão fosse desde já esclarecida. -----

Interveio o Arqtº Nuno Santos, referindo que efetivamente o pedido é feito após o dia 8 de março, que é a data do término do anterior prolongamento. Esta empresa tem tido, em alguns dos aspetos, conforme a câmara municipal já sabe, e foi apresentado na reunião de câmara, algumas questões sobre como deveria fazer as coisas relativamente a estes prazos, que não têm vindo ao encontro



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Jan

Fl. Livro _____

Fl. Ata 78

Reunião de 2013/04/17

Procº 18/11 GENERI/CM

Deliberação nº _____

daquilo que se tem solicitado, e já se tinha solicitado que a empresa pudesse trazer este requerimento à câmara municipal. Por essa razão, e pelo atraso da empresa, é que vem fora do prazo, sendo uma situação que lamenta, e já fez essa referência ao diretor de produção da obra, pelo constrangimento que colocaria na reunião de câmara.-----

A empresa, mesmo apesar da insistência da câmara municipal, não o fez dentro dos prazos que deveria ter feito, e leva a esta questão. De qualquer forma, relativamente às demais questões mantém-se tudo o resto, a necessidade de terminar a obra, o quanto antes, cumprindo com os prazos e vindo ao encontro das questões que se colocaram, onde regista também esta, colocada agora. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Helena de Jesus, dizendo que a questão é precisamente essa. Percebem que a obra tem de acabar, mas a empresa continua a não conseguir eventualmente garantir que termine neste prazo, porque pediu 78 dias, e agora pede, e fora do prazo. Não sabe o que é que sucederia se não se aprovasse este prolongamento, e a empresa continuou, mas na prática, imaginando-se que tinha feito este pedido a 7 de março, estava a pedir mais 52 ou 53 dias, para além dos 78.-----

A questão é o que é que a câmara municipal pode fazer neste momento, para que este último prazo seja cumprido, porque são variadíssimas as razões que a empresa sempre invoca, condições climatéricas, circulação automóvel, condições financeiras, e outras. Agora, efetivamente é mais um prazo que prejudica o acesso ao hospital, e a autarquia, a determinada altura, se a empresa vier pedir um terceiro prolongamento, o que é que faz? Isto vai-se protelando, e o que é que a câmara municipal pode fazer neste momento para que este último prolongamento seja cumprido?-----

A Srª Presidente interveio, referindo que se está com um "déjà vu", não em relação a esta obra, mas por exemplo em relação à passagem superior pedonal em Vila Franca de Xira. Aquilo que a empresa alega é tudo verdade, embora o dono da obra, que é a câmara municipal, possa sempre argumentar que não tem responsabilidade no processo, e avançar para um processo que, como o Sr. Vice-Presidente explicou, teria sempre consequências mais graves, em relação ao objetivo, que é a conclusão dos trabalhos.-----



Por isso, também pensa que resta pouco, que é aceitar que isto possa terminar o mais rapidamente possível, antes que a empresa colapse na totalidade, porque neste momento é já a câmara municipal que está a pagar aos subempreiteiros. A empresa praticamente não recebe nenhum dinheiro, porque fez acordos, já que doutra maneira os subempreiteiros não trabalhavam, e é uma situação que, não sendo única, calhou logo numa obra tão importante como esta. -----

Esta também é uma realidade, e trata-se de acompanhar muito de perto, sendo que agora há um prazo absolutamente definido para este fim, que tem de estar cumprido, seja lá como for. -----

De seguida, colocou o assunto a votação. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a Coligação Novo Rumo vota a favor. -----

Retomou a palavra a Srª Presidente, referindo que a CDU vota contra. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO BALTARES, LOTE 23 – SOBRALINHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 103/13, de 01/04, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 23 do loteamento Baltares, na freguesia do Sobralinho,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 2/2013-AUGI, de 23/01, requerido por Fernando
Silveira dos Santos. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 103/13, de 01/04, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO BALTARES, LOTE 24 – SOBRALINHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 105/13, de 01/04, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 24 do loteamento Baltares, na freguesia do Sobralinho,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 2/2013-AUGI, de 23/01, requerido por Fernando
Silveira dos Santos. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 105/13, de 01/04, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO FONTE DO VALE, LOTE 33 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 104/13, de 01/04, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 33 do loteamento Fonte do Vale, na freguesia de Vialonga,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 2/2007-AUGI, de 31/08, requerido por José
Manuel Correia Matias.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 104/13, de 01/04, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

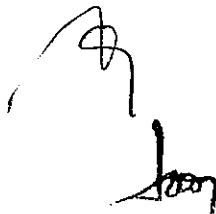
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS



1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

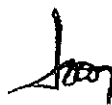
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 375/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, para aprovação da suspensão integral dos trabalhos, a partir do dia 01/04/2013, pelo prazo de 45 dias, bem como do respetivo auto de suspensão, da empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada ao Consórcio Obrecol, SA/Oliveiras, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 375/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dando uma sugestão, uma vez que a câmara municipal definiu um novo prazo para a retoma dos trabalhos, e na base desta suspensão encontram-se as condições climatéricas. Já se caminha a passos largos para um período atmosférico ligeiramente diferente, mais seco, e portanto pensa que a câmara municipal deverá ter a precaução necessária no sentido de retomar e reiniciar os trabalhos, assim que as condições climatéricas o permitam, e não ficar fixa ou “aprisionada” a este prazo, que é bastante significativo. -----
Faz ainda uma pergunta, que tem a ver com os trabalhos em curso. Os membros da CDU tiveram oportunidade, no passado sábado, de passar pelo local, provavelmente o trabalho não estará completado, na zona da casa de telheiro, mas encontraram ali já os colchões reno, construídos e instalados no leito do rio. Nota-se algum abatimento, e perguntam se a câmara municipal conhece este



movimento do colchão, no sentido do fundo do rio, e se é mesmo assim, se é explicável ou não. Por outro lado, em relação ao remate com a coroa, com a parte superior do talude, gostariam de saber se aquilo fica como está, em terra batida, porque a ser assim, e a não haver uma drenagem na parte superior desse talude, poderá haver alguma aceleração nas condições de degradação e deterioração deste mesmo talude. -----

Estas são algumas preocupações que gostariam de colocar, já agora, se houvesse oportunidade de explicar se esta preocupação tem ou não algum sentido.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a Coligação Novo Rumo tem apenas duas questões a apresentar, para já. Na comunicação interna, no ponto 4.3, diz-se: “mantendo-se a suspensão por um período superior a 1/10 do prazo da execução da empreitada, o empreiteiro tem o direito de resolver o contrato, sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e do direito a indemnização nos termos gerais, não tendo, no entanto, o empreiteiro até à presente data manifestado intenção nesse sentido”. Assim, tendo que se ter atenção a isso, porque ele tem ainda bastante tempo para manifestar essa intenção. Por outro lado, ao fim deste prazo de 45 dias a questão da expropriação estará resolvida, e poder-se-á então retomar a normalidade dos trabalhos?-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo, sem prejuízo depois, nas questões de carácter técnico, a Engª Rosário Ferrão poder ajudar nesta reflexão, que há ali dois tipos de problemas. Em primeiro lugar as condições climatéricas, que são evidentes, tendo este ano havido uma pluviosidade de que não há memória, e com uma obra hidráulica daquelas características não é possível trabalhar, o que é claro.-----

Uma outra questão prende-se com a questão da posse administrativa dos terrenos, que é uma matéria que, infelizmente, não tem corrido nada bem, porque não está a ser tratada pela câmara municipal, está a ser tratada pela antiga ARH – Administração da Região Hidrográfica, que hoje é APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Foi iniciado um processo pela extinta ARH, e isso também causou alguns problemas, tendo em conta estas alterações de organização, em que de repente há protagonistas com os quais se vai conversando e, de repente, já não estão lá. Houve também problemas porque o assunto está a ser tratado, a nível camarário,



por outro concelho, e as questões não têm sido nada fáceis.-----
Num dos terrenos houve uma negociação, e houve entendimento entre as partes, sendo que, quando parecia que estava tudo de forma a avançar, a família em causa veio dizer que queria outro valor. Neste caso, aquilo que devia ter sido feito, que era nunca ter abandonado o processo da declaração de utilidade pública, foi reatado, e neste momento o perito já lá foi fazer a análise, e está a fazer o relatório.-----

Respondendo já à Srª Vereadora, presume que daqui a relativamente pouco tempo a posse administrativa do terreno vai-se efetuar, e é aquilo que pode dizer, pois não são só os fatores climatéricos, que são um facto, mas é também esta questão da posse administrativa dos terrenos.-----

Quanto à outra questão que o Sr Vereador colocou, não é só na zona que o mesmo referiu, é também na zona dos edifícios da empresa Vítor Matos, em que também houve um problema de deslizamento, que o projetista tem vindo a analisar, e a colocar as necessárias soluções para resolver o problema. Está-se a falar de margens lodosas, a estabilidade dos solos não é nada fácil, mas obviamente, quanto àquilo que aconteceu, a empresa vai ter de reparar.-----

Por último, a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus referiu-se ao ponto 4.3, e essa é uma prerrogativa que a empresa tem, mas tem que a justificar. Sendo uma prerrogativa, não quer dizer que a vá acionar. É o que pode dizer, sendo que, de todas as reuniões que se têm tido, e dos contactos efetuados, nunca detetou isso. É uma possibilidade, mas não lhe parece que a empresa vá por aí.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU reconhecem que há dificuldades, mas recorda também que foi esta mesma câmara municipal que assegurou, e já não foi uma, duas ou três, que a questão da posse dos terrenos já estava garantida, e se não tivesse dito isso não teria avançado para a obra.-----

No meio deste processo, porque ele ainda não terminou, a perspetiva dos membros da CDU é colaborativa, a de tentarem perceber aquilo que é possível fazer para não impedir o normal desenvolvimento da obra, mas o tempo ditará que, com esta forma de gerir o processo, correm-se sérios riscos, que foi exatamente isso que acabou por acontecer. Aliás, sobejamente já falaram que

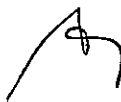


divergem do Partido Socialista em relação a esta matéria, mas é só recordar, porque não é um problema de agora. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que se esqueceu de referir um aspeto que lhe parece muito importante. Apesar das obras não estarem terminadas, e com as dificuldades que são conhecidas, se não tivessem sido feitas as obras que foram feitas, tinha havido inundações este ano, o que quer dizer que as obras hidráulicas que foram feitas permitiram um encaixe de caudal que, de outra forma não era possível. Desta forma, apesar de tudo já valeu a pena ter-se feito o que se fez, apesar de ainda faltar concluir a obra, pois permitiu que as pessoas este ano não tivessem os problemas que houve no passado. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, lembrando ao Sr. Vereador Nuno Libório que às vezes se repisam as mesmas coisas, e fala, porque o Sr. Vereador não tomou atenção ao que a própria disse, ou então não lhe ligou nenhuma, o que é pior. Se não fosse um assunto que tivesse tido a intervenção da administração central, e não tivesse tido a intervenção doutro município, tudo estaria resolvido e a obra feita. Agora, também tem que dizer, em abono das dificuldades sentidas por esses parceiros, que, por exemplo, há pessoas que não têm palavra, como em muitos outros aspetos da vida. Quando já estava tudo tratado com uma das partes, esta veio dizer que afinal aquilo já não era assim, que a "árvore das patacas" tinha mais patacas, e que o preço combinado não era o preço que agora queria aceitar, e isso também poderia ter acontecido à câmara municipal, mas na realidade foram muitas coisas a somar, que criaram estas dificuldades, que se tentam resolver. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----





1. Assunto: PARQUE LINEAR RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 403/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos no valor de (-) 105 676,36€, acrescido de IVA, referente à empreitada do parque linear ribeirinho do Estuário do Tejo, adjudicada à ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA, não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº 1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 403/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU votam contra, pelos motivos conhecidos, e aproveita a oportunidade para falar, porque ontem, depois de coletivamente terem decidido aquilo que hoje iam falar, deparou-se com uma informação da Srª Presidente, que muito agradece, mas dispensava, até porque é uma pessoa bastante bem informada, e pensa que a generalidade dos munícipes também o é. Ficou a pensar que esta “newsletter”, esta informação que a câmara municipal mandou aos munícipes, dando-lhes conta das intenções de investimento ou das obras em curso na zona ribeirinha sul, é um assunto que já foi discutido em reunião de câmara.-----

Um dos problemas que tem é não conservar religiosamente as suas notas, mas depois, fazendo um pouco de pesquisa, encontrou nas deliberações de câmara uma deliberação tomada por maioria, com a participação do PSD, de rejeitar que a câmara municipal gastasse cerca de 30 000,00€ a 40 000,00€ numa contratação





de serviços para a publicação deste documento, desta “newsletter”. Desta forma, pensou como é que isso foi possível, pois recusaram, por maioria, a edição e publicação, apesar de não proibirem a câmara municipal de prestar informação aos seus munícipes sobre estas matérias, e por isso também deram imediatamente a sugestão de que a autarquia deveria utilizar os meios que tem ao seu dispor, que são a página da Internet, a revista Saber e Lazer, e todos os meios de comunicação hoje existentes. -----

Pareceu-lhe, mas pelos vistos entusiasmou-se, que tinha sido compreendido e respeitado pelo Partido Socialista, mas verifica o contrário disso mesmo. Contudo, percebeu a habilidade, e deve a Srª Presidente desculpar a expressão “habilidade”, que não tem sentido jocoso, é mesmo a expressão de língua portuguesa que se pode encontrar para justificar esta “newsletter”, é que ela foi feita sobre meios da tipografia municipal, e portanto a câmara municipal, desta maneira, conseguiu evitar a contratação de um serviço. -----

Gostava que a câmara municipal tivesse tido esta diligência ou uma idêntica quando, por exemplo, o movimento associativo lhe pede para fazer na sua tipografia municipal cartazes, para promover iniciativas de bem-estar no concelho de Vila Franca de Xira, e sabendo a CDU do que está a falar, sabe que nem sempre essa resposta é positiva, e percebe-se que pode não haver capacidade de resposta. Contudo, uma vez que o Partido Socialista teve esta habilidade, de contornar a reprovação, por maioria, da câmara municipal, deixa mais duas sugestões, que são uma sugestão e um pedido, se não for pedir muito. -----

A primeira sugestão é que, se a Srª Presidente tiver de informar os munícipes, que informe com rigor, porque, por exemplo, informar com rigor é dizer que as obras que estão anunciadas na zona sul do concelho de Vila Franca de Xira tiveram como contrapartida a aceitação de interesses imobiliários, que foi exatamente isso que hoje se acabou já de fazer, com a aprovação tomada por maioria nesta câmara municipal. -----

Pensa que será importante contar a história toda, mas imagina que a Srª Presidente queira dizer a verdade, e diz a verdade, mas só diz a verdade de uma parte de todo este processo. Esta outra parte, percebe que não queira dizê-la, mas os membros da CDU dizem pela Srª Presidente, se não for ousadia demasiada da




parte dos mesmos. Vão dizê-lo, e não se sentem inibidos de o fazer. -----
Uma segunda questão é que gostariam que a câmara municipal, já agora, e por uma questão de informação, dissesse quanto é que isto custou, e quanto custou efetivamente, porque provavelmente envolveu valores de outra rubrica, que não sabe qual é, mas deve ser fácil de encontrar, pois é preciso sempre comprar papel, toner, e tudo o que tem a ver com o funcionamento da tipografia. Assim, gostariam que a Srª Presidente dissesse efetivamente quanto é que isto custou, e que calculasse também, em termos de custos diretos, o trabalho, porque tem um custo. Pensa que não havia necessidade para recorrer desta habilidade, para fazer passar uma informação que ainda por cima está muito incompleta. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, perguntando ao Sr. Vereador se este quer dizer qual é o seu problema, porque não disse. O problema do Sr. Vereador é político, e é a informação, a que o mesmo diz, quando lhe convém, que as pessoas têm direito, mas no momento a seguir diz que não têm direito. O seu problema é outro, a câmara municipal cumpriu integralmente uma deliberação do executivo. -----

Considera ser curioso, é “faz o que eu digo, não faças o que eu faço”, e está neste caso a referir-se ao PCP. É só isto, e se o Sr. Vereador estivesse perante uma coisa que se chamasse “balanço do mandato”, nem sabe como é que o mesmo já estaria, pensando que estaria completamente em transe. -----

Pode explicar, se o Sr. Vereador não entender, e pode estar a falar de alguns processos que o PCP pôs a autarcas socialistas, por fazerem as mesmas informações que o PCP fez. Está a falar disto, mas não percebe os “nervos” do Sr. Vereador. -----

Solicita ainda que o mesmo não a interrompa, pois não o está a interromper, já que está no uso da palavra, o Sr. Vereador falou, e a própria ouviu com toda a atenção. Prosseguiu, mencionado que efetivamente o loteamento a que o Sr. Vereador aludiu não foi aprovado hoje. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, solicitando que a Srª Presidente faça chegar aos membros da CDU os custos, respondendo a mesma que é curioso, pois o Sr. Vereador podia ter vindo dizer que há dias apareceu numa publicação da câmara municipal, ao lado da Srª Presidente. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, dizendo que pensou que estava a fazer a promoção do



candidato da oposição, e não lhe fez diferença, porque o Sr. Vereador até estava num daqueles bons dias.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio novamente, referindo que não sabe qual vai ser o futuro político da Srª Presidente, mas deve ver se essas palavras não se voltam contra a mesma, devendo as coisas ser vistas com a devida tranquilidade.--

Disse a Srª Presidente que a “newsletter” foi feita na tipografia municipal, conforme foi deliberado pela câmara municipal, sendo que o Sr. Vereador sabe que não há nada a esconder, e sabe, por outras razões, que se está obrigado a divulgar estas coisas, pois fazem parte das candidaturas, mas incomoda-o na câmara municipal, não o incomoda noutros sítios, o que é da vida também.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando do que é que a Srª Presidente está a falar, porque, sinceramente, não percebe, e para que os membros da CDU se defendam, precisam de saber ao que é que a Srª Presidente se está a referir. Capítulos desse tipo, de se estar mal com a história, só conhece um, ao Partido Socialista, e que fica memorável, foi quando a Srª Presidente tomou posse, em 1997, e rasgou a página do ex-presidente da câmara municipal, porque tinha de o fazer. Contudo, o livro está plenamente atual, e é um livro que serve de guia e memória para o concelho em que vivemos. Só conhece à Srª Presidente esse tipo de comportamento, não o reconhece à CDU. -----

A Srª Presidente interveio, para dizer que o mundo mudou, e é uma questão que tem a ver com a escolha do eleitorado. Por isso, também recomenda que o Sr. Vereador não se enerve. -----

Considera que a discussão deste ponto está terminada, e não tem a ver com mais nada para além daquilo que foi o “nervo” do Sr. Vereador Nuno Libório.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que se gerou uma confusão, e, de facto, também recebeu esta “newsletter”. Considera que a câmara municipal deve informar os munícipes do seu funcionamento, do seu trabalho, das suas iniciativas e atividades, mas pensa que também seria importante e proveitoso, e não acontece, à exceção do boletim de Informação ao Pessoal, que nas “newsletter” ou outras publicações da câmara municipal pudesse ser destacado de alguma forma o trabalho e propostas que a oposição muitas vezes apresenta, quer da Coligação Novo Rumo, quer da CDU, que são depois aprovadas por



unanimidade e levadas a bom termo pela câmara municipal. Não fazia mal nenhum dizer, muitas vezes, das proveniências das propostas, o que lhe parecia agradável.- Sobre a fotografia entre a Srª Presidente e o Sr. Vereador Nuno Libório, em jeito de brincadeira, diz, como os membros da CDU fazem questão de estar presentes naquilo para que são convidados ou do qual fazem parte, que são as iniciativas da câmara municipal, é natural que numa ou outra o fotógrafo, por mais que tente, os consiga apanhar. Estão lá, pelo que, ao contrário de outros, tentam aparecer. ----- Consideram pois importante que a informação tenha a parte das propostas da oposição. -----

Interveio a Srª Presidente, solicitando a intervenção do Urbª Luís Matas de Sousa, para dizer quais são as obrigações, no âmbito das candidaturas, porque os Srs. Vereadores não sabem. -----

Tomou a palavra o Urbª Luís Matas de Sousa, dizendo que, efetivamente, no âmbito das candidaturas de requalificação da frente ribeirinha, parcerias para regeneração urbana, no momento em que se puderam apresentar as candidaturas, o POR Lisboa incidiu na disponibilização de uma verba específica para que os beneficiários, neste caso o município de Vila Franca de Xira, pudessem divulgar os financiamentos comunitários. -----

Quando a câmara municipal apresentou um plano de ação no âmbito dessa candidatura constava que seria divulgado, nomeadamente através de "newsletters", e é essa a obrigação que a câmara municipal tinha, como beneficiária perante a entidade financiadora, para fazer as "newsletters".-----

Quanto aos custos diretos com a sua elaboração, como é o caso do papel e das tintas, foram devidamente individualizados, em articulação com a Divisão de Informação e Relações Públicas, e já tem as faturas em seu poder, para pedir o respetivo financiamento de 65% relativamente a esses custos. -----

Interveio a Srª Presidente, solicitando à Drª Filomena Serrazina que, para descanso do Sr. Vereador, envie a indicação dos custos, para distribuir.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: PARQUE LINEAR RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 406/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, para aprovação do indeferimento da reclamação apresentada pelo empreiteiro ABB - Alexandre Barbosa Borges, SA, e da manutenção da decisão de indeferimento do plano de trabalhos apresentado pelo referido empreiteiro, em 01/02/2013, por não consistir num plano de trabalhos modificado, nos termos do nº 1, do artigo 404º do Código dos Contratos Públicos, bem como notificá-lo para apresentar, no prazo de 10 dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado, com respeito pelo prazo de execução da obra, de 01/05/2013, do parque linear ribeirinho do Estuário do Tejo. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 406/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU votam contra. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----




1. Assunto: REMODELAÇÃO DO JARDIM MUNICIPAL CONSTANTINO PALHA E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DO BAIRRO DOS AVIEIROS – VILA FRANCA DE XIRA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 158/13, de 20/03, do DOVSM/SA, para aprovação da devolução do valor de 702,35€, com IVA incluído, pago pela Luís Frazão – Construção Civil e Obras Públicas, SA, pelas peças do procedimento relativo à empreitada da remodelação do Jardim Municipal Constantino Palha e qualificação dos espaços exteriores do Bairro dos Avieiros, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Costa & Carvalho, S.A./Virgílio Cunha, S.A. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 158/13, de 20/03, do DOVSM/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA DE SANTA IRIA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 411/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, para aprovação do mapa de quantidades de trabalho e respetivo orçamento, ajustados à alteração do projeto de estruturas apresentado pelo consórcio Constrope - Congevia, Engenharia e Construção, S.A./Gigabeira - Instalações Especiais, Lda, aprovados por deliberação de 06/03/2013, não alterando o valor de adjudicação da obra, respeitantes à adaptação do edifício do mercado da Póvoa de Santa Iria para espaço cultural, na Póvoa de Santa Iria.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 411/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----





1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – NÚCLEO MUSEOLÓGICO “A PÓVOA E O RIO” – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 413/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, para aprovação do orçamento de trabalhos a mais, respeitante à execução de estacas, no valor de (+) 3 398,40€, acrescido de IVA, referente à empreitada da requalificação urbana da frente ribeirinha da zona sul do concelho de Vila Franca de Xira – Núcleo museológico “A Póvoa e o Rio”, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECI – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, S.A. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 413/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 97

Reunião de 2013/04/17

Procº 11/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 440

1. Assunto: ECOPARQUE DA PÓVOA – HORTAS URBANAS - PÓVOA DE SANTA IRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 416/13, de 12/04, do DOVSM/DGE, para aceitação dos erros indicados na lista de erros, procedendo-se ao suprimento dos erros mediante a introdução das quantidades no mapa de quantidades de trabalho do caderno de encargos, não implicando a aceitação dos erros uma alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento, não havendo por isso lugar à prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, por não ser aplicável o disposto no nº 2, do artigo 64º, do Código dos Contratos Públicos, bem como rejeição dos restantes itens das listas apresentadas pelos interessados, e manutenção do preço máximo estimado para o contrato, que foi aprovado para o procedimento da empreitada do Ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas, na Póvoa de Santa Iria. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 416/13, de 12/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS MUNICIPAIS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 175/13, de 10/04, do DOVSM/DOG, para aprovação da suspensão dos trabalhos a partir de 02/04/2013, data da assinatura do auto de suspensão, pelo prazo de 30 dias, bem como do referido auto de suspensão, da empreitada de requalificação de pavimentos em arruamentos municipais, adjudicada à Construções Pragosa, SA. ----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 175/13, de 10/04, do DOVSM/DOG, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que já há pouco foi referida a questão das condições climatéricas para suspender a obra do rio Grande da Pipa, e neste caso o argumento que se usa é exatamente o mesmo. -----
Não faz sentido, no momento em que se está, pois parece que pelo menos nos próximos dias não vai chover, suspender a obra, que é de grande importância e de grande urgência para todos os arruamentos municipais. -----
Interveio a Engª Rosário Ferrão, referindo que o empreiteiro, a semana passada, e pensa que da documentação consta a carta que foi enviada à câmara municipal, porque as condições climatéricas eram adversas e não permitiram que desde a consignação da obra até agora conseguisse fazer alguma coisa, propôs a suspensão da obra. -----
Os serviços já tiveram indicações do empreiteiro, que tem intenções de na próxima semana interromper esta suspensão, o que é possível fazer. -----
A carta do empreiteiro e toda a análise que foi feita não é de hoje, o assunto teve





que ser agendado na passada quinta-feira, e nessa altura não havia essa indicação, mas o assunto não volta a reunião de câmara, já que a suspensão pode ser interrompida em qualquer altura. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que é preciso deliberar a suspensão, mas depois a mesma pode ser interrompida a qualquer momento, pois é uma questão procedimental, tendo a Engª Rosário Ferrão anuído. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA E RESTABELECIMENTO DO TROÇO ACIDENTADO DA ESTRADA DE SÃO MARCOS - CALHANDRIZ -----


2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 417/13, de 11/04, do DOVSM/DGE, para aprovação do projeto de execução, das peças e da abertura do procedimento por ajuste direto, de acordo com a alínea c), do nº 1, do artigo 24º, do Código dos Contratos Públicos, com o preço base de 840 000,00€, acrescido de IVA, e o prazo de execução de 150 dias, referente à empreitada da estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de São Marcos, na Calhandriz, bem como do júri do procedimento e a nomeação do perito.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 417/13, de 11/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, pedindo desculpa à equipa projetista por ter estado à espera e pedindo o favor de apresentar a solução que foi adquirida. -----
Tomou a palavra o Engº Manuel Pereira, em representação da STA – Segadães Tavares & Associados, Engenheiros e Arquitectos Consultores, Lda, para fazer a apresentação do projeto para o restabelecimento do troço acidentado da Estrada de São Marcos, para a estabilização da encosta. -----
Disse que a encosta sofreu, como todos sabem, um acidente em 2010, que resultou na rutura do pavimento. Em 2012 foi solicitado à STA que fizesse uma auditoria aos processos da estrada, e as conclusões dessa auditoria apontavam para várias atividades a realizar, nomeadamente uma campanha de sondagens



complementar que permitisse estudar melhor as características dos solos envolvidos. Apontava também que se devia fazer uma verificação da estabilidade da encosta com os resultados desses parâmetros obtidos nessa campanha complementar, e que, caso se verificassem ou se comprovassem os resultados que se tinham obtido anteriormente, se devia proceder, por um lado, à retirada integral dos aterros ainda existentes da estrada de São Marcos, e que se deveria, no fundo, instalar o sistema de drenagem para controlar o nível da água na encosta, e além disso alertava para a necessidade de instalação de uma contenção pesada na curva da estrada nacional, numa zona que tem uma estabilidade mais problemática. Além disso as conclusões da auditoria apontavam para a necessidade de restabelecer o acesso viário, adotar-se uma solução em viaduto, por forma a evitar o acréscimo de carga na encosta. -----

Desde o ano passado até agora foram sendo feitas várias atividades, fez-se um levantamento topográfico para caracterizar a situação atual e, por outro lado, o reconhecimento geotécnico complementar que tinha sido pedido já foi concluído, pelo menos o trabalho de campo, estando-se a aguardar os resultados dos ensaios laboratoriais. -----

Ao longo deste tempo também tem sido feita a monitorização da encosta. Há 4 inclinómetros cujas leituras são feitas periodicamente, com o objetivo de monitorizar as deformações na encosta. -----

Até janeiro de 2013 as leituras que foram feitas apontavam para uma estabilização da encosta, tendo em conta que as deformações que eram registadas eram de valor muito reduzido. No entanto, recentemente, em março, foram feitas novas leituras que evidenciaram o agravamento dos deslocamentos, continuam a não ter uma amplitude muito significativa, mas neste momento atingem já 15 milímetros. Esta situação encontra-se em análise e será tratada futuramente, quando se concluir o estudo da estabilidade da encosta. -----

No que diz respeito a medidas que será necessário implementar, a STA apresentou, em março de 2013, o anteprojecto com o estudo da estabilização do talude da encosta, em que identificou as medidas a implementar de modo a garantir a segurança na encosta, na zona compreendida entre a estrada nacional e a rua da Manaça. -----

As medidas propostas foram as seguintes: -----

Em primeiro lugar, remover os aterros ainda existentes, por outro lado, manter em funcionamento as caleiras de recolha de águas superficiais, que foram instaladas pela fundação em 2011, e reforçar o sistema de drenagem profunda, prolongando o dreno profundo junto à estrada nacional, complementando uma rede de esporões que foi iniciada pela fundação também. -----

Confirmou-se entretanto que existe um problema de estabilidade no talude na curva da estrada nacional. Há umas superfícies de escorregamento potenciais que, a mobilizarem-se, poderão afetar diretamente a estrada municipal de São Marcos. Esta situação poderia ser ultrapassada com a execução de uma contenção adjacente à estrada nacional, no entanto a implementação desta contenção não depende da câmara municipal, pelo que se decidiu, como medida cautelar, propor o prolongamento para sudoeste do encontro do viaduto, evitando assim que um possível deslizamento com origem na estrada nacional pudesse impedir o funcionamento da estrada. -----

O que se propõe para o restabelecimento do troço acidentado da estrada de São Marcos segue escrupulosamente o que estava no projeto rodoviário original, em que apenas se substitui a solução em aterro por uma solução em viaduto. Vão-se respeitar as definições de traçado, sinalização, drenagem, e mesmo no que diz respeito à iluminação pública, pretende-se repor a situação existente antes do acidente. -----

Em termos de perfil transversal, a obra terá as faixas de rodagem com 3,5 metros, bermas com 1 metro, e terão um passeio de cada lado com 1,65 metros, em tudo o restante seguir-se-á o que estava no projeto rodoviário original. -----

Em termos de condicionamentos geológicos/geotécnicos, as camadas superficiais são relativamente brandas, não tendo capacidade para receber fundações diretas. Por outro lado, também há o objetivo de não carregar os aterros da encosta, pelo que se é forçado a adotar uma solução de fundações profundas, e essas fundações deverão atingir a camada designada por margas da abadia, correspondendo a litologias mais compactas. Ao valor pouco elevado das reações, vai-se adotar uma solução de fundações em microestacas, que serão inclinadas de forma a garantir as ações verticais e as ações horizontais. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 103

Reunião de 2013/04/17

Procº 26/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

Em termos de solução estrutural propriamente dita, tem-se um viaduto contínuo, com o comprimento total de 179 metros, constituído por uma laje vigada, com vãos que variam entre os 6 metros e os 10 metros. Em termos de perfil transversal, tem-se uma laje com 22 cm de espessura, vigas longitudinais, de 30 por 90 cm, e estas vigas são suportadas em vigas transversais, por sua vez suportadas em pilares. -----

No que diz respeito aos encontros, são encontros em cofre, com interior vazado, que são cobertos igualmente por uma laje de 22 cm de espessura, apoiadas em vigas. A ligação entre o tabuleiro e os encontros será feita com aparelhos de apoio em neoprene deslizantes.-----

Em termos de método construtivo e faseamento, e como forma de encurtar os prazos de execução, propõe-se uma solução recorrendo a pré-fabricação, em que as vigas e as lajes são pré-fabricadas em estaleiro, dispensando assim o uso de cavaletes na execução.-----

Falando um pouco do faseamento construtivo, referiu que se inicia a construção pelos pilares e fundações, e depois pelas vigas transversais, onde são assentes depois as vigas longitudinais, as pré-lajes, e posteriormente é feita a betonagem complementar do tabuleiro.-----

Nos encontros a situação é semelhante, começa-se por fazer as fundações e respetivos maciços, as paredes e as vigas, sendo então assentes as pré-lajes e feita a betonagem complementar do tabuleiro. Terminada a construção da estrutura, deverá ser executado o revestimento, bem como os passeios e as respetivas guardas. -----

Como conclusão, importa dizer que com a construção deste viaduto pretende-se repor a situação existente antes na encosta da estrada de São Marcos, o que se consegue, uma vez que vão ser retirados os aterros ainda existentes na estrada original. Sendo esta encosta uma encosta potencialmente instável, em que ocorreram deslizamentos mesmo antes da construção da estrada de São Marcos, a probabilidade de ocorrência de um deslizamento futuro, embora relativamente reduzida, não é nula, mesmo apesar das medidas que irão ser implementadas e que visam diminuir essa possibilidade.-----

A presença futura das micro-estacas vai contribuir para reduzir a probabilidade de



ocorrência, mas ela continuará a existir, e mesmo com a hipótese remota de um deslizamento futuro na encosta entre a rua da Manaça e a estrada nacional, o funcionamento da estrada fica assegurado, uma vez que passa a existir o viaduto. - Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, colocando uma pequena questão, sendo que o engenheiro já teve a gentileza de num ou outro momento explicar o que se pretende fazer. -----

Sinteticamente, e fundamentalmente, o que se pretende é encontrar uma solução que substitua os aterros, para uma solução em tabuleiro, que num eventual deslizamento passa por baixo, e as drenagens fazem-se, porque aquilo que se percebe é que o grande problema que ali se teve foi de deficiência de drenagem. Há, no entanto, uma questão que gostaria que o engenheiro pudesse responder, tendo a Estradas de Portugal essa consciência, de muitas reuniões que se fizeram, o facto de naquela zona se verificar, de vez em quando, que se tapam fendas e passado pouco tempo estão a abrir, o que quer dizer que há ali uma zona de instabilidade que só se resolverá, conforme foi dito, com uma solução pesada, que a Estradas de Portugal não tem condições de fazer, mas a câmara municipal também não é responsável, porque a estrada é da jurisdição da Estradas de Portugal. Assim, mesmo que haja alguma dificuldade a esse nível, pergunta se essa dificuldade não tem influência no trabalho que se vai executar. -----

Respondeu o Engº Prazeres Ferreira que, na realidade, e como já foi dito, é uma encosta potencialmente instável, e apesar de se repor tudo o que se passava antes de se construir a estrada de São Marcos, e de se terem melhorado as condições com drenagens e várias coisas, não quer dizer que no futuro não possa vir a acontecer, em particular no talude junto à curva na estrada nacional, sendo que, nessa zona, vai-se recomendar seguramente à Estradas de Portugal, mas ninguém pode exigir que seja feita uma contenção pesada para defender a estrada nacional. Para se defender a estrada de São Marcos, o que se fez foi, e não só, ter o viaduto que se tinha preconizado aquando da auditoria, e estendê-lo mais para sudoeste, exatamente para evitar que um possível deslizamento viesse a ter quaisquer consequências. -----

Desta forma, se ocorrer futuramente um deslizamento, a única coisa que pode suceder não é o funcionamento da estrada ser posto em causa, mas alguns órgãos



de drenagem que vão ficar implantados no terreno, com umas caixas e umas tubagens, terem de ser refeitos. É a única coisa, a estrada continuará a funcionar absolutamente de uma forma normal. Quanto à drenagem, não se consegue evitar, porque têm que se conduzir as águas até ao próprio rio da Silveira, e é uma vala que naquela propriedade fica entre o rio e a rua da Manaça. De facto, para se conduzirem as águas até lá é fundamental que se façam órgãos de drenagem no terreno. De resto, está absolutamente convicto de que assim que estiver implementada, a população da Calhandriz terá o seu acesso a funcionar, e sem problemas futuros nesta zona. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, agradecendo a exposição que o engenheiro já tinha feito o favor de fazer também, crê que na reunião do Forte da Casa, sendo que a questão que os membros da CDU gostavam de colocar, e que não viram explicada, porque a empresa não o tinha que fazer, é se já se pode chegar a alguma conclusão relativamente à origem do problema. -----

Ainda não conseguiram perceber de quem é que foi a responsabilidade da estrada de São Marcos ter tido o abatimento que teve, quem é que projetou mal, ou quem é que construiu mal, porque a câmara municipal tem de apurar as responsabilidades. Pode-se dizer que foi uma catástrofe natural, que tinha a ver com as condições dos terrenos, mas as condições dos terrenos têm que ser estudadas, e tem que se perceber que tipo de terreno se tem pela frente, antes de projetar uma estrada onde se vai investir a quantia que foi investida, e que agora obriga a gastar centenas de milhares de euros, ou ainda mais, na sua estabilização e reposição. Consideram assim que era importante que a câmara municipal percebesse o que falhou neste processo, até para servir de lição futura. -----

Interveio o Engº Prazeres Ferreira, respondendo que o que aconteceu foi um acidente geotécnico naquela zona, e o que se está a constatar é que esse acidente pode vir a acontecer também no futuro, porque aquela encosta é instável. Simplesmente, o que se fez foi encontrar uma solução que seja imune a um possível acidente geotécnico. Obviamente que é muito mais dispendiosa que uma solução inicial, e não havia informação suficiente naquela altura, na opinião da sua empresa, quando fez a auditoria, para que se tivesse avançado para uma solução deste tipo. Depois de acontecerem as coisas é relativamente fácil remediar e



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **106**

Reunião de 2013/04/17

Procº 26/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

encontrar soluções que obviem ao problema, mas antes é muito difícil. -----

De qualquer forma, um estudo que ainda se está para concluir vai acrescentar alguma coisa sobre a origem do acidente que aconteceu anteriormente, porque são os restantes estudos de estabilidade, mas não irá responder à questão da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, e não consegue responder. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, acrescentando, conforme o Engº Prazeres referiu, que há estudos que ainda estão a ser desenvolvidos, e aquilo que sugere é que, quando se tiver este processo completo, e todos estes relatórios feitos, eles venham a reunião de câmara, e que sejam aliás enviados a todos, para se poderem pronunciar e depois, eventualmente, se discutirem estas matérias, pedindo-se até a colaboração do Engº Manuel Pereira, para colocar algumas das questões.-----

Não sendo técnico, apreendeu que uma das grandes dificuldades foi a questão da drenagem, que eventualmente não terá sido bem trabalhada, mas obviamente que o processo ainda não está fechado em termos de análise e, quando estiver, poderá ser enviado a todos os vereadores, voltando-se a esta conversa num momento seguinte, tanto mais que a pessoa responsável por este processo também não consegue ir muito mais além no esclarecimento. Compreende que assim seja, pelo que sugere o que acabou de referir, que quando o processo se concluir, fique à disposição dos Srs. Vereadores, e se volte a conversar.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio de novo, dizendo que é como o Sr. Vice-Presidente disse, e bem, a questão da drenagem não foi bem-feita, e era importante perceber quem é que não percebeu que aquilo ia acontecer. Quando o engenheiro disse que não se perspectivava, toda a vida se lembra de ouvir dizer que a Calhandriz é uma zona muito difícil, as casas, com cheias, até se movimentam, pelo que a própria, que não percebe nada disto, facilmente percebe que há ali um problema muito grave com os solos.-----

Percebe a importância destes estudos, e de se restabelecer rapidamente o troço accidentado, para que as pessoas possam utilizar a estrada, mas também acha que a câmara municipal, e isso é que era importante nesta altura, devia averiguar as responsabilidades de toda a gente. Dir-lhe-ão que não há responsabilidades, tem de haver. É uma catástrofe natural, mas na época em que foi construída, as catástrofes, nalgumas situações, podem ser precavidas, e se calhar por isso é que





hoje o engenheiro traz uma proposta que é diferente daquela que foi construída, porque se percebe que a solução teria de ser outra. -----

Dir-lhe-ão que na altura não se perspectivava isso, mas não sabe, pelo que há a análise e o inquérito apurado das situações, até para que a câmara municipal não saia tão lesada, porque construiu a primeira vez, e agora volta a reconstruir, sempre às suas custas, o que não é certo.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que não pode estar mais de acordo com o que foi dito pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, porque, eventualmente, poderá haver responsabilidades que possam ser apuradas e, se juridicamente se concluir que há matéria de facto, agir-se-á em conformidade. Efetivamente hoje tem-se uma análise mais profunda da encosta, que não se tinha na altura, e há uma proposta que aparentemente resolve, e até chegou a dizer ao engenheiro que até parece o “ovo de Colombo”. Se há um problema de drenagem então vai-se encontrar uma solução para que a drenagem se faça naturalmente, e não se vai acrescentar mais aterro, nem inviabilizar os cursos naturais da água que existiam por ali, e vai-se é adaptar tudo isso, que é o que tem em vista esta solução.-----

Desta forma, se houver razões de facto, então agir-se-á em conformidade, sendo que crê que só se estará em condições quando o processo, em termos documentais, estiver concluído. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 412/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, para aprovação do projeto de execução, das peças de procedimento e da abertura do procedimento de concurso público urgente, com o preço base de 1 100 000,00€, acrescido de IVA, e prazo de execução de 120 dias, referente à empreitada da execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 412/13, de 10/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Raul Sanches, referindo que este assunto já veio a reunião de câmara várias vezes, e a questão que coloca é, tendo em conta que a câmara municipal aumentou o preço base para 1 100 000,00€, e dado que no concurso a única empresa que apresentou uma proposta foi de 1 450 000,00€, se o processo não vai voltar atrás outra vez, se a câmara municipal está a pôr um valor demasiado baixo, ou se não vai aparecer ninguém e vai-se continuar a ter de subir este valor mais um pouco, para se conseguir realizar a obra.-----
A obra efetivamente começa a ficar muito em cima da hora, naqueles prazos que estavam previstos, e a questão que tem é só esta.-----
Respondeu a Srª Presidente, no que respeita ao prazo, que houve uma orientação de gestão que permitiu alargar o prazo.-----
No que concerne ao valor, depois de feitas várias reuniões com o gabinete projetista foi entendido que o preço que tinha sido apresentado naquela proposta



Fl. Ata 109

Proc^o 22/13 DOVSM-EMP



Deliberação nº _____

1

A questão do Sr. Vereador é pertinente, mas vai-se novamente tentar. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. _____

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS NA
ÁREA DE PESSOAL-----

- Denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo
indeterminado, com efeitos a 1 de abril de 2013, da assistente operacional
(Auxiliar de Ação Educativa), Inês Catarina Branco Lourenço Linhares, por
despacho de 2013/03/21.-----

- Acumulação de funções privadas, solicitada pelo assistente operacional, Paulo
Renato Nunes Camilo, por despacho de 2013/04/08.-----

- Acumulação de funções privadas, solicitada pelo assistente operacional, Carlos
Manuel Nunes dos Santos, por despacho de 2013/04/08.-----

Tomado conhecimento.-----

Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Declaração de Retificação nº 19/2013, de 28 de março, I série, declaração de retificação à Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, sobre «Reorganização administrativa do território das freguesias», publicada no suplemento ao Diário da República, I série, nº 19, de 28 de janeiro de 2013;-----

Portaria nº 125/2013, de 28 de março, I série, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo previsto no nº 4 do artigo 14º da lei que aprova o Orçamento do Estado para 2013 para a realização de transferências para fundações por parte das entidades públicas;-----

Decreto-Lei nº 42-A/2013, de 28 de março, I série, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 133/2009, de 2 de junho, relativo ao Regime do Crédito ao Consumo, e transpõe a Diretiva nº 2011/90/UE da Comissão, de 14 de novembro, que estabelece os pressupostos adicionais para o cálculo da taxa anual de encargos efetiva global;-----

Declaração de Retificação nº 19-A/2013, de 28 de março, I série, que retifica a Portaria nº 68/2013, de 15 de fevereiro, do Ministério da Economia e do Emprego, que aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas, publicada no Diário da República, I série, nº 33, de 15 de fevereiro de 2013; -----

Portaria nº 135-C/2013, de 28 de março, I série, que alarga o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social;-----

Decreto-Lei nº 43/2013, de 1 de abril, I série, que procede à primeira alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei nº 237-A/2006, de 14 de dezembro, modificando os procedimentos inerentes à prova do conhecimento da língua portuguesa; -----

Decreto-Lei nº 46/2013, de 5 de abril, I série, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 229/98, de 22 de julho, que cria o Fundo de Contragarantia Mútuo; --

Decreto-Lei nº 48/2013, de 5 de abril, I série, que altera o regime aplicável à direção e coordenação geral das intervenções no âmbito do «Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades» e do



Deliberação nº

Tomado conhecimento, -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 114

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 446

1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE EXECUÇÃO DE 3 CAIS DE PESCA PARA OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 67/13, de 11/04, do DAG/Notariado, para aprovação da minuta do contrato da empreitada da obra de execução de 3 cais de pesca para os Avieiros da Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Cordivias - Engenharia, Lda, pelo valor de 224 917,89€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 67/13, de 11/04, do DAG/Notariado, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 116
Reunião de 2013/04/17
Procº _____
Deliberação nº 447

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----22 221 730,02€
Dotações não Orçamentais ----- 2 187 983,05€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais ----- 4 159 417,07€
Dotações não Orçamentais-----407 989,78€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature] *[Handwritten signature]*

Fl. Livro _____

Fl. Ata 117

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 448

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão de Contabilidade para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, no período compreendido entre 2013/03/28 e 2013/04/10, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 119

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 449

1. Assunto: QUINTA DE SANTO AMARO - MONTE GORDO – LOTE 1, BLOCO B – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 648/13, de 09/04, do DHSAS/D, para aprovação da minuta do acordo de comparticipação do município em arrendamento temporário, a celebrar com os agregados familiares do lote 1, bloco B, da Quinta de Santo Amaro, no Monte Gordo, em Vila Franca de Xira.

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 648/13, de 09/04, do DHSAS/D, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.---

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU estranham que só agora apareça esta minuta de acordo de comparticipação no arrendamento temporário, porque já ouviram falar deste processo há algum tempo, e provavelmente terá a ver com o facto de só agora as pessoas em questão terem mostrado o acolhimento desta proposta da câmara municipal.-----
Se não for assim a Srª Vereadora Conceição Santos dirá, mas parece-lhes que é um pouco tarde para o acordo, porque no entender que têm já teria tido uma resolução. -----
Relativamente ao mesmo, há uma questão que tem a ver com a comparticipação, com a qual não estão inteiramente de acordo, o facto de a câmara municipal comparticipar em 50% sobre a renda técnica que as pessoas interessadas pagariam à câmara municipal. -----
Dando um exemplo, disse que se um agregado familiar pagasse a renda máxima que é cobrada, que pensa ronda os 300,00€, nesse caso a câmara municipal iria comparticipar em 50% desse valor, ou seja, uma família que pelo seu rendimento



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 120

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

paga uma renda técnica maior é comparticipada num valor muito maior do que aquela que pagaria uma renda técnica mais baixa. Ao colocar dois cenários, verifica-se que uma família cujo rendimento permite pagar 300,00€ receberá 150,00€, e uma família cujo rendimento lhe daria uma renda técnica de 50,00€ recebe 25,00€. Consideram que as necessidades serão opostas, ou seja, a família com o rendimento mais baixo, porque provavelmente também tem de suportar a renda da casa do Monte Gordo, terá necessidade de um maior apoio, e aquilo que acontece é precisamente o contrário.-----

Se não estiverem a ver bem, solicita que a Srª Vereadora Conceição Santos possa explicar, porque se for assim entendem que a situação não está correta. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a Coligação Novo Rumo desde sempre que tem uma opinião fixa sobre este assunto, e a partir do segundo considerando, inclusive, não concorda com nada do que está no documento. -----

Desde logo, os seus membros consideram que a câmara municipal tem de apoiar todos os moradores, e não aqueles que apresentem dificuldades em encontrar alojamento. Tem que apoiar todos os moradores que tiveram de sair, pelos motivos que são sobejamente conhecidos, das suas habitações. -----

Por esse motivo cai todo o documento, no ver da Coligação Novo Rumo, já que a seguir todo ele é feito com este pressuposto, de que quem tem dificuldade em encontrar um alojamento terá de pedir à câmara municipal, e a câmara municipal vai verificar quais são as condições económicas e financeiras desse agregado familiar para então dar o apoio. Não concordam, concordam que o apoio deve ser dado a todos os moradores, e entendem que deve ser independentemente da dificuldade financeira de cada um. -----

Ao se analisar a questão friamente há, pelo menos do que lhes tenha chegado ao conhecimento, uma família que já pagou a habitação na totalidade. Fez esse esforço, teve essa possibilidade, e agora está a pagar uma renda noutra local, e a câmara municipal não vai comparticipar. Desta forma, perguntam por que é que essa família, que teve esse esforço adicional e pagou a casa, que estava confortável, pois não tinha essa despesa, agora tem uma despesa acrescida face a tudo o que aconteceu. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 121

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Efetivamente, entendem que todas as famílias têm de ser apoiadas, e por outro lado consideram também que a câmara municipal, e sempre consideraram, não pode apoiar em percentagem, tem de apoiar na totalidade, tendo em conta uma situação de equivalência de habitação, e tem de assumir este custo, independentemente de se considerar ou não responsável pela situação que estes moradores, proprietários ou o que se queira chamar, estão a viver, pelo que não concordam com esta minuta de acordo. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo que a Srª Vereadora Conceição Santos tem acompanhado este assunto do protocolo e as negociações com as famílias, e a própria gostaria de lembrar algumas coisas, porque há situações que também se devem ponderar e, desde logo, ouvir o advogado da autarquia. -----

Num primeiro momento aconteceu aquele problema, e hoje, quando se reflete, percebe-se que já passaram estes meses, e ainda bem que o prédio não caiu. Ainda ontem refletiu sobre isso com a Engª Rosário Ferrão, ou seja, haverá sempre uma dificuldade de avaliar se efetivamente aquele parecer técnico era um parecer absolutamente sólido, mas como não se consegue rebater, tem que se aceitar. -----

Nesse sentido, colocou-se a questão de que haveria pessoas que tinham alternativas habitacionais, ou porque tinham uma segunda habitação, ou tinham familiares que as podiam acolher, ou por uma outra coisa qualquer. Aí, não haveria nenhuma razão para se irem alugar casas para essas pessoas, porque aquilo não é um prédio da câmara municipal. -----

Por outro lado, não se podiam deixar as pessoas que não tinham nenhuma solução sem um abrigo, e aí disponibilizaram-se as casas da câmara municipal. Num primeiro momento podia ter-se ficado por aí, as pessoas não aceitaram essas casas, por razões diversas, mas a câmara municipal poderia ter ficado por aí, segundo a apreciação do advogado da autarquia, uma vez que tinha disponibilizado habitações para as pessoas que não tinham nenhuma solução. -----

As pessoas vieram argumentar algumas coisas, e sempre nesta tentativa de ajudar a encontrar soluções, a câmara municipal, voltando a analisar o assunto, entendeu que se poderia encontrar uma forma de comparticipação, que não passaria pelo pagamento integral da renda, porque a autarquia até tinha uma casa, que a pessoa poderia ir ocupar. -----



Atendendo às razões invocadas, desde logo a deslocação e tudo o mais, e onde se encontra o eixo da vida familiar dessas mesmas pessoas, tentou-se encontrar formas de compartilhar. Aí, encontrou-se uma que tinha por base os rendimentos das pessoas, aquilo que era a renda que iriam pagar numa habitação municipal, e a participação da câmara municipal, porque numa habitação municipal a autarquia também iria compartilhar. -----

Agora, também há coisas que têm de ser tidas em conta, é que nenhuma dessas pessoas quis assinar, à exceção de uma, e é por isso que este acordo vem hoje, e não quis, por entender que era pouco, dizendo que não assinava, porque eram as orientações do seu advogado. -----

A autarquia foi insistindo sempre para que o advogado da outra parte falasse com o advogado da autarquia, e falou uma vez, não lhe cabendo a si repetir o que é que o advogado disse, mas a situação ficou na mesma. Havia uma recomendação, segundo o que era transmitido, e que a Srª Vereadora poderá confirmar, dos moradores não assinarem esse acordo, tanto assim que só houve uma pessoa que se manifestou disponível para assinar. Essa pessoa pediu, o que pareceu razoável, que ficasse salvaguardado que não seria prejudicada face às outras que não assinavam, o que tinha lógica, porque essa pessoa efetivamente tem menos rendimentos, e precisa do apoio da câmara municipal para suportar a renda. -----

Então aí, novamente analisado com o advogado, está na altura de trazer este acordo a reunião de câmara, porque vai entrar em vigor, pelo menos, para uma família, continuando as outras na mesma posição, a de não quererem assinar o acordo com a câmara municipal. Não querendo assinar, não tem a câmara municipal que tomar nenhuma atitude para além daquelas que já tomou. -----

A Srª Vereadora Conceição Santos interveio, mencionando que a Srª Presidente já adiantou um conjunto de informações relevantes. -----

Quanto à observação da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, porquê agora, também já foi dada alguma indicação e, de facto, ficou-se à espera que as famílias dessem uma resposta. Apenas uma delas, e mais recentemente, manifestou disponibilidade para aceitar e assinar o acordo, com esta ressalva que a Srª Presidente referiu, no caso de haver outros desenvolvimentos a pessoa não ficar prejudicada no futuro, e é por esta razão que o acordo vem apenas agora. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **123**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Relativamente à outra questão que a Srª Vereadora colocou, da comparticipação em 50% da renda de uma casa arrendada, desde o início deste processo, quando os moradores tiveram de abandonar o prédio, por razões da sua própria segurança, porque corriam risco de vida, a câmara municipal disponibilizou-se para reunir com eles, ouvi-los, e aí eles manifestaram interesse em que a câmara municipal os apoiasse a nível do realojamento.-----

Foi de imediato dito que havia habitações municipais disponíveis, que a autarquia estava completamente à disposição para as mostrar, alguns destes agregados foram de facto ver as habitações, e consideraram que não reuniam as condições que eles precisariam. Colocaram então a hipótese de alugarem eles próprios casas, e a câmara municipal participar. -----

Há também um fator importante para esta comparticipação, as casas municipais não eram em Vila Franca de Xira, as pessoas têm a sua vida organizada em Vila Franca, e isso também pesou na redação de um acordo com vista a uma comparticipação nas casas que arrendassem. É verdade, de facto, que elas têm a sua vida centrada em Vila Franca de Xira, e para não causar mais transtornos a câmara municipal entendeu que então comparticiparia no valor da renda.-----

A razão de ser 50% é porque, de acordo com os elementos que foram disponibilizados, em termos socioeconómicos, nenhum daqueles agregados cairia na renda apoiada, ou seja, àqueles agregados, se fossem para uma habitação municipal, ser-lhes-ia aplicada a renda técnica, que é a renda real do fogo, e que é muito semelhante à renda do mercado regular. Sendo as rendas também muito semelhantes, a câmara municipal comparticiparia os 50%.-----

Quanto ao facto do ponto de partida ser este, pensa que todos têm de ter muito cuidado na utilização dos dinheiros públicos, e estar a subsidiar de uma forma total agregados que nem necessitariam desse apoio, não lhe parece criteriosa a utilização desses fundos públicos. Há que ter algum cuidado nesta análise da situação, o ponto de partida é diferente, e são exatamente aqueles que precisariam mais e que pediram o apoio da câmara municipal, embora não caindo numa renda apoiada. A câmara municipal desde o início teve a preocupação de se disponibilizar para que aquilo que era uma necessidade imediata de realojamento acontecesse a breve trecho, devido às necessidades das pessoas.-----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **124**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que ouviu com atenção a Srª Presidente, que disse que só uma das famílias é que aceitou assinar este acordo, e daí a minuta vir hoje a reunião de câmara. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo, com o devido respeito, e face à situação ter vindo a ser discutida recorrentemente nestas reuniões de câmara, por todas as forças políticas, entendem que deveria ser ao contrário. Primeiro tinha vindo uma possível minuta de acordo para aprovação, e depois teria de ser apresentada às famílias. Efetivamente, segundo o que percebeu, todas as outras famílias não aceitaram, porque consideraram pouco. -----

Esclareceu a Srª Presidente que, em primeiro lugar, as famílias solicitaram a proposta de minuta para ver com o seu advogado, e não sabe se a Srª Vereadora disse isso agora, sendo que a câmara municipal ficou a aguardar que pudessem aparecer algumas propostas da parte do advogado, para ver com o da autarquia, sobre a minuta em apreço, e essa foi a razão de não ter vindo a reunião de câmara. -----

Entretanto, as pessoas informaram a Srª Vereadora que o advogado dizia que não deviam assinar nenhum acordo com a câmara municipal sobre este assunto. -----

Interveio a Srª Vereadora Conceição Santos, para fazer uma precisão, referindo que entretanto não houve nenhuma resposta. -----

As pessoas levantaram as minutas, foi-lhes solicitado que posteriormente pudessem dizer alguma coisa, mas não foi dito nada. Entretanto, uma das senhoras veio com a proposta de arrendar uma casa, era uma das que tinha aceitado em princípio a casa da Póvoa, mas verificou depois que os transtornos, nomeadamente em relação às filhas que estão em idade escolar, eram muito grandes, e propôs-se também que se alugasse uma casa. -----

É através dessa senhora que a câmara municipal obtém a informação de que o advogado teria aconselhado os moradores a não assinarem o acordo. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, mencionando que como entretanto houve uma pessoa que pretendia assinar o acordo, porque necessita do apoio, é então presente esta minuta, e será assinada por aquela família. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio de novo, referindo que por aquilo que percebeu agora desconhece-se a razão pela qual não pretendem as outras



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Jan

Fl. Livro _____

Fl. Ata **125**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

famílias assinar o possível acordo, e os membros da Coligação Novo Rumo, quando dizem que todas as famílias devem ser apoiadas, consideram efetivamente que deve ser assim, sendo certo que a luta é destas famílias. -----

Se alguma destas famílias entende que não deve pedir o que quer que seja à câmara municipal, também não tem de ser a autarquia a obrigá-la a aceitar o que quer que seja, mas quanto àquelas famílias que acham que devem solicitar apoio à câmara municipal, porque não têm a tal alternativa familiar que consideram ser a solução para a sua situação, e não a têm mesmo, a autarquia não tem meias responsabilidades.-----

Percebem o que o Dr. Manuel Rodrigues refere quando diz que a câmara municipal não deve assumir nada, tem a ver com uma questão de responsabilidade, mas ao assumir 50% ou assumir 100% está na prática a assumir, e poder-se-á dizer que estaria a assumir responsabilidade. Contudo, é tudo muito relativo, porque os considerandos, não são estes, mas outros, podem perfeitamente proteger a câmara municipal, independentemente da posição que a Coligação Novo Rumo tem sobre este assunto. -----

Está-se agora a falar sobre esta minuta de acordo, e se tem a ver com uma questão de responsabilidade, a câmara municipal não pode ter receios, porque, imagine-se, estaria a assumir uma meia responsabilidade, uma responsabilidade em 50%. -----

Quanto aos fundos públicos, acha que esta é das situações mais facilmente justificáveis, onde a câmara municipal pode justificar o gasto do dinheiro, e infelizmente para aquelas pessoas.-----

Nesta reunião acabou de ser aprovado, e os membros da Coligação Novo Rumo votaram contra, o investimento de 680 000,00€ em lotes, e também são dinheiros públicos. Estes dinheiros públicos que iriam ser usados na ajuda a estas famílias são perfeitamente justificáveis, perfeitamente fundamentados, e não há qualquer desvio ou dúvida, não podendo a sua coligação concordar com esta minuta de acordo. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, fazendo três referências, sendo a primeira, só porque foi levantada pela Srª Vereadora, a situação da aquisição dos lotes de terreno, que não é minimamente comparável com esta



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 126

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

situação, até porque o que a câmara municipal deliberou nesse ponto da ordem do dia foi aumentar o seu património, sendo completamente distinto da situação que se coloca neste caso. -----

Para além disso, neste ponto em concreto o que se está a fazer é a responder a uma necessidade específica daquela família, que precisa do apoio e que vem à câmara municipal através deste protocolo consegui-lo, ou seja, ao se deliberar está-se a garantir a resposta a uma necessidade daquela família, nos termos propostos, e nos termos que ela considerou necessária. -----

Por fim, para a questão levantada pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, relativamente à diferenciação entre as pessoas que já têm a casa paga ou as que não têm ainda a casa paga, a preocupação com a diferença entre umas e outras até deveria ser exatamente ao contrário, ou seja, quem não tem a casa paga, e teve de ir à procura de outro sítio para se alojar neste entretanto, está a ter o dobro das despesas. Quem já tem a casa paga tem de facto uma despesa adicional, decorrente de factos a que a câmara municipal é completamente alheia, mas a destinação a fazer-se em termos sociais entre uns e outros, até é no sentido de pender mais para as pessoas que hoje estão a pagar duas habitações, residindo apenas numa. -----

Realça, como a Srª Vereadora Conceição Santos disse, e muito bem, o facto de, não só não pediram ainda este apoio, como na análise que foi feita todas as pessoas ficariam a pagar a renda técnica, pelo que também dá conta que não se trata de casos sociais alarmantes, como há outros noutras situações. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que na comunicação interna dos serviços é dito que esta proposta de acordo se destina a 4 agregados, percebeu que afinal era só para um, e questiona se é isso. -----

Esclareceu a Srª Vereadora Conceição Santos que são 4 agregados familiares, e o acordo foi construído para os 4 agregados, mas neste momento só um deles é que manifestou interesse em assinar, o agregado da Srª Carla Gonçalves, que do conjunto, sob o ponto de vista socioeconómico, embora não sendo propriamente carente, é aquela cujos rendimentos são menores. -----

Interveio a Srª Presidente, passando à votação do ponto, questionando quem vota a favor e dizendo que votam a favor a CDU e o Partido Socialista, sendo que a



Deliberação nº _____

Coligação Novo Rumo vota contra. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 129

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 450

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS, NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA SRª PRESIDENTE -----

2. Resumo: Para os efeitos previstos no nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no período entre 2013/03/22 e 2013/04/05, referentes à emissão de horários de funcionamento, emissão de cartões de vendedor ambulante e emissão de 2ª via de licenças de utilização específica.-----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 130

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 451

Assunto: CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA DO MUSEU DO NEO-REALISMO – REDUÇÃO DO VALOR DA RENDA-----

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/04/08, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da fixação do valor da renda da cafeteria do Museu do Neo-Realismo em 250,00€ mensais no primeiro semestre de 2013, e em 500,00€ mensais no segundo semestre, sendo o valor total anual de 4 500,00€, com IVA incluído.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que quando os membros da CDU foram abordados sobre esta questão não tinham presente que já em fevereiro de 2012 a câmara municipal tinha diminuído o valor do arrendamento, por uma questão que a Srª Presidente colocou, e que consideraram pertinente, que tinha a ver com o facto de o espaço estar aberto ao domingo.-----

O valor é de facto muito diferente do inicial, percebem as condições e dificuldades que todos estão a passar, mas gostavam de perguntar porquê este valor, ou seja, quem é que propôs que durante uma parte do ano fossem 250,00 € e na outra parte 500,00€, e como é que se chega a esses valores, pois não sabem quais são as dificuldades reais nesta situação.-----

Respondeu a Srª Presidente que a empresa pediu uma reunião, tendo-se apresentado com o propósito de fechar o espaço, porque não tinha condições para continuar. Os consumos de energia eram muito elevados, as despesas com os funcionários eram elevadas, e havia dias em que eram as mesmas pessoas que ocupavam durante a tarde todo o espaço da cafeteria. Todos estes são factos reconhecidos, desde logo pelo responsável do Museu e pelas pessoas que frequentam o espaço. Há ainda um período do ano em que não é possível ter esplanada, entre outubro e mais ou menos abril.-----

A primeira reunião aconteceu no final do ano passado, sensivelmente em novembro, e a própria solicitou que não fizesse nada, que a câmara municipal ia analisar. Entretanto voltou em janeiro a dizer que se a câmara municipal não tomasse uma qualquer decisão, viria mesmo a fechar o espaço. O que pretendia era eventualmente diminuir a renda toda para o valor do primeiro semestre agora proposto, mas foi-lhe dito que não era mesmo possível e que a proposta seria acertar um valor que permitisse algum equilíbrio, o que se traduz na redução de

Fl. Ata **131**

Reunião de 2013/04/17

Proc^o

Deliberação nº

cerca de um terço, sendo assim que se chegou ao valor.-----
Quanto à questão de ser diferente nos dois semestres, o segundo semestre é o valor da renda, aquilo que não seria um semestre de 2013, mas como a redução não teve efeito até agora, porque neste momento a empresa está sem pagar a renda, acertou-se, uma vez que já não era possível ir ao ano anterior, a outubro ou a março, e fez-se repercutir aquilo que era o valor neste ano. Foi desta maneira que se construiu a proposta.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo compreendem a situação, já lhes tinha sido explicada anteriormente, e não há maneira de não a compreenderem, como é óbvio, porque é do conhecimento público toda a situação que se vive no país, inclusivamente passam todos os dias na cafetaria em questão e sabem o que se passa. Deixam apenas a preocupação relativamente a outras situações equivalentes, que se solicitarem, a câmara municipal vai ter de, obviamente, ponderar e eventualmente aprovar.

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -

CAPÍTULO: EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REQUALIFICAÇÃO URBANA

1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – EMPREITADA DO PARQUE URBANO DA PÓVOA DE SANTA IRIA – 1ª E 2ª FASES - DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 108/13, de 09/04, da EMRU, para aprovação do desenvolvimento do plano de segurança e saúde da obra do parque urbano da Póvoa de Santa Iria – 1ª e 2ª fases, adjudicada à Cordivias, Engenharia, Lda. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 108/13, de 09/04, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 134

Reunião de 2013/04/17

Procº 2/13 GENERI/CM

Deliberação nº 453

1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – EMPREITADA DO PARQUE URBANO DA PÓVOA DE SANTA IRIA – 1ª E 2ª FASES – SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 111/13, de 11/04, da EMRU, para aprovação da suspensão parcial dos trabalhos da empreitada do parque urbano da Póvoa de Santa Iria – 1ª e 2ª fases, adjudicada à Cordívias, Engenharia, Lda, indicados no auto de suspensão, a partir de 2013/04/05, e pelo prazo de 30 dias.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 111/13, de 11/04, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 136
Reunião de 2013/04/17

Procº _____
Deliberação nº 454

1. Assunto: LISTAGEM DOS CONTRATOS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 128/13, de 09/04, do DAF/DC, para conhecimento da listagem de contratos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, respeitante ao mês de março. ----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 128/13, de 09/04, do DAF/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - REFORMULAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASES 4A E 4B - VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 15/13, de 25/02, do DOVSM/DP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços de elaboração da reformulação do projeto de execução do Parque Urbano da Quinta da Flamengo – Fases 4A e 4B, em Vialonga, não se aplicando a redução remuneratória prevista na lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 15/13, de 25/02, do DOVSM/DP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que estava para se fazer uma apresentação deste projeto, mas não se fará, pelo que foi distribuído o desenho. -----
Interveio a Engª Rosário Ferrão, dizendo que o que se propõe é a aprovação de parecer prévio vinculativo para o desenvolvimento do projeto da fase 4, que no fundo serão 2 fases, a 4A e a 4B, em termos de projeto, apesar de ter que se fazer primeiro a totalidade e depois dividir em 2, uma vez que seria uma parte para lançar ainda este ano, e outra parte para o próximo ano. -----
O desenho que acompanha a comunicação interna tem a indicação das fases 4A e 4B, sendo que na fase 4A pode-se construir um parque infantil e a zona das merendas, e tem uma estimativa orçamental de 300 000,00€. -----
A outra parte, que será a fase 4B, também ronda os 300 000,00€ e permite construir o skate park e o campo desportivo de areia. -----




Esta situação também saiu da reunião que houve com os Amigos do Parque, teve que se relocar o parque infantil e o skate park, atendendo a que este estava, na altura, onde está agora o parque infantil, e não havia parque infantil. Neste momento existe o parque infantil e foi relocado exatamente porque está mais perto da zona das merendas, tendo o skate park sido deslocado para o lado do campo desportivo e para uma zona mais longe da área de merendas.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo ter tido contacto com o desenho agora, na reunião de câmara, e se fosse a própria a ter que opinar, escolhia a fase do parque infantil, do campo de futebol de praia e do skate park para agora.-----

Esclareceu a Engª Rosário Ferrão que ultrapassaria os 300 000,00€, e a importância está balizada nos 300 000,00€. -----

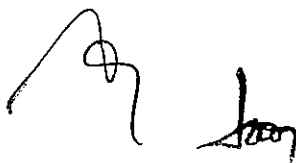
Não sabe neste momento quanto será a avaliação da parte que a Srª Presidente referiu, mas a totalidade são 600 000,00€, que foram divididos em duas fases.-----

Prosseguiu a Srª Presidente, dizendo que a ideia que tinha sido analisada em reunião de câmara era incluir para o imediato o maior número possível de equipamentos.-----

Concordou a Engª Rosário Ferrão, mas isso seria também em função do valor, de 300 000,00€, e teve que se dividir desta maneira. O projeto tem de ser feito na totalidade, e depois é dividido, sendo que o valor presente para parecer prévio vinculativo é para a totalidade da fase 4. -----

A Srª Presidente interveio, propondo que se aprove o parecer prévio vinculativo para reformulação do projeto, e que se decida em momento seguinte a divisão das fases. Vai analisar, porque não está muito de acordo com este faseamento. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que teve oportunidade de estar na reunião com o movimento do Parque Urbano, e apesar de não ser esta a solução que todos desejariam, porque todos entendem que a piscina é o equipamento que continua a fazer falta na freguesia de Vialonga e no Parque Urbano da Flamengo, de todo o modo, atendendo às circunstâncias, foi de alguma forma sugerido o campo de futebol de praia. O Sr. Vice-Presidente tinha já falado nesta opção em reuniões anteriores, e por parte do movimento, na altura da reunião, também não houve mais nenhuma sugestão que pudesse levar a que esta opção continuasse a ser uma opção temporária, apesar de se poderem ter outras



sugestões.-----

A própria, tal como a Srª Presidente, só teve acesso ao desenho nesta reunião, e há umas coisas que estão feitas à mão que acha que é preferível depois também retirar, porque não se trata da revisão das fases 3C e 3D, são as fases 4A e 4B.-----
Estão-se sempre a fazer reformulações e, pelos vistos, cada vez que se reformula são 30 000,00€ que se pagam, e como esta deve ser a terceira ou quarta reformulação, já atingiu os 120 000,00€, valor que já dá para fazer alguma coisa. Daqui a pouco a câmara municipal gasta mais na reformulação do projeto do que no próprio projeto, e vai-se ver se esta será a última reformulação, sendo isso que será desejável.-----

Está plenamente de acordo com a Srª Presidente quanto às fases, da forma como estão, e analisando o desenho a fase 4A será apenas aquela parte, e a fase 4B certamente será mais cara do que a A, porque o estacionamento era uma verba avultada, de certeza absoluta, mais o campo de futebol de praia e o skate park.-----
Se se fizer apenas a fase 4A conforme está planeada, vai saber a muito pouco, porque é quase deixar como está, com um parque infantil, pelo que considera que faz todo o sentido fazê-la de forma diferente daquilo que está planeado.-----
Pretendia ainda chamar a atenção para o facto de estas reformulações serem muito caras. Francamente, não fazia ideia de que cada vez que no projeto se tem de mudar o lugar do skate park, ou pôr um parque infantil, a câmara municipal tinha que pagar 30 000,00€ a esta empresa, o que é absurdo, e até não sabe se não se podem fazer estas alterações nos serviços da câmara municipal, julga que a mesma tem técnicos bons para o fazer. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, informando que esta fase 4 altera completamente o projeto que existia, portanto, é uma alteração do inicial, e por isso têm que se fazer correções e reformulações ao projeto.-----

Disse ainda parecer-lhe que a Srª Vereadora não está a ver bem o espaço da fase 4A, passando a explicar-lho através da planta.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que a única coisa que está em causa e que a própria propõe é que se aprove o parecer prévio vinculativo para a reformulação do projeto, de acordo com o desenho, que há de vir a reunião de câmara o faseamento de novo. -----

Fl. Ata **140**

Reunião de 2013/04/17

Proc^o DOVSM 04.10.05

Deliberação nº

Referiu ainda que a casa de banho dos canídeos não aparece à escala,-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Sr^a Presidente.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – RICARDO EMANUEL GARRIDO LUCAS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com Informação nº 183/13, de 01/04, do DAG/DGRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Ricardo Emanuel Garrido Lucas, com as funções de apoio jurídico à Divisão de Habitação Social. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 183/13, de 01/04, e comunicação interna nº 173/13, de 21/03, do DAG/DGRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – COMPROMISSO PLURIANUAL – RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE FOTOLITOS AGFA ACCUSET 1000 - GIRP -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 68/13, de 11/04, do DAF/DCPAI/SPA, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação do contrato de prestação de serviços de manutenção de máquina de fotolitos AGFA Accuset 1000, instalada no Gabinete de Informação e Relações Públicas, fixando o seu valor contratual em 5 148,98€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não se aplicando a redução remuneratória, e envio à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 68/13, de 11/04, do DAF/DCPAI/SPA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 143

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº 458

1. Assunto: AUGI FONTE SANTA – REALIZAÇÃO DE ESCRITURAS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 80/13, de 12/04, do DPGQU/DQU, para aprovação da fixação em 8 000,00€ por lote do valor das infraestruturas dos lotes que sejam adjudicados ao herdeiro do loteador ilegal, Miranda Alves, sobre os quais irá constituir hipoteca legal, a favor do município, aquando da emissão do alvará do loteamento da AUGI Fonte Santa, em Vialonga, mantendo-se este valor sem as atualizações da taxa de inflação (índice de preços no consumidor). -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 80/13, de 12/04, do DPGQU/DQU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A Srª Presidente, no final da ordem do dia, informou que este ponto virá à próxima reunião de câmara. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 144

Reunião de 2013/04/17

Procº 100/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº 459

1. Assunto: EXECUÇÃO DA SEDE E POLIDESPORTIVO DO CLUBE ACADÉMICO DE DESPORTOS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 421/13, de 15/04, do DOVSM/DGE, para aprovação parcial do plano de segurança e saúde, bem como a nomeação da Engª Cristina Monteiro, para a função de coordenadora de segurança em obra, da empreitada de execução da sede e polidesportivo do Clube Académico de Desportos, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECl – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, S.A. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 421/13, de 15/04, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Jan

Fl. Livro _____

Fl. Ata 146

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
TALUDE NO BAIRRO DA MATA-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que no bairro da Mata há um talude que há cerca de 1 mês invadiu a estrada ou uma parte da estrada, e os membros da CDU gostariam de tentar perceber quando é que vai ser arranjado.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que esta é uma matéria que conhece, por informações que lhe chegaram. Pediu aos serviços para irem ao local, e espera que o informem da forma como é que se pode intervir, sendo que se está a falar de terrenos privados, mas provavelmente, se não for a câmara municipal a intervir, a estrada fica inoperacional muito tempo, pelo que se vai tentar resolver o mais depressa possível.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CENTRO DE ESTÁGIOS DO FUTEBOL CLUBE DE ALVERCA-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, reportando-se ao centro de estágios do Futebol Clube de Alverca, dizendo que se estão a realizar lá umas obras, e como não sabe o que é, pergunta. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que teve uma reunião há uns tempos atrás com este clube, na qual solicitava que, no âmbito do projeto que foi aprovado, no que respeita à área do estacionamento, se pudesse autorizar o avançar, ainda que de uma forma provisória, com esse mesmo estacionamento. -----

Crê que será isto que se está lá a fazer, mas vai pedir aos serviços para irem ver se é assim ou não, pois só está a responder à reunião que teve, e de uma perspetiva de se avançar com uma das áreas que estava aprovada, a área do estacionamento. De qualquer modo, vai-se também confirmar.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo que estas obras resultam de um estudo que os SMAS fizeram, ao tempo, da bacia hidrográfica da freguesia de Alverca, que visa minimizar o impacto das águas que há dezenas de anos foram encaminhadas para a rua da Estação. Esse trabalho está em execução, e houve conversações e troca de correspondência com o Futebol Clube de Alverca. -----

Não pondo em causa, nem podia pôr, naturalmente, aquilo que o Sr. Vice-Presidente acabou de referir, há no entanto um dado novo, que é importante, e di-lo publicamente, ou seja, já resultante deste trabalho, que ainda está em fase de implantação parcial, destas últimas chuvadas fortes dos últimos 2 ou 3 meses deixou-se de ter, felizmente, e espera que seja para continuar, as tampas a saltar na rua da Estação.-----

São coisas que passam despercebidas, e dão trabalho, mas parece que se está no bom caminho no encaminhamento das águas pluviais, o que vai ao encontro daquela visita que a comissão de ambiente fez à ETAR, em que o Sr. Vereador Bernardino Lima colocou algumas questões.-----

Os separativos custam dezenas de milhões de euros, e tudo foi feito sem nenhum separativo no concelho de Vila Franca de Xira. Os SMAS estão a fazê-lo, paulatinamente, e esta é uma das decisões, depois desse estudo feito por uma entidade idónea externa, que se está no terreno a implementar.-----



Fl. Ata 148

Reunião de 2013/04/17

Proc^o _____

Deliberação nº _____

São essas as obras que estão ali a acontecer, aproveitando a bacia de retenção que ali está para ajudar nesta prossecução.-----



Fl. Ata 149

Reunião de 2013/04/17

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----



TAXA DA ETAR – QUINTAS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que os moradores das Quintas, na Castanheira do Ribatejo, estão a pagar taxa da ETAR, no entanto, não está em funcionamento, e não lhe parece correto que seja cobrada.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo que vai perceber o que se passa, no entanto, pode dar duas ou três notas.-----

Naqueles locais onde não existe tratamento direto o que os SMAS fizeram foi deixar de cobrar o carro limpa-fossas e acionar a taxa normal, de saneamento, porque a viatura vai lá, e deixa de cobrar esse custo. -----

De qualquer maneira, a informação que tem recente da Simtejo é a de que as Quintas já estavam ligadas à ETAR de Vila Franca de Xira, pelo que vai analisar “in loco”, e depois responderá naturalmente ao Sr. Vereador Bernardino Lima. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
EXPOSIÇÃO DE CARROS ANTIGOS-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo-se a uma exposição que se tem realizado, e que este ano parece que caiu no esquecimento, a exposição de carros antigos. -----

Nos anos anteriores tem sido um êxito, pelo menos é assim que ouve classificar aquela exposição, e parece que os custos nem sequer tinham sido tão avultados para a câmara municipal, para que este evento deixasse de ser realizado. -----

Desta forma, questiona se há alguma explicação para isto. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que este evento não é da responsabilidade da câmara municipal, é de um grupo de apaixonados de viaturas antigas, que promoveu um primeiro encontro, na Patriarcal, e depois um segundo, já no novo pavilhão multiusos do Cevadeiro. Este ano ainda não houve contacto por parte desse grupo, e não sabe se tem interesse em repetir o evento. --
De qualquer forma, é uma questão que depois se avaliará, tendo em conta a eventual disponibilidade do espaço para a realização do encontro, caso a câmara municipal seja contactada nesse sentido. -----



Fl. Ata 151

Reunião de 2013/04/17

Proc^o

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SAUDAÇÃO – 39º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974 - 1º DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, apresentando em nome dos membros da CDU uma saudação ao 39º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 e ao 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Saudação

39º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974
1 de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

Portugal atingiu um ponto insustentável, que julgávamos impossível de atingir num regime dito democrático. No entanto as políticas a que temos sido sujeitos após o 25 de Novembro de 1975, conduziram-nos ao empobrecimento constante, ao desemprego, ao desinvestimento na educação e formação, à sobrecarga fiscal insuportável que se afiguram como verdadeiros esbulhos aos trabalhadores, reformados e pequenos empresários, ao mesmo tempo que assistimos a permanentes manobras de canalização e concentração de riqueza nas mãos de meia dúzia de famílias oriundas do regime fascista.

Assistimos à perda de soberania, delegando na União Europeia decisões que nos competem a nós, sendo essa União Europeia o garante do Capitalismo na Europa, executando permanente chantagem com os países que a constituem, mediante empréstimo de capitais, oscilações das taxas de juro sem critério, com a aplicação de sanções, entre outras.

A nível nacional chegámos ao ponto em que vale tudo; manipula-se a comunicação social e chantageiam-se os seus trabalhadores, extinguem-se freguesias; aumentam-se impostos e taxas para níveis que a maioria dos trabalhadores não pode suportar; arruina-se o tecido empresarial português; pressiona-se o tribunal Constitucional, transforma-se o desemprego numa arma de exploração de mão-de-obra barata e sem direitos; viola-se a constituição, tudo mediante a passividade de um Presidente da República que não consegue esconder o esforço para manter os seus “afilhados” no poder.

O país não quer nem pode continua a suportar mais do mesmo.

A Revolução de Abril realizou-se para recusar a pobreza, a ausência de direitos, a subjugação ao capital e às potências europeias, a guerra e o imperialismo e consequentemente afastar do poder os mandatários do grande capital e construir um país ao serviço dos Portugueses. No entanto, o 25 de Novembro de 1975



encarregou-se de lhes devolver o poder, o protagonismo e a reversão do percurso socialista que estava em marcha, para bem da grande maioria do povo português.

Hoje exige-se uma rutura com este rumo e a concretização de uma política que promova o desenvolvimento económico, a produção nacional, que eleve as condições de vida dos trabalhadores, do povo e das camadas antimonopolistas, que defenda e promova os direitos sociais, culturais, económicos e políticos e que afirme a soberania nacional.

No entanto, essa alteração já não se coaduna com a mudança de rostos, ou com a simples alternância a que temos sido habituados. É necessário mudar de filosofia e ideologia, é necessário mudar de modelo político.

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, reunida a 17 de Abril de 2013, apelam à mobiliza das populações, dos trabalhadores e da juventude para que transformem as comemorações populares do 25 de Abril na Avenida da Liberdade e a manifestação da CGTP-IN no dia 1º de Maio em claras manifestações de descontentamento que não deixe outra alternativa senão a demissão deste governo e penalização de todos os outros que a estas políticas estão vinculados.

Portugal precisa de um Governo verdadeiramente de esquerda que afirme um País de progresso, livre e soberano ao serviço do seu povo.

Vila Franca de Xira, 17 de Abril de 2013

Os vereadores da CDU,
Nuno Lobo

Bernardino Lima

Ana Lúcia Cardoso



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **152**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SAUDAÇÃO – MARCHA CONTRA O EMPOBRECIMENTO -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, apresentando em nome dos membros da CDU uma saudação à marcha contra o empobrecimento, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

**Saudação
à Marcha contra o Empobrecimento**

No dia 12 de Abril de 2013, Vila Franca de Xira recebeu e aderiu à Marcha da CGTP-IN "contra o empobrecimento, mudar de política e de Governo".

Marcha que saiu de Viana do Castelo no dia 6 de Abril, tem contado com o apoio de uma multidão de portugueses dispostos a mostrar o seu desagrado com as políticas de austeridade impostas pelo governo PSD/CDS e pela troika aos trabalhadores e à população portuguesa em geral.

Os resultados dramáticos e inaceitáveis dessa política de austeridade são gravíssimos e estão à vista também no nosso Concelho.

Verifica-se a perda de emprego e declínio do sector produtivo, que tem originado nos últimos 3 anos a destruição de milhares de postos de trabalho; remunerações abaixo da média do distrito de Lisboa; aumento do número de trabalhadores com contratos precários; falências a aumentar; dívidas aos trabalhadores por motivos de encerramento das empresas; desemprego a crescer, havendo mais 4 desempregados por dia na zona de Vila Franca; população cada vez mais afastada dos serviços de saúde, como é o caso o novo Hospital privado, mas com forte investimento público, com acessos mais caros quer para quem utilize o transporte público, quer para quem utilize o parque de estacionamento.

Os vereadores da CDU, não podendo ficar indiferentes a estas iniciativas, uma vez mais trazem a esta casa, Câmara Municipal, a sua concordância com estas denúncias levadas a cabo por parte de uma camada da população que reclama trabalho e que quer contribuir para o desenvolvimento do país, reafirmando de que é possível sair desta crise, com a implementação de medidas que combatam a destruição de postos de trabalho e o desemprego e permitindo o crescimento da economia, a criação de postos de trabalho, e uma vida digna para toda a população porque Portugal tem futuro!

Vila Franca de Xira, 17 de Abril de 2013

Os vereadores da CDU



Nuno Libório



Bernardino Lima



Ana Lídia



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESTRADA DA CENTRAL CER - VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que traz à câmara municipal uma preocupação, nomeadamente de quem transita pela chamada estrada da Central Cer, em Vialonga.-----

Estão ali colocadas algumas empresas no ramo da logística, o que veio acrescentar um volume de tráfego significativo de camiões naquela estrada, que está a tornar-se cada dia que passa mais perigosa para quem lá transita. Ela tem um piso já muito desgastado, mas há uma preocupação maior, que é o facto de os camiões terem de virar à esquerda constantemente, e muitas das vezes fazem-no sem perceber que vêm carros na via contrária.-----

Desta forma, os membros da CDU gostariam que a câmara municipal tentasse arranjar ali uma solução, que se sabe que não é fácil, mas que era necessária para aumentar a segurança desta estrada.-----

Depois, porque há cada vez mais pessoas a usar este percurso a pé, era necessário que a câmara municipal conseguisse desenvolver um projeto para a construção de um passeio. Há muita gente que trabalha na zona, na Azkar, no Minipreço, na DHL e na própria Central de Cervejas, que vai a pé depois para Vialonga e para Alverca, que é onde moram, e ali, nas zonas onde não há passeio, que é quase todo o percurso, a situação torna-se perigosa, ainda mais à noite, porque é uma zona muito pouco iluminada.-----

O chamado túnel da autoestrada é também uma zona muito escura, não tem iluminação, e provavelmente, se se conseguisse pintar aquele túnel e colocar ali alguma iluminação, também ajudaria.-----

Quanto ao alambique que está na rotunda, que crê ser da responsabilidade da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo, está um tanto ou quanto abandonado, e era bom chamar à atenção para a situação.-----

Pelo menos geograficamente pertence à junta de freguesia, pois depois das portagens já é Alverca, já que a ribeira das Areias faz a fronteira. Ainda ontem, num papel, dizia que Vialonga é pobrezinha, e estar a dar-lhe uma rotunda faz dela se calhar um bocadinho mais cara, e é melhor não.-----

A Srª Presidente interveio, dizendo que vai haver uma melhoria nesta área, pois



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 154

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

está já desenvolvido ali um projeto, que envolve diretamente os carros que se dirigem à Central de Cervejas, uma coisa feita em parceria pela câmara municipal e pela própria empresa. Veio na revisão orçamental um reforço, e o concurso para a obra será lançado já de seguida, com a semaforização, por causa dos peões. -----
Relativamente ao alambique, é uma questão a ver com a Junta de Freguesia de Alverca, e já tomou nota. -----

A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
URBANIZAÇÃO DO OLIVAL DA FONTE - VIALONGA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU, e pessoalmente a própria, que está apenas desde outubro de 2009 nestas funções na câmara municipal, sempre ouviram dizer que a urbanização do Olival da Fonte, da chamada Piol, em Vialonga, não tinha as zonas verdes e os arranjos concluídos, porque o urbanizador não tinha feito aquilo que era da sua competência.-----

Esta urbanização aparece, inclusivamente, nalguns relatórios, como uma urbanização inacabada, e a Junta de Freguesia de Vialonga transmitiu esta informação, e entendeu, porque a situação não estava resolvida, assumir para si as responsabilidades. Portanto, o que disse sempre a câmara municipal foi que seria esta empresa a responsável pela conclusão das obras desta urbanização.-----

Há relativamente pouco tempo os membros da CDU receberam no seu gabinete uma exposição da empresa, lembrando que em setembro de 2009, e provavelmente já se estaria em campanha eleitoral, e nenhum se lembrou disto, foi aprovado em reunião de câmara libertar as garantias bancárias deste urbanizador, em troca de um terreno que, tanto quanto sabem, tinha sido cedido já há alguns anos, até para os bombeiros voluntários de Vialonga, para a construção do seu quartel, e em 2008 a câmara municipal decidiu, juntamente com a junta de freguesia, fazer requalificação naquele espaço para mercado de levante.-----

Portanto, se assim foi, e tem consigo a ata dessa reunião, era importante que a câmara municipal tivesse chamado para si toda a responsabilidade, e não tivesse protelado a resolução desta urbanização que estava por resolver já talvez há 20 anos.-----

O senhor em causa fala de um terreno, e pensa que é do mercado, mas também fala que cedeu um terreno à câmara municipal para a construção de uma escola, e gostava que a Srª Presidente lhe informasse qual é o terreno em questão, porque não conhecem nenhum terreno dado por esta empresa para a construção de uma escola na freguesia de Vialonga. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que também lhe foi presente uma comunicação, e não percebeu a confusão, mas às vezes a falta de informação dá neste tipo de situações. Não lhe parece, tão pouco, que a Piol ficasse tão inflamada

com o assunto, e não lhe parece que havia motivo para tanta inflamação, tendo em vista que as questões em apreço foram resolvidas. -----

A Piol, efetivamente, tinha que terminar algumas infraestruturas, e havia uma garantia bancária, de 79 000,00€ ou 80 000,00€, para garantir a execução dessas infraestruturas que faltavam, nomeadamente questões de zonas verdes.-----

Entretanto a Piol avançou com um processo de reversão do espaço que tinha cedido. -----

Há uma questão que já se alterou, porque mais tarde há problemas, ou seja, referir nos loteamentos o que se lá vai construir, escola, jardim de infância, bebedouro, ou o que for, pois se não for aquilo o promotor tem direito à reversão. Apesar de que em termos jurídicos isso poderia ser, de qualquer modo é uma grande complicação, pelo que hoje se fala genericamente em equipamentos. Com o tempo o pensamento pode evoluir, e aquilo que estava previsto ser uma necessidade pode deixar de o ser, e há outra. -----

Colocou-se no loteamento que se ia construir uma escola e um parque infantil, foi para isso que o espaço foi cedido, e mais tarde o aproveitamento do terreno foi noutro sentido. Num primeiro momento foi para cedência para os bombeiros, entretanto já se cedeu outro terreno aos bombeiros, mas aquele espaço esteve em terra batida muitos anos, ali se fez a feira, ali se colocaram circos e ali se fez uma série de coisas. -----

Este senhor, num ou outro momento reuniu com o próprio e aludia a isso, que a câmara municipal estava farta de ganhar dinheiro com o espaço, e a empresa também gostava de ter participações disso. Nesta discussão encontrou-se uma solução, que veio a reunião de câmara, no sentido de que o senhor não exercia o direito de reversão, e a câmara municipal resolvia o problema das garantias, ficando o encargo da conclusão dessas infraestruturas para a câmara municipal. ----

Como foi aprovado, essa responsabilidade é efetivamente da câmara municipal, e a autarquia vai ter de resolver as infraestruturas que lá faltam fazer, no seguimento deste acordo. Se assim não fosse tinha que se devolver o terreno, o que seria muito complicado, pelo que acha que houve algum desfasamento de informação. Na sua opinião o e-mail é excessivamente inflamado, não havia necessidade nenhuma, e aliás poderia perfeitamente ter-se perguntado à câmara



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **157**

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

municipal, e as coisas esclareciam-se, não valendo a pena toda esta questão. -----
A situação é esta, foi resolvida desta forma a partir de uma determinada data, que
não pode precisar, presumindo que por 2009 ou 2010. O senhor prestou uma
declaração em como não ia pedir a reversão do terreno, e em contrapartida a
câmara municipal devolvia a caução e assumia a execução das obras em causa,
situação que a autarquia ainda não fez. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 158

Reunião de 2013/04/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

QUIOSQUE DA BEM HAJA – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que já algumas vezes se falou na questão do quiosque da Póvoa de Santa Iria, que crê que é de uma empresa Bem Haja, perto do Serra Nova, que foi licenciado pela junta de freguesia, e os membros da CDU gostariam de chamar à atenção para o facto de que neste momento aquele espaço está alargadíssimo, tem uma esplanada que é fechada com alumínio e vidraças, com cadeiras e pufes pelo meio, e não lhes parece que esteja a cumprir aquilo que é o objetivo dum quiosque.-----

Funciona à noite como um bar, pelo que gostavam que a câmara municipal, nomeadamente a direção das atividades económicas, tivesse em conta esta situação, porque há ali já algumas queixas por parte de quem mora perto, pois à noite tem um movimento que perturba quem mora perto.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que já percebeu que a Srª Vereadora Conceição Santos tinha estado a recolher informações.-----

Interveio a Srª Vereadora Conceição Santos, referindo que contactou de imediato os serviços para obter informação e, de facto, o licenciamento foi feito pela junta de freguesia, tendo surgido uma queixa que foi analisada pelos serviços jurídicos, relativamente a ruído, e foi pedida uma medição acústica, que entretanto foi suspensa, porque a entidade comunicou que deixara de desenvolver determinadas atividades que provocavam ruído.-----

De qualquer maneira, pediu à fiscalização para ir agora verificar de novo a situação, para ver se não se alterou.-----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

REUNIÃO COM AS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU foram informados de que a câmara municipal fez uma reunião com as corporações dos bombeiros, com as suas direções, dando conta que seria objetivo da câmara municipal terminar com algumas corporações no concelho. -----

Porque acharam isto estranho, no mínimo, gostavam que a Srª Presidente lhes falasse um pouco afinal o que é que se passa, o que é que a câmara municipal perspetivou e informou as corporações de bombeiros. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que às vezes dá vontade de rir, porque a Srª Vereadora não é bruxa e, como tal, alguém das pessoas que estava na reunião lhe foi contar. Contudo, é pena, porque quem contou ouviu mal, pois também não acredita que tenha interpretado mal. -----

A reunião foi muito simples, ou seja, naquilo que cabe habitualmente à câmara municipal, ou entende caber, houve uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna sobre a questão dos bombeiros de Vialonga. Curiosamente, e ainda bem, foi com o secretário de Estado, que já tinha visitado o quartel dos bombeiros de Vialonga, e portanto sabia bem do que é que se estava a falar. -----



Aquilo que parecia que era um assunto que estava tratado, não estava, porque inclusivamente os próprios bombeiros afinal não tinham apresentado candidatura nenhuma. Tinham levado uma proposta de uns documentos de desenho, mas não tinham formalizado nenhuma candidatura. -----

Quando isto foi aprofundado, aí com os bombeiros de Vialonga, mas não na reunião, o que foi visto foi que a candidatura não tinha sido entregue porque estava em "overbooking", e a medida estava fechada na altura. Contudo, havia também, e a câmara municipal tinha feito esse percurso, da parte dos responsáveis distritais das operações de socorro, sensibilidade para a questão de Vialonga. -----

Entretanto já terá sido aprovado, mas não conhece o texto final, ainda não publicado ou não tido a decisão final, uma reorganização dos corpos de bombeiros a nível nacional, em que o município de Vila Franca de Xira terá só um agrupamento de bombeiros. A exemplo das escolas, haverá um processo de



reorganização, e haverá só uma associação de bombeiros, um agrupamento, e eventualmente ter-se-á de tomar conta de outros municípios também à volta.-----
No momento em que a própria tinha falado com o Sr. Secretário de Estado, o que este tinha colocado era a possibilidade de haver uma reorganização, o que já não é nada novo nas conversas com as associações de bombeiros do concelho, e deve dizer que nessa reunião todas as associações disseram que estavam sensibilizadas e de acordo com uma reorganização, pelo que deve a Srª Vereadora perceber a estranheza da própria, pela forma como a Srª Vereadora apresenta a questão. -----
Se se viesse a ter alguma posição antecipada, poderia conter-se aquilo que era o momento seguinte, só uma, mas nada ficou decidido, tendo a reunião corrido de uma forma muito simples, porque estavam todos informados e alguns até sabiam aquilo que a própria não sabia, que era só um agrupamento.-----
O que ficou combinado é que não se iria tomar nenhuma decisão, continuar-se-ia a refletir e far-se-ia uma reunião para obter mais explicações, agora com Sr. Comandante distrital das operações de socorro, e também com o Sr. Secretário de Estado, porque se tinha manifestado disponível para vir falar com as associações de bombeiros, o que pareceu a todos uma coisa boa. -----
Foi isto que aconteceu, e o que contaram à Srª Vereadora não sabe. Contudo, a pergunta que a Srª Vereadora trouxe é uma coisa completamente diferente.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que não é bruxa, e não esteve na reunião, mas tem a preocupação, como todos têm, de tentar informar-se e perceber aquilo que se passa no concelho onde, tendo poucas, tem algumas responsabilidades, e quando lhe colocaram esta questão, dizendo que a câmara municipal quer acabar com algumas corporações.-----
Interrompeu a Srª Presidente, questionando se uma associação que esteve presente na reunião lhe contou isso, ao que a Srª Vereadora respondeu que o que lhe disseram foi que a Srª Presidente queria resolver o problema até ao final do seu mandato, entendendo os membros da CDU que as associações, apesar de todas as sugestões que se possam dar, têm vida própria, têm órgãos sociais e sócios, que devem assumir também as responsabilidades dos seus atos.-----
Compreendem e até concordam, porque já várias vezes o disseram, que deveria haver um ajustamento no que diz respeito a alguns equipamentos que as

corporações têm, pois não faz sentido, por exemplo, que os bombeiros de Alhandra tenham uma escada onde se consegue chegar até ao 10º andar, quando em Alhandra não há prédios de 10 andares, como não faz se calhar sentido a freguesia de Vialonga ter um barco, já que de vez em quando a Granja enche, mas também não é caso para se ter lá um barco. No entanto, consideram que as associações, quando são chamadas e ouvem as informações, ficam num impacto, não conseguem reagir, e não lhes parece que tenham ouvido e acertado que alguém vai fazer nos bombeiros o que também já se fez nas freguesias, que é chegar alguém e, por régua e esquadro, decidir como é que vão funcionar. -----

Respondeu a Srª Presidente que a Srª Vereadora terá a opinião que entender por bem, mas convém que seja por bem, porque o que se passou foi exatamente o que disse, e deve a Srª Vereadora registar que disse também que até ficou surpreendida, porque alguns deles tinham mais informação do que a própria, e que aparentemente já teriam falado deste assunto entre eles, e estava tudo consciente que alguma coisa iria acontecer, e então que acontecesse o mal menor. -----

Esta foi a conversa, o que contaram à Srª Vereadora não sabe, mas já percebeu que não lhe contaram o que aconteceu na reunião. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que o concelho de Mafra, por aquilo que conseguiu perceber, fez um reagrupamento ou um agrupamento que será mais ou menos aquilo que se poderia fazer no concelho, sem com isso terminar qualquer corporação. -----

Esclareceu a Srª Presidente que não termina, e isso ficou também dito. Não é nada disso, as associações existem na mesma, a organização espacial é que não funciona da mesma maneira. Não desaparecem associações, e isto foi dito muito claramente, desde logo pelo Sr. Comandante da proteção civil, que também é presidente da federação. -----

Foi muito bem explicado, e se alguém não entendeu e não perguntou, devia ter perguntado, mas foi dito isso mesmo. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PRESENÇA DOS MEMBROS DA CDU NAS INICIATIVAS DAS ASSOCIAÇÕES DO
CONCELHO-----

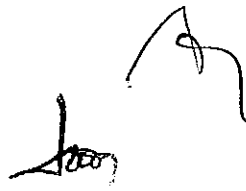
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU já
abordaram várias vezes um assunto, mas voltam a fazê-lo hoje, ou seja, algumas
instituições e associações vêm ter com a CDU e dizem que mais uma vez os
vereadores da CDU falharam, não estiveram nos seus aniversários e iniciativas, e
estes respondem que não são convidados para tal, e muitas vezes nem sequer
sabem que as iniciativas acontecem. -----

Assim, o que pedem, mais uma vez, é que, quando a câmara municipal, e não a Srª
Presidente, for convidada por qualquer associação ou instituição do concelho,
fizesse chegar essa informação para que possam estar a representar a bancada da
CDU nessas iniciativas, que são certamente de louvar, e nas quais gostariam de
estar presentes. -----



Deliberação nº

Assim, valeria a pena também haver alguma precaução em relação à necessidade de resposta urgente sobre essa matéria, com os custos inerentes. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS
MUNICIPAIS -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, apresentando uma proposta dos membros da CDU, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, relativa à alteração ao regulamento de taxas de equipamentos desportivos municipais.-----

Disse não ir fazer uma apresentação pormenorizada da proposta, mas os membros da CDU têm vindo a ser solicitados para apresentar na câmara municipal, por parte das associações do concelho, uma proposta de alteração pequena, cirúrgica, mas de elevado valor, para privilegiar o desenvolvimento e o fomento desportivos, e o acesso em condições mais favoráveis, bem como o usufruto desses mesmos equipamentos.-----

Como questão de fundo vão propor, para reflexão e deliberação na próxima reunião de câmara, que é fundamental que a câmara municipal, à semelhança do que faz, por exemplo, com as piscinas, em matéria de utilização de equipamentos desportivos, possibilite a aplicação de reduções para a utilização de todos os equipamentos, sem exceção, a todas as equipas ou atletas que representem em termos de equipa um determinado clube, que comprovadamente estejam a disputar competições, independentemente dessa tutela.-----

Há muitos clubes e associações no concelho a disputar provas igualmente importantes, por exemplo, junto do INATEL, e não têm a mesma possibilidade dessa redução, porque estão com a situação inscrita no INATEL. -----

Entendem que a situação não deve ser um exclusivo para esta ou aquela prova, para esta ou para aquela organização, e deve haver esta atenção e sensibilidade por parte da câmara municipal, no sentido de, acima de tudo, fomentar e melhorar as condições de acesso à utilização dos equipamentos municipais, por parte das associações, clubes e coletividades do concelho.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, mencionando que esta proposta será agendada para a próxima reunião de câmara. -----

Proposta nº 13/2013

(Alteração ao regulamento de taxas dos equipamentos desportivos municipais)

Tendo em conta que:

- Dos encontros que temos mantido com as diversas associações desportivas do Concelho, as críticas às Federações/Associações desportivas têm acentuado de tom;
- Que as Federações/Associações desportivas exigem taxas in comportáveis para muitos clubes;
- Que nalguns casos para garantir a promoção do desporto, as associações desportivas optam por aderir a outros campeonatos alternativos às Federações e Associações, tal como por exemplo o campeonato da Fundação INATEL;
- Que o regulamento de taxas dos equipamentos desportivos municipais prevê na n) nº6 do artº 10º, a aplicação de reduções de 50% unicamente à utilização de piscinas por equipas que adiram ao Programa de Desenvolvimento da Nataação de Competição;
- Que sobre outras modalidades o regulamento não prevê qualquer redução a equipas do concelho que se encontrem em competição;
- Que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira não deve discriminar ou interceder a favor de nenhuma modalidade;
- Que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira não deve discriminar ou interceder a favor ou em prejuízo de Associações, Federações ou instituições que têm campeonatos legalizados em curso, deixando esse critério de escolha às respetivas associações desportivas.

a CDU propõe:

- Que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira delibere atribuir a aplicação das reduções de taxas à utilização de todos os equipamentos desportivos municipais, a todas as equipas do concelho (no caso de desportos coletivos) ou atletas que representem equipa do concelho (no caso de desportos individuais) que comprovadamente se encontrem a disputar competições, devidamente legalizadas, durante o período de preparação e duração desse campeonato.

Vila Franca de Xira, 17 de Abril de 2013

Os Vereadores da CDU

Nuno Libório

Bernardino Lima

Ana Lúcia Cardoso

A
[Signature]

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
REQUERIMENTO DOS MEMBROS DA COLIGAÇÃO NOVO RUMO SOBRE A SITUAÇÃO
DA QUINTA DE SANTO AMARO - MONTE GORDO - VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da
Coligação Novo Rumo têm uma única questão, que é rápida e, eventualmente, de
fácil resposta, que é saber quando é que a câmara municipal tem condições para
responder ao requerimento que fizeram sobre a situação do Monte Gordo, de 22 de
março de 2013.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente vai com
certeza ter em atenção o tempo já passado, e responder com urgência.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que não foi por menor consideração que
não se respondeu, como a Srª Vereadora deve calcular, mas porque as matérias
não são simples de responder, requerem a análise necessária, e são questões
transversais, ou seja, não são só de um departamento. Há questões que têm a ver
com a área da Srª Vereadora Conceição Santos, que a Srª Vereadora já respondeu,
outras que se prendem com o Departamento de Obras, Viaturas e Serviços
Municipais, sendo que ontem mesmo, no seu despacho, tinha lá as informações.
Uma outra informação tem a ver com o Departamento de Planeamento, Gestão e
Qualificação Urbana, que tinha a ver com as fundações, se eram simultaneamente
as mesmas do lote 2 e lote 3. -----

Presume que se consiga ainda esta semana ter estas informações todas completas,
pois só lhe falta a última, das fundações, e que todos os itens já estão respondidos.
Do DOVSM eram do 1 ao 10, havia também mais uns quantos dirigidos à Srª
Vereadora, que já respondeu, e a Srª Presidente já remeteu a resposta. Despachou
ontem à noite a resposta do DOVSM, que irá a despacho da Srª Presidente, que
com certeza fará o favor de enviar à Coligação Novo Rumo, e faltará a do DPGQU,
mas pensa que a terá hoje. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

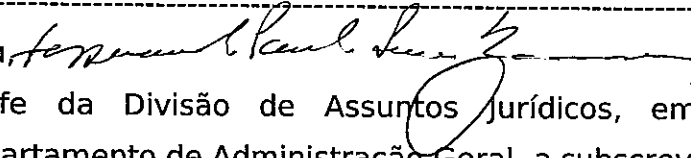
Fl. Livro _____
Fl. Ata 168
Reunião de 2013/04/17
Deliberação nº 461

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

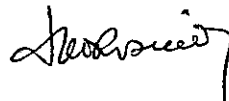
Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, salvo indicação em contrário.-----

Encerramento às 14,10 horas.-----

Esta ata foi aprovada, por unanimidade, na reunião de câmara de 2013/05/22, tendo sido dispensada a leitura da mesma, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo.-----

E eu  Fernando Paulo Serra Barreiros,
Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do
Departamento de Administração Geral, a subscrevi.-----

A Presidente da Câmara Municipal,



- Maria da Luz Rosinha -